

CARLOS AUGUSTO ALVES DE SOUSA JÚNIOR

AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A POPULAÇÃO LGBT SOB A ÓTICA DAS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL: DESAFIOS E PERSPECTIVAS

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Administração, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

Orientadora: Karla Maria Damiano Teixeira

Coorientador: Diego Costa Mendes

**VIÇOSA - MINAS GERAIS
2021**

**Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da Universidade
Federal de Viçosa - Campus Viçosa**

T

S725p
2021
Sousa Júnior, Carlos Augusto Alves de, 1991-
As políticas públicas para a população LGBT sob a ótica
das organizações da sociedade civil : desafios e perspectivas /
Carlos Augusto Alves de Sousa Júnior. – Viçosa, MG, 2021.
96 f. : il. (algumas color.) ; 29 cm.

Inclui apêndices.

Orientador: Karla Maria Damiano Teixeira.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Viçosa.

Referências bibliográficas: f. 84-92.

1. Minorias sexuais - Política governamental - Brasil.
2. Homofobia - Brasil - Prevenção. 3. Associações sem fins
lucrativos. I. Universidade Federal de Viçosa. Departamento de
Administração e Contabilidade. Programa de Pós-graduação em
Administração. II. Título.

CDD 22. ed. 306.7660981

Bibliotecário(a) responsável: Renata de Fatima Alves CRB6 2578

CARLOS AUGUSTO ALVES DE SOUSA JÚNIOR

AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A POPULAÇÃO LGBT SOB A ÓTICA DAS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL: DESAFIOS E PERSPECTIVAS

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Administração, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

APROVADA: 1 de junho de 2021.

Assentimento:


Carlos Augusto Alves de Sousa Júnior
Autor


Karla Maria Damiano Teixeira
Orientadora

AGRADECIMENTOS

A realização desta pesquisa se tornou possível através do apoio de diversas pessoas que acompanharam minha trajetória na pós-graduação. Diante de todas as adversidades nesse período, agradeço a todos que de algum modo me ajudaram a chegar até aqui. Por isso gostaria de deixar registrado meus agradecimentos:

Aos meus pais, Conceição e Carlos, pelo apoio incondicional durante toda minha vida. Por acreditarem na educação como elemento fundamental para transformação da sociedade. Mãe, obrigado por todas as palavras de incentivo e por acompanhar cada etapa da construção deste trabalho. Pai, obrigado por nunca me deixar perder o bom humor e por me ensinar a perceber a leveza da vida.

À minha irmã, Bruna, por ser meu apoio médico, psicológico e nutricional em tempo integral. Por todos os sábios conselhos de vida e, sobretudo, por ser um exemplo de pessoa no qual sempre me inspirei.

Ao Renan, pelo companheirismo, cumplicidade, por acompanhar de perto cada desafio dessa jornada acadêmica. Por não medir esforços para me proporcionar todo apoio necessário para o desenvolvimento deste trabalho e, sobretudo, por alegrar todos meus dias com seu riso e simplicidade. Agradeço também a seus familiares Everaldo, Adriana, Rodrigo, Bia e tia Ângela por me acolherem com tanto amor como parte da família.

À Karla Damiano, orientadora, por me acolher no meio desta jornada acadêmica com tanto carinho e por sempre acreditar e confiar em meu trabalho.

Ao Diego Costa, coorientador, também pelo acolhimento no meio desta jornada, por todas as orientações, ensinamentos e acompanhamento constante no desenvolvimento de todas as atividades do mestrado. Obrigado por desmistificar a pós-graduação para mim, tornando-a mais humana, e por me fazer ter vontade (novamente) de tentar seguir a carreira docente.

Ao Programa de Pós-Graduação em Administração e todos seus integrantes, discentes, docentes e técnicos-administrativos com os quais tive o privilégio de

conviver nos últimos anos. Agradeço em especial à Andréia Cirino, amiga e parceira acadêmica, que sem dúvida foi um dos melhores presentes que o departamento me trouxe e levarei para o resto da vida.

Aos meus fiéis escudeiros Thalles, Miguel, Gabriel Almeida, Gabriel Gomes e Dryelle por todo suporte e compreensão ao longo do mestrado. Vocês sem dúvida tornaram este caminho muito mais divertido e motivador, essa conquista também é de vocês!

A todos familiares que se fizeram presentes nessa caminhada. Agradeço em especial à Luciana, prima do coração, por todo carinho, todo suporte e todos Reikis enviados. Obrigado também Lorena e Iara pela companhia nessa trajetória.

Aos membros de OSC LGBT participantes da pesquisa, pela receptividade, por acreditarem na importância da realização deste trabalho, me ajudando em sua construção.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela concessão da bolsa de estudos que permitiu o desenvolvimento desta pesquisa.

A Deus pelo dom da vida.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

RESUMO

SOUSA JÚNIOR, Carlos Augusto Alves de, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, junho de 2021. **As políticas públicas para a população LGBT sob a ótica das organizações da sociedade civil: desafios e perspectivas.** Orientadora: Karla Maria Damiano Teixeira. Coorientador: Diego Costa Mendes.

O início dos anos 2000 é marcado pela ascensão das primeiras políticas públicas específicas voltadas à população LGBT no Brasil, a exemplo do Programa Brasil Sem Homofobia, de 2004. Uma vez observada a falta de expertise do Estado brasileiro no debate sobre direitos LGBT, essas políticas tiveram execução protagonizada por Organizações da sociedade civil (OSC) ativistas, em especial devido ao alinhamento dessas organizações com as demandas da sociedade civil. Por outro lado, ainda que representando expressivo avanço para o público LGBT, essas políticas apresentaram fragilidades em sua elaboração e dificuldades na implementação devido à resistência de segmentos conservadores. Dito isso, esta pesquisa teve como objetivo compreender, mediante discurso de OSC LGBT brasileiras, como as políticas públicas voltadas a essa população têm se configurado desde o Programa Brasil Sem Homofobia até a atualidade. A fundamentação teórica deste estudo se baseia na trajetória da população LGBT no Brasil, na discussão literária sobre as políticas públicas e cidadania LGBT, e também sobre os principais elementos que balizam a atuação e configuração das OSC. A coleta de dados se deu através da realização de entrevistas semiestruturadas com representantes de doze OSC voltadas ao público LGBT. Para explorar o corpus formado por essas entrevistas, foram utilizados elementos da Análise do Discurso como ferramenta interpretativa. Os discursos proferidos por representantes de OSC LGBT levaram à compreensão de que a trajetória das políticas públicas LGBT no Brasil se relaciona diretamente com a disputa ideológica na arena pública entre valores progressistas e conservadores, e também com a constante atuação do movimento social em formato de OSC. Nesse sentido, a relação desenvolvida ao longo do tempo entre as OSC LGBT e o Estado brasileiro, em suas três esferas constitutivas, implica diretamente no avanço, estagnação ou retrocesso das pautas LGBT. Também, o recrudescimento do conservadorismo e sua

influência no cenário político pode ser considerado como frequente barreira às demandas relacionadas à orientação sexual e identidade de gênero.

Palavras-chave: Políticas públicas. LGBT. Organizações da sociedade civil. Estado.

ABSTRACT

SOUSA JÚNIOR, Carlos Augusto Alves de, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, June, 2021. **Public policies for the LGBT population from the perspective of civil society organizations: challenges and perspectives.** Adviser: Karla Maria Damiano Teixeira. Co-adviser: Diego Costa Mendes.

The beginning of the 2000s is featured by the first specific public policies aimed at the LGBT population in Brazil, as the Brasil Sem Homofobia programme, in 2004. These policies were executed by civil society organizations (CSOs) due to the lack of expertise of the Brazilian State when it comes to LGBT rights. It was also possible due to the alignment of these organizations with the demands of civil society. On the other hand, these policies presented fragilities in their design and difficulties in implementation due to the resistance of conservative segments, although representing significant progress for the LGBT population. Thus, this research aimed to understand the path of these LGBT public policies since the Brasil Sem Homofobia programme until the present year. The theoretical basis of this study is based on the trajectory of the LGBT population in Brazil, on the literary discussion on public policies and LGBT citizenship, and also on the main elements about CSOs. Data collection was based on semi-structured interviews with representatives of twelve CSOs aimed at the LGBT population. Elements of Discourse Analysis were used in order to explore the corpus formed by these interviews. The findings indicate that the path of LGBT public policies in Brazil is directly connected to the ideological dispute in the public arena between progressive and conservative values. It was also related to persistent performance of the LGBT CSOs. Thus, the relationship developed over time between LGBT CSOs and the Brazilian State directly implies the advancement, stagnation or setback of LGBT agendas, considering the three constitutive spheres of the State. In addition, the resurgence of conservatism and its influence on the political scene can be considered as a frequent barrier to demands related to sexual orientation and gender identity.

Keywords: Public Policies. LGBT. Civil Society Organization. State.

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 – Conquistas do movimento LGBT	26
Tabela 02 – Exemplos de OSC voltadas à assistência LGBT	32

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ABGLT	Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais e Intersexos
AD	Análise do Discurso
AIDS	<i>Acquired Immunodeficiency Syndrome</i>
ANTRA	Associação Nacional de Travestis e Transexuais
BA	Bahia
BSH	Brasil Sem Homofobia
CDC	<i>Centers for Disease Control and Prevention</i>
CLO	Coordenadoria da Livre Orientação Sexual
CNDC	Conselho Nacional de Combate à Discriminação
CNJ	Conselho Nacional de Justiça
COMITRATE	Comitê Estadual de Atenção à Migração, Refúgio e Apatridia, Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e Erradicação do Trabalho Escravo
CRAS	Centro de Referência da Assistência Social
DF	Distrito Federal
DST	Doenças Sexualmente Transmissíveis
Eco-92	Conferência das Nações Unidas Sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento
EUA	Estados Unidos da América
FHC	Fernando Henrique Cardoso
GGB	Grupo Gay da Bahia
GM	Gabinete do Ministro
GRID	<i>Gay Related Immune Deficiency</i>
HIV	<i>Human Immunodeficiency Virus</i>
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LGBT	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais e Travestis
LGBTI	Lésbicas, Bissexuais, Gays, Transexuais, Travestis e Intersexuais
LGBTI+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Travestis, Intersexuais e todas as demais letras da sigla

LGBTIA+ Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Travestis, Intersexuais, Agênero e todas as demais letras da sigla

LGBTQ Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Travestis e *Queer*

LGBTQ+ Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Travestis e demais letras da sigla

LGBTQI Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Travestis, *Queer* e Intersexuais

MG Minas Gerais

MHB Movimento Homossexual Brasileiro

MS Ministério da Saúde

ONG Organização não Governamental

ONU Organização das Nações Unidas

ONU Organizações Nacionais das Nações Unidas

OSC Organização da Sociedade Civil

OSCIP Organização da Sociedade Civil de Interesse Público

PNDH I Primeira versão do Programa Nacional de Direitos Humanos

PNDH-2 Segunda versão do Programa Nacional de Direitos Humanos

PNDH-3 Terceira versão do Programa Nacional de Direitos Humanos

PNPCDH-LGBT Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais

PNSILGBT Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais

PrTr Processo Transsexualizador

PT Partido dos Trabalhadores

RS Rio Grande do Sul

SAS Secretaria de Atenção à Saúde

SC Santa Catarina

SMADS Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social

SP São Paulo

STF Supremo Tribunal Federal

SUS Sistema Único de Saúde

SUSEP Superintendência de Serviços Penitenciários

TIC Tecnologias da Informação e Comunicação

USP Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	13
2. REFERENCIAL TEÓRICO	19
2.1. População LGBT	19
2.1.1. A primeira onda: 1978-1983	19
2.1.2. A segunda onda: 1984-1992.....	20
2.1.3. A terceira onda: 1992-2000	21
2.1.4. Cenário contemporâneo: 2001-2021	21
2.2. Políticas Públicas e Cidadania LGBT.....	23
2.2.1. Políticas Públicas LGBT	25
2.2.2. Cidadania LGBT	28
2.3. OSC – Organizações da Sociedade Civil.....	30
3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	34
3.1. Caracterização da pesquisa.....	34
3.2. Unidade de análise	35
3.3. Técnica de coleta de dados	35
3.4. Técnica de análise de dados	37
3.4.1. Uso metodológico da AD como ferramenta analítica	38
3.5. Caracterização das OSC participantes da pesquisa.....	39
4. ANÁLISES DOS DADOS COLETADOS	43
4.1. Ascensão das pautas LGBT.....	43
4.2. O retrocesso das pautas LGBT.....	48
4.3. Conservadorismo e sua influência na política	55
4.4. Interlocução entre Estado e organizações da sociedade civil.....	62
4.5. Como superar esse cenário?	70
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	78
REFERÊNCIAS	84
APÊNDICE A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	93
APÊNDICE B – Roteiro de Entrevista	96

1. INTRODUÇÃO

O processo de redemocratização do Brasil trouxe mudanças significativas no que se refere às questões sociais, sendo a Constituição Federal de 1988 o principal dispositivo que permitiu esse movimento. Nesse sentido, a referida Constituição preleciona os Direitos e Garantias Fundamentais, sendo caracterizados pelos conjuntos de normas, princípios, prerrogativas, deveres e institutos inerentes à soberania popular. Estes dispositivos têm como objetivo garantir a convivência pacífica, digna, livre e igualitária, independentemente de credo, raça, origem, cor, condição econômica ou status social (BULOS, 2011).

Por outro lado, as medidas previstas na Constituição Federal de 1988 não garantem por si só os direitos nela apresentados. Com efeito, esses direitos podem ser garantidos mediante políticas públicas, planejadas na tentativa de assegurar o direito de cidadania a todos os indivíduos (BORGES; SCHUMACHER, 2013). Secchi (2014) pontua a existência de dois elementos fundamentais na implantação de uma determinada política pública: intencionalidade pública e resposta a um problema público. Desse modo, a motivação para o estabelecimento de uma política pública é o tratamento ou a resolução de um problema entendido como coletivamente relevante.

Apreende-se, portanto, que as políticas públicas configuram uma importante ferramenta para a mudança social quando se trata da administração pública, atuando diretamente para a garantia do bem-estar coletivo e redução das desigualdades. Avançando na discussão, com a expansão da cidadania (prevista na Constituição de 1988) e, conseqüentemente, com o aumento do engajamento social, a percepção e construção de problemas relevantes à toda sociedade pode se dar de maneira complexa, uma vez observadas as especificidades de diversos grupos sociais. Ademais, a percepção e delimitação de um problema público não garante que o mesmo chegue à agenda governamental, sendo esse processo definido pelas vontades políticas, expressividade de grupos de coalizão, dentre outros fatores (SUBIRATS, 2007).

Nesse sentido, Rossini, Rotta e Borkovski (2017) apontam que os governos se tornam arena de conflitos de interesses e preferências, desempenhando papel principal no desenvolvimento e implementação dessas políticas. Com efeito, visualiza-se a formação de coalizões dentro do próprio aparato governamental, bem como grupos de interesse externos ao governo, movimentos sociais, agências, que

porventura influenciam neste processo. Assim, o desenho dessas políticas, atrelado aos mecanismos de gestão do governo, contribuem para o enfrentamento ou agravamento dos problemas públicos ao qual estas são direcionadas.

Dada a complexidade de fazer determinado problema de ordem pública chegar à agenda governamental, suscitando políticas específicas, percebe-se a dificuldade de grupos minoritários de reivindicarem políticas que assegurem seus direitos básicos. Nesse sentido, este estudo discorre a respeito da população composta por lésbicas, gays, bissexuais e transexuais (LGBT), que tem se articulado principalmente nas últimas duas décadas para reivindicar o direito de reconhecimento de suas identidades, bem como a superação do preconceito institucional.

Primeiramente, é importante salientar que a conformação da sigla adotada neste trabalho “LGBT” remete à uma construção histórica em que, gradativamente, foi-se agregando sujeitos que de algum modo foram violentados por não corresponderem à uma suposta linearidade entre sexo, gênero e sexualidade (BUTLER, 2015). Desse modo, a “sopa de letrinhas” mencionada por Facchini (2002) faz alusão justamente a esse processo contínuo de luta por reconhecimento de sexualidades e identidades de gênero deslegitimadas em prol da reificação da heterossexualidade e cisgeneridade. Uma vez feita essa colocação, é interessante entender a importância dessa constante mudança observada na sigla no sentido de cada vez mais agregar e reconhecer diferentes sujeitos e formas de existência.

De acordo com o estudo de Cunha e Pacheco (2018), a Constituição de 1988 forneceu bases legais para criação e implementação de programas com finalidade de promover a equidade entre as pessoas heterossexuais e LGBT. Contudo, apesar da Constituição ter aberto espaço para a discussão dos direitos das minorias, ela não aborda explicitamente o preconceito em razão da orientação sexual e da identidade de gênero. A referida comunidade, num primeiro momento, articulou-se para reivindicar, perante o Poder Legislativo, medidas para garantia de seus direitos. No entanto, o grupo não obteve avanços nessa esfera, principalmente devido à resistência de segmentos conservadores no parlamento. Mais adiante, o movimento consegue avanços ao pressionar o Poder Executivo, especificamente no governo Lula, em 2004, gerando programas como o Brasil sem Homofobia, e, mais adiante, a Política Nacional de Saúde LGBT (CUNHA; PACHECO, 2018; MELLO, BRITO; MAROJA, 2012).

Cabe ressaltar que as reivindicações do grupo supramencionado datam de antes da Constituição de 1988. Contudo, a discussão levantada neste trabalho se refere às políticas públicas voltadas a este segmento a partir da referida Constituição. Mais especificamente, faz-se um recorte temporal a partir dos anos 2000, momento em que surgiram as primeiras políticas públicas voltadas à referida população no Brasil – mencionadas anteriormente –, a partir do alinhamento da comunidade com o Poder Executivo.

Por outro lado, embora o poder executivo tenha criado programas com o objetivo de promover os direitos da população LGBT, esses vêm enfrentando falta de apoio financeiro, de colaboração entre as diferentes esferas de governo e de força de trabalho para sua implementação desde o surgimento de tais iniciativas. Ademais, políticas como o Brasil sem Homofobia sofreram pressões da parte religiosa do parlamento, resultando na descontinuidade das ações do programa gradativamente (CUNHA; PACHECO, 2018).

A partir disso, o movimento passa a pressionar o Poder Judiciário, conquistando avanços como o reconhecimento das uniões civis entre indivíduos do mesmo sexo, estendendo os direitos das uniões heterossexuais às uniões do mesmo sexo em 2011 (SANTOS, 2011). Mais adiante, em junho de 2019, o STF aprovou a criminalização da homofobia, dada a omissão dos outros aparelhos do Estado em legislar nesse sentido. Assim, equiparando a homofobia ao crime de racismo, desde 13 de junho de 2019, a *LGBTfobia* é classificada como crime no Brasil, inafiançável e imprescritível (BARIFOUSE, 2019). Portanto, o Poder Judiciário tem sido um ator de destaque nesse cenário ao prover grande parte dos avanços alcançados, embora tenha limitações ao não poder legislar nem construir políticas públicas específicas para a categoria.

Neste cenário em que os Poderes Executivo e Legislativo supracitados não proferem os avanços esperados no que se refere às demandas LGBT, e o Judiciário atua dentro de suas limitações, a situação dos membros desse segmento se agrava. Exemplificando esse fenômeno, o Grupo Gay da Bahia (GGB), organização da sociedade civil (OSC) que desde 1982 coleta estatísticas sobre violência LGBT, registrou aumento de 30% nos homicídios de LGBT em 2017 em relação ao ano anterior. Segundo essa instituição, a cada 19 horas um LGBT é assassinado ou se suicida vítima da "*LGBTfobia*", o que faz do Brasil um país em que se matam mais

homossexuais do que em países onde há pena de morte contra a referida população (SOUTO, 2018).

Com efeito, a marginalização desses atores se operacionaliza em outras esferas. No âmbito da educação, por exemplo, a Pesquisa Nacional sobre o Ambiente Educacional no Brasil em 2016 apontou que 71% dos estudantes LGBT já relataram terem sido agredidos verbalmente e outros 36%, fisicamente (ABGLT, 2016). No que tange à promoção da saúde LGBT, é indicado em estudos que o grupo populacional ao qual este estudo se refere apresenta demasiada resistência à procura aos serviços de saúde devido ao preconceito sofrido perante às instituições promotoras de saúde (GUIMARÃES et al., 2017).

A partir do exposto, é notória a dificuldade do Estado em atender a uma gama crescente de demandas sociais cada vez mais específicas. Nesse sentido, as Organizações da Sociedade Civil (OSC) se destacam por sua atuação, buscando solucionar problemas sociais que têm sido negligenciados pelo Estado. Faz-se um adendo, neste momento, com relação à referida nomenclatura. No Brasil, desde a Conferência Mundial da Organização das Nações Unidas (ONU), conhecida como Eco-92, o termo Organização não Governamental (ONG) ganhou força para caracterizar entidades sem fins lucrativos. Contudo, nesta pesquisa será adotada a nomenclatura OSC, que desde o início dos anos 2000 tem sido empregada para denotar “organizações constituídas livremente por cidadãos que atuam diante da carência de produtos e serviços que o Estado não atende de modo satisfatório e o mercado não tem interesse de atender” (OLIVEIRA; HADDAD, 2001, p. 62). Com maior experiência em seus campos específicos de atuação, as OSC representam atores de destaque na condução da política e desempenham papel fundamental na interlocução entre governo e sociedade civil.

Estudos como o de Sampaio (2016) e Lopez e Abreu (2014) tratam especificamente da participação de OSC na condução do processo político, apontando os aspectos positivos da parceria entre essas organizações e gestores públicos federais. As principais vantagens reveladas dessa cooperação são: i) internalizar o conhecimento especializado das organizações; ii) fortalecer a rede de atuação de OSC, aproveitando de sua capilaridade territorial; iii) ampliar a legitimidade da política pública; iv) suprir a falta de quadros da burocracia para a implementação; e, v) a proximidade das demandas dos beneficiários diretos da ação (LOPEZ; ABREU, 2014). Dito isso, esta pesquisa

Levando em consideração a participação de OSC LGBT na condução do processo político circunscrito na reivindicação, elaboração e implementação de políticas públicas voltadas aos LGBT, esta pesquisa tem como indagação: como se pode compreender a trajetória das políticas públicas LGBT brasileiras que emergiram no início dos anos 2000 a partir da ótica das organizações da sociedade civil?

Desse modo, o presente estudo teve como objetivo compreender, mediante discurso de OSC LGBT brasileiras, como as políticas públicas voltadas a essa comunidade têm se configurado desde o Programa Brasil sem Homofobia até a atualidade. Mais especificamente, pretende-se: i) compreender a relação das OSC com o Estado e com as políticas públicas voltadas à população LGBT; ii) investigar a percepção que tais OSC têm sobre as políticas públicas voltadas à população LGBT no Brasil; e iii) analisar as transformações que as políticas públicas à população LGBT têm sofrido no país, a partir da década de 2000.

A partir da problematização deste estudo, é possível observar que o processo de elaboração e implementação de políticas públicas envolve diversos atores, em distintas etapas, desde a delimitação de um problema entendido como coletivamente relevante, até que o mesmo se desdobre em políticas públicas. Desse modo, este estudo se justifica diante da necessidade de se ampliar o entendimento acerca desse processo, especialmente quando se trata de demandas de grupos minoritários, como o público LGBT. A partir das informações levantadas por este trabalho, torna-se possível aprofundar a compreensão acerca do papel dos atores envolvidos neste processo, e entender o porquê dos descompassos acerca das reivindicações da referida comunidade e as políticas proferidas pelo Estado (ou ausência das mesmas). Como agravante, o governo que se estabelece em 2019 com a posse do presidente Bolsonaro não se mostrou sensível acerca da necessidade de elaboração de políticas públicas voltadas à esta comunidade, dificultando que as demandas do movimento LGBT sejam recebidas e transformadas em políticas de Estado.

No tocante às OSC, é válido ressaltar o discurso governamental. De maneira geral, as OSC no Brasil têm sido alvo de diversos ataques, colocando em xeque sua credibilidade e relevância. Assim, dado o alinhamento dessas organizações com as demandas da sociedade civil, bem como seu papel de escuta ativa e de capilarizar as políticas vigentes, pode-se apreender que estas possuem propriedade ao analisar o processo político. Torna-se, portanto, salutar escutar essas organizações como forma de reconhecimento à importância das mesmas para a sociedade civil e seu papel em

influenciar políticas públicas. Mais especificamente, discute-se que o próprio Programa Brasil sem Homofobia teve execução protagonizada por OSC ativistas, demonstrando falta de *expertise* no debate sobre direitos LGBT por parte do Estado, bem como uma histórica não responsabilização do mesmo com relação à assistência a essa população (IRINEU, 2014; MELLO, 2010). Dito isso, esta pesquisa traz como contribuição para o campo da administração pública a exploração da perspectiva dessas OSC acerca das políticas públicas LGBT, trazendo elementos que versam sobre a trajetórias dessas políticas e levando em consideração as articulações entre o Estado e sociedade civil.

A relevância deste trabalho se torna evidente a partir de contribuições institucionais e sociais. A respeito das contribuições institucionais, o estudo fornece informações que podem chamar atenção de gestores públicos sobre a necessidade de se levar em consideração segmentos historicamente mais vulneráveis na elaboração e implementação de políticas públicas. No que se refere à relevância social, a consecução desta pesquisa pode suscitar novas políticas públicas que, porventura, possam dirimir a abjeção desses atores perante o governo e a sociedade.

Além desta introdução, esta pesquisa está dividida em outras cinco seções. A seção dois apresenta o referencial teórico sobre a história da constituição e busca de direitos da população LGBT no Brasil. Também, discute-se conceitualmente as políticas públicas, e em seguida aquelas voltadas ao público em questão. Por final, ainda nesse tópico, aborda-se a temática do terceiro setor, especificamente as OSC e seus principais atributos. No tópico três, encontram-se os procedimentos metodológicos adotados para consecução deste trabalho, seguido pelas análises das entrevistas e discussão acerca das principais evidências que emergiram ao longo do *corpus*.

Assim, para maior embasamento desta pesquisa, torna-se importante primeiramente aprofundar o conhecimento acerca da conformação do grupo LGBT e suas demandas históricas. No próximo tópico, apresentam-se marcos importantes que possibilitaram a constituição desta comunidade e os avanços conquistados no que se refere às políticas públicas.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. População LGBT

As raízes da atual população denominada LGBT remetem inicialmente ao movimento homossexual, que ganhou força no Brasil a partir da década de 1970. Inicialmente, este teve inspiração nos movimentos feministas e no movimento negro, e tinha como objetivo ressignificar a percepção de que os homossexuais eram seres anormais, e a heterossexualidade o único caminho considerado normal e possível (SAMPAIO; GERMANO, 2014). Desde as primeiras iniciativas, o movimento passou por transformações no sentido de agregar cada vez mais sujeitos que não se enquadravam na heteronormatividade, tornando-se cada vez mais heterogêneo. Facchini (2002) faz uma leitura do movimento homossexual brasileiro (MHB), desde a década de 1970 até os anos 2000, classificando-o em três “ondas”, discutidas a seguir.

2.1.1. A primeira onda: 1978-1983

Neste primeiro momento, o segmento era composto essencialmente por homens homossexuais, sendo o primeiro grupo de militância formado no Brasil denominado de Núcleo de Ação pelos Direitos dos Homossexuais, em 1978. Ainda neste ano teve seu nome mudado para SOMOS - Grupo de Afirmação Homossexual, sendo convidado para participar no ano seguinte de um evento na USP sobre movimentos de emancipação de grupos discriminados (FACCHINI, 2002).

Com a realização do evento, o grupo SOMOS ganhou novos integrantes, abrangendo também as mulheres. O referido grupo defendia que seus membros deveriam se compor exclusivamente por homossexuais e deveriam combater a utilização de termos pejorativos, estereótipos, assimetrias de gênero entre homens e mulheres e o autoritarismo. A partir do evento, também foi possível a criação de outros grupos além do SOMOS, culminando no total de aproximadamente 20 grupos no início da década de 1980 (MACRAE, 1982; FACCHINI, 2002).

2.1.2. A segunda onda: 1984-1992

Nesta segunda fase, entra em cena a epidemia do HIV/aids¹, e o número de grupos homossexuais diminui significativamente. A demora por parte do governo em proferir medidas para combater o surto fez com que ativistas homossexuais fossem os responsáveis pelas primeiras mobilizações no combate ao HIV/aids. Diante desse cenário, houve um aumento da visibilidade pública da homossexualidade, e o Movimento Homossexual Brasileiro (MHB) construiu parcerias com o Estado a fim de garantir uma melhor assistência à população homossexual. Neste momento, grupos gays foram fundados através do financiamento de programas do governo e de organizações internacionais que lutavam contra o HIV/aids. Também, foi nesta fase em que o termo “orientação sexual” foi introduzido em substituição à “opção sexual” (FACCHINI, 2002; SAMPAIO; GERMANO, 2014)

Por outro lado, a suposta associação da epidemia com as práticas homossexuais desmobilizou as reivindicações de liberdade sexual que a primeira onda apresentava. Ferreira e Miskolci (2020) dissertam a respeito deste fenômeno ressaltando os impactos que a epidemia acarretou para o movimento homossexual:

Isso, pois, no início da epidemia de HIV-aids, em meados de 1981 e 1983, não havia claro conhecimento a respeito da etiologia da doença, tampouco em relação aos fatores de risco e aos prováveis sinais e sintomas. Assim, muitas especulações a respeito das vias de propagação do HIV-aids se estabeleceram, bem como discursos moralizantes. Esses discursos, oriundos de vertentes religiosas e da grande imprensa, acabaram por criar os chamados “comportamentos de risco” e, na mesma toada, os “grupos de risco”. Homossexuais, prostitutas, imigrantes haitianos e usuários de drogas endovenosas foram os primeiros grupos de risco demarcados pelo Centro de Controle de Doenças (CDC), nos Estados Unidos. A AIDS, tratada primeiramente por Deficiência Imunológica Relacionada à Homossexualidade – ou Gay Related Immune Deficiency (GRID) –, criou um pânico sexual generalizado, ora em decorrência do próprio desconhecimento etiológico e da impossibilidade de tratamento eficaz, ora em virtude da exposição que a descoberta da patologia poderia causar, uma vez que dizer-se “soropositivo”, no contexto da época, seria análogo a dizer-se “homossexual” (MISKOLCI, 2020, p.1007)

Assim, o foco do movimento se concentra momentaneamente em cobrar atitudes do governo no combate à epidemia, que além dos impactos no que se refere à saúde, também estigmatizava o grupo homossexual (FACCHINI, 2002).

¹ De acordo com o Ministério da Saúde (2020), HIV é a sigla abreviada do inglês que significa vírus da imunodeficiência humana, causador da aids. Já a aids também é uma sigla abreviada do inglês que significa *Acquired Immunodeficiency Syndrome* (Síndrome da Imunodeficiência Adquirida – SIDA), uma doença do sistema imunológico humano ocasionado pelo vírus HIV.

2.1.3. A terceira onda: 1992-2000

Nessa fase, o MHB ganhou ainda mais visibilidade uma vez observado seu engajamento no combate ao HIV/aids. O Brasil se tornou referência no que tange à resposta à epidemia, e utilizou dessa *expertise* financiando grupos de prevenção, majoritariamente composto por homossexuais, culminando na organização e formação de novos grupos no formato de ONGs (FACCHINI, 2002).

Uma das principais características desse período também é o reconhecimento e diferenciação de outros atores que passaram a fazer parte do movimento. O grupo passou então a ser composto por lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais, possuindo cada um destes atores suas demandas específicas. No contexto da redemocratização do país, as reivindicações do grupo denominado LGBT (lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais) passam a ser por políticas públicas de cidadania. Contudo, sua inserção na agenda governamental se deu primeiramente através de políticas de saúde, mais especificamente as de prevenção e tratamento do HIV/aids (MACRAE, 1982; FACCHINI, 2002).

2.1.4. Cenário contemporâneo: 2001-2021

A partir da criação do Conselho Nacional de Combate à Discriminação (CNCD) em 2001 (vinculado ao Ministério da Justiça), o grupo LGBT intensifica a reivindicação de políticas públicas voltadas à sua cidadania e direitos humanos, justificando que as ações relacionadas a prevenção e tratamento do HIV/aids não contemplavam as demandas de todos atores do grupo (MELLO; BRITO; MAROJA, 2012).

De modo gradual, a referida população conquistou avanços, como a inclusão de ações na segunda versão do Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-2), em 2002, que abordam pela primeira vez a questão da “orientação sexual”, com um viés de “garantia do direito à liberdade, opinião e expressão”; e também ações que visavam à “garantia do direito à igualdade de Gays, Lésbicas, Travestis, Transexuais e Bissexuais” (BRASIL, 2002).

Estas conquistas alcançadas pelo grupo LGBT se tornaram importantes ao aumentar cada vez mais a visibilidade do grupo e suas demandas históricas. Em 2004, com o apoio do Poder Executivo (especificamente do presidente Lula), foi lançado o Programa Brasil sem Homofobia, representando um marco histórico para a população em questão ao visar a promoção da cidadania homossexual, e o combate à

homofobia. (BRASIL, 2008; MELLO; BRITO; MAROJA, 2012). Por outro lado, as ações previstas no Programa não obtiveram o resultado esperado, levando o presidente Lula a convocar a I Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais, em 2008. O principal resultado dessa Conferência foi a promulgação do Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (PNPCDH-LGBT) em 2009, que sequer foi formalizado pelo governo via decreto ou portaria. O documento, portanto, não se desdobrou em ações para assistência do grupo LGBT e teve sua utilidade questionada (BRASIL, 2009; MELLO, 2012).

Neste contexto de busca por políticas públicas se faz importante ressaltar que a identidade do grupo LGBT também sofreu transformações, assim como nas ondas supramencionadas. Sua identidade, que inicialmente contemplava apenas homens homossexuais (MHB), hoje abarca aqueles indivíduos que não se identificam com o padrão heteronormativo, sendo este um dos principais motivos de coesão do grupo. A sigla, portanto, tem sofrido mudanças ao longo do tempo como forma de se ajustar àqueles atores a qual ela se refere. Diante da dificuldade de se adotar uma sigla que representasse todos aqueles que rompem com o padrão heteronormativo, percebe-se na atualidade o emprego de variações da sigla LGBT, como LGBTQ² e LGBTQI³ (FACCHINI, 2002; SAMPAIO; GERMANO, 2014).

Ainda que o rompimento com a heteronormatividade se configura um ponto de interseção e coesão entre os atores que a sigla LGBT denota, cada letra, ou seja, cada segmento que compõe o grupo possui suas principais demandas. No que se refere ao público gay e lésbico, por exemplo, o casamento igualitário e a criminalização da homofobia eram expressivas reivindicações levantadas pelo segmento, sendo esses direitos conquistados em 2011 e 2019, respectivamente, através do STF (SANTOS, 2011; BARIFOUSE, 2019). Concomitantemente, no que se refere ao público transexual, a assistência ao processo transexualizador era uma das principais demandas do segmento, conquistado pela instituição do Processo Transexualizador no Sistema Único de Saúde pela Portaria nº 1.707/GM/MS, de 18

² O “Q” representa aqueles que se identificam como *queer*, ou seja, qualquer indivíduo que foge do padrão heteronormativo, seja por sua orientação sexual ou identidade de gênero.

³ O “I” representa aqueles que se identificam como intersexuais, ou seja, apresentam características dos sexos feminino e masculino.

de agosto de 2008 e pela Portaria nº 457/SAS/MS, de 19 de agosto de 2008 (BRASIL, 2017).

Apesar das conquistas do movimento neste século XXI, a superação do preconceito decorrente da orientação sexual e identidade de gênero ainda se faz de difícil alcance. As consequências desse cenário já foram brevemente problematizadas na introdução desta pesquisa. Com efeito, a partir do ano de 2019, o discurso presidencial voltado à essa população dificulta que novos avanços sejam trilhados na garantia dos direitos do público LGBT no Brasil, a exemplo do cancelamento do financiamento de produções com temática LGBT em 2019 pelo Governo Federal (SOTO, 2019).

A partir do exposto, visualiza-se que a população LGBT ainda carece de dispositivos que garantam sua dignidade e direito de cidadania, sendo as políticas públicas um caminho possível na tentativa de efetivação dos mesmos. No próximo tópico discute-se essa forma de intervenção social estreada pela nova Constituição, e posteriormente os avanços proferidos no que se refere às políticas públicas voltadas à essa população.

2.2. Políticas Públicas e Cidadania LGBT

No que se refere às políticas públicas, é válido ressaltar que não há consenso na academia sobre a referida terminologia. Assim, cada autor contribui para a caracterização do campo através de sua perspectiva. Lynn (1980) as define como um conjunto de ações do governo que irão produzir efeitos específicos. A definição de Dye (1984) corrobora e complementa essa premissa, as conceituando como aquilo que o governo escolhe fazer ou não fazer. Souza (2006) contribui para a discussão acerca da temática argumentando:

Pode-se, então, resumir política pública como o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, “colocar o governo em ação” e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente) (SOUZA, 2006, p. 26).

Dito isso, a formulação dessas políticas é uma ação intencional, que tem como finalidade traduzir os propósitos dos governos em programas e ações, produzindo mudanças desejadas a curto, médio e longo prazo. A partir dessas concepções, também é possível identificar um dos principais atores quando se trata de políticas públicas: o governo. Este se torna arena de conflitos em torno de interesses,

preferências, ideias, e desempenha papel fundamental no processo de elaboração e implementação dessas políticas (SOUZA, 2006; HEIDEMANN, 2006).

Por outro lado, o governo e toda sua estrutura administrativa não é a única instituição a promover políticas públicas. Nas palavras de Heidemann (2006):

Uma associação de moradores, por exemplo, pode perfeitamente realizar um "serviço público local", movida por seu senso de bem comum e sem contar com o auxílio de uma instância governamental superior ou distante. Outras entidades, como as organizações não governamentais (ONGs), as empresas concessionárias e as associações diversas da sociedade também se incluem entre os agentes de políticas públicas, em toda parte (HEIDEMANN, 2006, p. 31).

Assim, torna-se importante observar nesse contexto que o conceito envolve uma abordagem multicêntrica, em que tanto o Estado como atores sociais são responsáveis pelas ações e decisões (BARREIRO; FURTADO, 2015). Com efeito, o empoderamento da sociedade civil no processo político foi possível através da redução do poder discricionário de políticos e burocratas, no contexto da redemocratização do Estado, após a Constituição de 1988. Desse modo, a minimização ou eliminação da discricionariedade através da transferência de poder a outras instituições independentes do jogo político (como as OSC) representou uma descentralização das ações do governo. Essa mudança se tornou importante ao passo que esses órgãos independentes não são submetidos às incertezas dos ciclos eleitorais, e possuem maior conhecimento e experiência técnica para lidar com assuntos específicos aos quais as políticas públicas se destinam (SOUZA, 2006; HEIDEMANN, 2006).

Aprofundando a discussão, é importante discorrer a respeito das fases que compõem o processo político, conhecido também como ciclo das políticas públicas. Da mesma forma como há conceituações diferentes para o campo, cada autor aborda este ciclo através de sua perspectiva. Heidemann (2006) diz que há pelo menos quatro etapas: a primeira se refere às decisões políticas tomadas para resolver problemas sociais previamente estudados; a segunda à implementação; a terceira à checagem se as partes interessadas foram satisfeitas; e a quarta à avaliação, visando a continuidade, aperfeiçoamento, reformulação ou descontinuidade da política pública. Secchi (2014) faz uma leitura mais minuciosa deste ciclo, caracterizando-o em sete fases: identificação do problema, formação da agenda, formulação de alternativas, tomada de decisão, implementação, avaliação e extinção.

Cabe ressaltar que apesar desses modelos serem úteis para organizar ideias, entender a complexidade das políticas públicas e realizar comparações entre casos diferentes, estes modelos nem sempre se apresentam dessa forma na vida real. Nesse sentido, o ciclo pode ser compreendido como uma construção política e social que compartilha com a ideia de que essas políticas não seguem um processo linear e contínuo, mas sim um processo interativo movido pela dinâmica das relações entre Estado e sociedade (FERREIRA, ALENCAR, PEREIRA, 2012; BARREIRO; FURTADO, 2015).

De modo geral, apreende-se que as políticas públicas representam uma ferramenta de grande importância em países democráticos em resposta às demandas da sociedade civil. No tópico seguinte, serão abordadas as políticas públicas voltadas ao público LGBT, seus antecedentes e desdobramentos.

2.2.1. Políticas Públicas LGBT

As primeiras políticas públicas voltadas especificamente à população LGBT remetem ao cenário de epidemia do HIV/AIDS (no final da década de 1980 e início da década de 1990). Contudo, apenas no início dos anos 2000 que as demandas do movimento começaram a se desdobrar em políticas mais amplas que tentavam abarcar as demandas específicas do movimento LGBT. Os principais avanços nessa esfera se deram a partir do alinhamento com o Poder Executivo, em 2004, primeiramente através do Programa Brasil sem Homofobia (BSH) (MELLO; BRITO; MAROJA, 2012). Pode-se verificar cronologicamente as conquistas do movimento LGBT na tabela a seguir:

Tabela 01- Conquistas do movimento LGBT

1996	Programa Nacional de Direitos Humanos 1 (PNDH-1)
2002	Programa Nacional de Direitos Humanos 2 (PNDH-2)
2004	Brasil sem Homofobia
2007	Convocação da I Conferência Nacional De Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis E Transexuais
2008	Instituição do Processo Transexualizador no Sistema Único de Saúde
2009	Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (PNPCDH-LGBT).
2011	Política Nacional de Saúde Integral LGBT (PNSILGBT) Casamento Igualitário
2019	Criminalização da Homofobia

Fonte: elaborado pelo autor

O programa Brasil Sem Homofobia (BSH), de 2004, é considerado um marco no que se refere à garantia de direitos dos LGBT através de políticas públicas. É discutido que os Planos Nacionais de Direitos Humanos 1 e 2 foram antecessores a essa política, no início dos anos 2000, e criaram um cenário propício para que em 2004 as demandas do segmento LGBT fossem recebidas pelo Poder Executivo e traduzidas no referido programa. Contendo diretrizes que visavam a promoção dos direitos à saúde, educação, segurança e trabalho, o BSH pode ser caracterizado como um marco no que se refere à assistência LGBT, tanto pelo seu significado simbólico quanto pelo seu desdobramento, posteriormente, em iniciativas em distintas esferas (BRASIL, 2008; MELLO; BRITO; MAROJA, 2012).

Ainda que as ações propostas pelo BSH fossem promissoras, muitas não chegaram a ser assumidas por nenhuma secretaria ou órgão específico. O programa também começou a enfrentar dificuldades financeiras ainda no início das suas atividades, dificultando a operacionalização de suas diretrizes. Nesse contexto, em 2007 o governo Federal, especificamente o presidente Lula, convocou a I Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais, a ser realizada em 2008, com o tema “Direitos humanos e políticas públicas: o caminho para garantir a cidadania de gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais”, no intuito de discutir medidas para efetivação dos direitos de cidadania do segmento LGBT, e também para

avaliar e avigorar as ações propostas pelo BSH (MELLO; MAROJA, 2012; MELLO, BRITO; MAROJA, 2012). Cabe ressaltar que neste mesmo ano o Ministério da Saúde instituiu o Processo Transexualizador (PrTr) pelo SUS, assegurando o direito da pessoa transexual à realizar a cirurgia de redesignação sexual (POPADIUK, OLIVEIRA e SIGNORELLI, 2017).

A partir das deliberações resultantes da I Conferência LGBT foi possível elaborar e lançar em 2009 o Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (PNPCDH-LGBT). O Plano tinha como objetivo definir diretrizes e ações para a elaboração de políticas públicas de inclusão social do público em questão; contudo, após sua apresentação em Brasília, os documentos referentes ao plano saíram de circulação, não sendo disponibilizados para divulgação. O PNPCDH-LGBT não chegou sequer a ser formalizado via decreto ou portaria, evidenciando a inexistência formal que também caracterizava o programa Brasil sem Homofobia (BRASIL, 2009; MELLO e MAROJA, 2012; MELLO, BRITO e MAROJA, 2012).

A próxima iniciativa significativa para o grupo LGBT foi a aprovação do Plano Nacional de Direitos Humanos 3 (PNDH-3), em 2009. O plano não se restringia às demandas LGBT, mas continha um conjunto de diretrizes mais específicas, muitas previstas mas não efetivadas nos planos e programas anteriores. O PNDH-3 estimulava políticas afirmativas de promoção de uma cultura de respeito à livre orientação sexual e identidade de gênero, suscitava a regulamentação da união civil de pessoas do mesmo sexo, bem como adoção, e previa medidas de assistência à população transexual e travesti. Por outro lado, o PNDH-3 também se caracterizava como um ato normativo secundário, não possuindo força o suficiente para fazer cumprir de imediato ou a longo prazo as ações propostas, também porque algumas medidas eram de competência do Poder Legislativo (como a união civil de pessoas do mesmo sexo e adoção). É discutido também que a implementação das ações do plano dependia de uma dotação orçamentária, articulação com diversos órgãos governamentais, e superação da homofobia institucional (MELLO e MAROJA, 2012; MELLO, BRITO e MAROJA, 2012; MELLO, AVELAR e BRITO, 2014).

Um pouco mais adiante, em 2011, o governo reconhece que a discriminação por orientação sexual e identidade de gênero tem influência na determinação social de saúde, bem como no adoecimento acarretado pelo preconceito. Nesse sentido, o Ministério da Saúde promulga a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas,

Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (PNSILGBT), que visava promover a saúde integral da população LGBT, eliminando a discriminação e o preconceito institucional, contribuindo para a redução das desigualdades e consolidação do SUS como sistema universal, integral e equitativo (BRASIL, 2011; POPADIUK, OLIVEIRA e SIGNORELLI, 2017).

O ano de 2011 também trouxe outra conquista expressiva para o segmento LGBT: o reconhecimento das uniões civis entre indivíduos do mesmo sexo, ampliando os direitos das uniões heterossexuais às uniões homoafetivas (SANTOS, 2011). Este feito foi possível através da atuação do Poder Judiciário, especificamente o Supremo Tribunal Federal (STF), e apesar de não se caracterizar como uma política pública, significou um grande avanço no que se refere aos direitos LGBT. Nesse mesmo sentido, o STF também aprova a criminalização da homofobia em 2019, equiparando a homofobia ao crime de racismo, e dando um importante passo na mitigação da vulnerabilidade observada no público em questão (BARIFOUSE, 2019).

A discussão acadêmica acerca das políticas públicas LGBT supracitadas ainda se faz emergente no campo da administração pública. Os estudos que se debruçam a analisá-las podem ser tipificados em dois principais eixos: aqueles com discussão centrada em etapas do ciclo de políticas públicas e outros com debate apoiado na perspectiva *queer*. No primeiro caso, são feitas considerações acerca do desenho e implementação dessas políticas, apontando como principais entraves às políticas públicas no Brasil a falta de leis que resguardem os direitos dessa população; falhas na interlocução entre Estado e sociedade civil; falta de previsão orçamentária para os planos e programas; e falta de representação política no meio LGBT (SOUSA JÚNIOR, MENDES, 2020).

As abordagens embasadas nos estudos *queer* argumentam que as políticas públicas LGBT possuem alcance limitado ao não conseguirem abarcar todas possíveis formas de existência que fogem do padrão heteronormativo. Nesse sentido, políticas de multidões podem representar uma forma de intervenção muito mais potente uma vez que para serem acessadas não dependem da orientação sexual e identidade de gênero (SOUSA JÚNIOR, MENDES, 2020).

2.2.2. Cidadania LGBT

De acordo com Teixeira (1986) a cidadania é um *status* concedido a determinadas pessoas, e cada Estado utiliza de diferentes critérios de seleção e

exclusão para definir quem são os cidadãos, sendo este processo resultado das relações entre governos e governados. Essa concepção dialoga com as duas dimensões da cidadania suscitadas por Bottomore (2004), a formal e substantiva. A dimensão formal da cidadania pode ser entendida como o pertencimento a um Estado-nação, enquanto a substantiva pode ser definida como um status que permite o acesso a direitos civis, políticos e sociais, ou seja, se refere ao exercício dos direitos previstos na Constituição.

Quando se trata da cidadania vivenciada pelo público LGBT, torna-se interessante analisá-la à luz dessas duas dimensões. No âmbito formal, a referida população ainda enfrenta barreiras para reconhecimento enquanto participante do Estado-nação brasileiro. Isso porque, a Nação pode ser compreendida como uma comunidade imaginada que foi naturalizada enquanto campo de constituição de valores morais e projetos de sociabilidade, tornando-se um direito ancorado em um modelo familista, racista, sexista e homofóbico (CURIEL, 2014). Ademais, conforme aludido por Teixeira (1986), o Estado utiliza de diferentes critérios para definição de seus cidadãos, sendo esses critérios determinados por ideais políticos que podem estar relacionados com a formação sócio-histórica e cultural do Brasil, marcada por um modelo familiar que impõe um padrão de masculinidade e (hetero)sexualidade como norma a ser seguida (IRINEU, 2014).

Desse modo, esses elementos históricos que circunscrevem o Estado-nação brasileiro se caracterizam como barreiras para o reconhecimento da população LGBT enquanto participante do Estado-nação, uma vez que limitam as formas possíveis de existência e deslegitimam sujeitos que não compartilham com valores supostamente essenciais para a caracterização de um cidadão formal.

Nesse cenário em que a cidadania formal LGBT ainda perpassa por um processo de legitimação e reconhecimento para seu pleno estabelecimento, Bottomore (2004) acrescenta que a ausência de cidadania formal pode figurar como um obstáculo para o acesso aos direitos relacionados à cidadania substantiva. Isso significa que a falta de reconhecimento das identidades LGBT pode acarretar violações dos direitos civis, políticos e sociais dessa população. A exemplo disso, como já citado anteriormente, a regulamentação das uniões civis entre pessoas do mesmo sexo só se tornou possível através de uma jurisprudência do STF, assim como a adoção por casais homoafetivos, dada a omissão dos outros aparelhos do Estado

em formular leis específicas que amparem essa população (FEITOSA, 2018; ARAGUSUKU & LOPES, 2016; IRINEU, 2014).

Além da fragilidade jurídica supramencionada, Pereira (2017) argumenta que a violência vivenciada por esses atores, atrelada à falta de recursos materiais e simbólicos, dificultam a ambição política LGBT. A consequência disso é a sub-representação do segmento nas esferas representativas, dificultando que as demandas desse público sejam devidamente recebidas pelo Estado.

Um ponto em comum entre as narrativas que versam sobre as políticas públicas LGBT brasileiras é a atuação das OSC em parceria com o Estado. Esta forma de articulação ampliou o diálogo entre o Estado e a sociedade civil, possibilitando melhor escuta das demandas do movimento LGBT, e implementação das políticas proferidas. No tópico a seguir serão apresentadas as principais características dessas organizações e sua importância no processo de elaboração e implementação de políticas públicas.

2.3. OSC – Organizações da Sociedade Civil

Como já apontado na introdução deste trabalho, as organizações da sociedade civil (OSC) desempenham um importante papel no exercício democrático. Para melhor entendimento desse modelo organizacional, faz-se necessário dissertar acerca da origem do termo, que nos remete ao surgimento do setor sem fins lucrativos, posteriormente denominado terceiro setor. Calegare e Silva Júnior (2009) indicam a emergência do “*nonprofit sector*” nos Estados Unidos da América (EUA), durante a década de 1970, no contexto da Guerra Fria. De acordo com os autores, ações filantrópicas sempre foram observadas no contexto dos EUA, no entanto, diante da concentração de poder no congresso, que representava uma ameaça à democracia do país nessa época, essas ações filantrópicas se institucionalizaram em associações voluntárias e fundações, tendo como finalidade ações de caridade, financiadas por doações, e sem fins lucrativos (CALEGARE; SILVA JÚNIOR, 2009).

Ainda na década de 1970 emerge também o termo “terceiro setor”, proposto por John D. Rockefeller (OLIVEIRA, 1999). O referido autor indica a existência de um sistema composto pelo governo, mercado e setor privado sem fins lucrativos, sinalizando a institucionalização deste modelo organizacional que visa ações filantrópicas e sem fins lucrativos. Por sua vez, essas conformações foram denominadas organizações não-governamentais (ONG), e apesar desse termo já ser

empregado desde o início do período após a Segunda Guerra Mundial (em meados da década de 1950) para denominar iniciativas independentes do governo, foi nesse contexto que ele ganhou notoriedade e força institucional (OLIVEIRA, 1999; CALEGARE; SILVA JÚNIOR, 2009).

A conformação dessas organizações no Brasil também remete à década de 1970, momento em que o país passava por um período de deterioração dos serviços públicos, em consonância ao regime autoritário (OLIVEIRA; HADDAD, 2001). Esse contexto acarretou no descrédito do governo, da classe política e do sistema judicial para solucionar as questões sociais que a população enfrentava, estimulando iniciativas de autoajuda, solidariedade e soluções alternativas para carências que o Estado havia deixado de suprir (OLIVEIRA; HADDAD, 2001).

Nesse contexto, houve um fortalecimento de associações não-governamentais, que se disseminavam no intuito de assistir à população à mercê das ações do Estado. Essas iniciativas adotaram o nome que emergia nos EUA (ONG), e se propunham a acompanhar as ações do Estado, reivindicando participação ativa na formulação de políticas públicas (OLIVEIRA; HADDAD, 2001). De acordo com Medeiros e Machado (2017), estas instituições se fundam e se legitimam como grupos de apoio aos movimentos sociais, a exemplo dos movimentos de defesa de direitos humanos, direitos sociais, prestação de serviços à comunidade, superação de desigualdades sociais, educação/capacitação de agentes de transformação social e movimentos ambientalistas.

A partir da Lei 9790/99, também conhecida como Lei do Terceiro Setor, essas entidades antes denominadas de ONG passam a ser chamadas de Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), ou também apenas Organizações da Sociedade Civil (OSC). Essas conceituações ainda são alvo de divergências, que refletem a dificuldade de se entrar num denominador comum entre as disposições nacionais e internacionais a respeito do terceiro setor (CALEGARE; SILVA JÚNIOR, 2009). De todo modo, adota-se neste trabalho a concepção de OSC apresentada por Lopes (2019), que as conceitua como organizações de natureza privada, sem fins lucrativos, legal e voluntariamente constituídas e administradas, cujo objetivo é realizar ações em prol de atores desassistidos e abjetos. Neste ponto, faz-se necessário retomar a discussão acerca da população LGBT, que também vivenciou e se beneficiou desse fenômeno do fortalecimento das OSC no Brasil.

De acordo com Almeida (2010), a ascensão de governos neoliberais, a partir dos anos 80, favoreceu a expansão de OSC de modo geral, incluindo também organizações nascidas no movimento homossexual brasileiro. Neste mesmo contexto, circunscreve-se a epidemia do HIV/aids, que permitiu um aprofundamento da discussão da sexualidade, favorecendo a emergência de manifestações políticas de sexualidades diversas da heterossexual, e também contribuindo para a emergência deste novo modelo organizativo que engloba as OSC (ALMEIDA, 2010). Como exemplo, pode-se citar a atuação do Grupo Gay da Bahia, a mais antiga OSC voltada à defesa dos direitos humanos dos homossexuais, fundada em 1980, e também primeira organização da sociedade civil a proferir medidas para mitigação do surto do HIV/aids, em 1982 (SAMPAIO, 2016).

Desde esse momento até a presente data, o surgimento de OSC voltadas à assistência LGBT vêm crescendo. No cenário atual, a atuação dessas organizações abarca um amplo leque de atividades, englobando ações diretas de combate à homofobia, transfobia, e também ações de capacitação, inclusão social e reivindicação por políticas públicas específicas para o segmento LGBT. Pode-se verificar na tabela abaixo alguns exemplos dessas OSC com atuação no âmbito nacional e suas principais características:

Tabela 02 - Exemplos de OSC voltadas à assistência LGBT

Nome	Descrição
Mães Pela Diversidade	Foi fundada em Pernambuco, em 2016, e atualmente atua em 17 Estados. É um coletivo composto por mães e pais de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais.
Movimento D'ellas	O movimento atua em todo o país fazendo atendimento on-line, por telefone e presencial com pessoas LGBT. Conta com uma equipe voluntária de psicólogos, analistas que atuam na área comportamental e advogados.
Grupo Gay da Bahia (GGB)	Fundada em 1980, é uma associação de defesa dos direitos humanos dos homossexuais no Brasil, trabalhando especialmente no combate à homofobia e prevenção do HIV/aids.
Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais	Fundada em 1995, a associação criou uma rede nacional para levar as reivindicações LGBT até o governo federal e à sociedade como um todo.

Fonte: Website Catraca Livre (2017)

A institucionalização da militância LGBT em formato de OSC ganhou força no início da década de 1990, principalmente devido à necessidade de se mitigar o surto de HIV/aids que acometia a população (FACCHINI, 2002). Nas palavras de Teixeira (2017, p. 20) “essas organizações rapidamente se expandiram e ocuparam um grande espaço político, atuando no sentido de garantir os direitos da população LGBT em diversos espaços da vida social”. Nesse mesmo contexto surge a Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos (ABGLT), primeira OSC de caráter nacional, abrindo espaço para que outras organizações também se institucionalizassem (TEIXEIRA, 2017).

As ações dessas OSC voltadas ao público LGBT podem ser consideradas fundamentais para o estabelecimento da cidadania dessa população. Além das atividades desenvolvidas, citadas anteriormente, essas organizações também tiveram um papel importante na capilarização das ações previstas pelo BSH. Aragusuku e Lopes (2016) relatam que enquanto o governo federal era responsável pelo financiamento do BSH, as OSC voltadas aos LGBT ficavam responsáveis pela gestão da política, principalmente devido à sua *expertise* com relação às demandas e especificidades desse público. Com efeito, a criação dos Centros de Referência LGBT em todo país, ação prevista pelo BSH, se tornou possível através de parcerias com essas organizações no âmbito local (ARAGUSUKU; LOPES, 2016), fato esse que ilustra a importância da interlocução entre o Estado e a sociedade civil organizada.

A partir dessa discussão, apreende-se que as OSC desempenham um papel fundamental na interlocução entre o Estado e a sociedade civil. Desse modo, a escuta desses atores pode fornecer informações importantes para melhor entendimento sobre a trajetória das políticas públicas e população LGBT no Brasil. No próximo tópico, apresenta-se a metodologia seguida para se aprofundar o conhecimento acerca do processo político no que se refere às políticas públicas LGBT, a partir da análise do discurso proferido pelas OSC que fizeram e ainda fazem parte deste processo.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Nesta seção se encontram os procedimentos metodológicos adotados a fim de se atingir os objetivos propostos por esta pesquisa. Para tanto, este capítulo abarca inicialmente a caracterização da pesquisa, unidade de análise, técnica de coleta de e de análise de dados e caracterização das OSC participantes da pesquisa.

3.1. Caracterização da pesquisa

Para iniciar a discussão com relação aos procedimentos metodológicos adotados nesta pesquisa, torna-se importante adereçar o posicionamento epistemológico na condução das análises propostas. Tendo em vista as limitações que a perspectiva positivista/funcionalista traz à pesquisa no campo das ciências humanas, especialmente quando se trata do distanciamento do pesquisador e do contexto histórico ao objeto de análise, adotou-se uma perspectiva interpretativista (BARBOSA et. al., 2013). Isso porque, de acordo com esta última abordagem, “não existe uma realidade de todo objetiva ou subjetiva, pois há uma interação entre as características de determinado objetivo e a compreensão que os seres humanos criam, socialmente, a respeito dele” (SACCOL, 2009 apud BARBOSA et. al., 2013). Dito isso, este trabalho também parte do pressuposto de que a realidade social pode ser compreendida a partir de uma construção de atores sociais em contextos de interação (GRIX, 2002), sinalizando um posicionamento subjetivista no que se refere à perspectiva ontológica adotada. O perfilhamento desses pressupostos se torna adequado à medida que este estudo se propôs a acessar atores sociais por meio de entrevistas, visando compreender posicionamentos e relações estabelecidas entre esses e demais atores.

Este estudo se caracteriza como uma pesquisa de cunho qualitativo. Isto porque, de acordo com Merriam (2002), a pesquisa qualitativa tem como característica a compreensão de um fenômeno a partir da perspectiva dos participantes. Assim, essa característica se relaciona diretamente ao objetivo geral do trabalho, de compreender a partir da perspectiva dos representantes de OSC LGBT brasileiras, como as políticas públicas têm se configurado no Brasil após o BSH. Ademais, Godoi e Balsini (2004) pontuam que este tipo de pesquisa não busca por regularidades, mas sim a compreensão dos agentes, daquilo que os levou singularmente a agir como

agiram, sendo este processo possível apenas se os sujeitos forem ouvidos a partir da sua lógica e exposição de razões.

Esta pesquisa também possui caráter exploratório ao investigar a percepção das OSC acerca do processo político que gira em torno das políticas públicas LGBT. Na perspectiva de Gil (2008), pesquisas exploratórias são desenvolvidas com o objetivo de proporcionar uma visão geral acerca de determinado fato, especialmente quando o tema é pouco explorado, como é o caso das políticas públicas LGBT, especificamente quando se trata da participação de OSC nesse processo.

3.2. Unidade de análise

A pesquisa tem como unidade de análise a perspectiva de 12 OSC LGBT brasileiras sobre a trajetória das políticas públicas voltadas à essa população. Essa escolha se fez devido à participação ativa dessas organizações na elaboração e implementação de políticas e ações voltadas ao público LGBT no Brasil. Sendo assim, a perspectiva dessas entidades se torna importante para compreender como essas políticas têm se configurado a partir do Programa Brasil Sem Homofobia.

3.3. Técnica de coleta de dados

Para se levantar a percepção dessas OSC foram realizadas entrevistas fundamentadas em um roteiro semi estruturado que pode ser encontrado no apêndice B. As perguntas foram formuladas visando levantar informações que possivelmente responderiam a cada um dos objetivos do trabalho. De acordo com Gil (2008), enquanto técnica de coleta de dados, a entrevista é bastante adequada para obtenção de informações acerca do que as pessoas sabem, creem, esperam, sentem ou desejam, pretendem fazer, fazem ou fizeram, bem como acerca das suas explicações ou razões a respeito das coisas precedentes.

Para seleção dessas organizações, este trabalho realizou um levantamento preliminar das OSC voltadas ao público LGBT no Brasil, através de uma pesquisa na página “Organizações da sociedade civil” em site governamental⁴, que possui informações acerca de diversas OSC registradas no Brasil. Por meio deste levantamento, foi possível entrar em contato com essas entidades por e-mail, telefone,

⁴ Disponível em: <http://www.aids.gov.br/pt-br/tags/enderecos/organizacoes-da-sociedade-civil>

whatsapp ou *Facebook*, a fim de apresentar esta pesquisa e convidar um representante para participar.

Isso posto, as entrevistas foram realizadas com um representante de cada OSC, preferencialmente aquele com maior conhecimento e experiência acerca da atuação da organização, e também levando em consideração o critério de acessibilidade.

Ressalta-se que para realização dessas entrevistas, os respectivos participantes receberam o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (apêndice A), e foram solicitados a lê-lo cuidadosamente e retorná-lo assinado caso concordassem em participar da pesquisa.

Ao final da entrevista, também foi solicitado que o representante indicasse outra possível OSC com a qual se pudesse também aplicar essa entrevista, método esse conhecido como *snowball*⁵. Ao final do processo de coleta de dados, foi possível contar com a participação de 12 entrevistados, representando cada um distintas OSC voltadas ao público LGBT no Brasil.

Vale acrescentar que para operacionalização dessas entrevistas foi utilizado o aporte de tecnologias da informação. Isso posto, as entrevistas foram realizadas via videoconferência, na plataforma *google meet*, através de agendamento com cada participante da pesquisa. Também se utilizou o aplicativo de mensagens *Whatsapp* nas situações em que o participante não possuía familiaridade ou acesso à plataforma *google meet*, sendo a entrevista realizada por meio de conversa de texto e/ou áudio. Esse método de coleta de dados se mostrou oportuno devido à situação atípica ocasionada pela pandemia do Covid-19, contexto este que se apresenta nesse momento da pesquisa. Essas entrevistas foram realizadas ao longo dos meses de novembro e dezembro de 2020, e janeiro de 2021.

Uma vez realizadas as entrevistas, estas foram transcritas para que pudessem ser devidamente analisadas, pela técnica de Análise do Discurso.

⁵ Segundo Bernard (2005), a técnica *snowball* é um método de amostragem de rede útil para se estudar populações difíceis de serem acessadas ou estudadas ou que não há precisão sobre sua quantidade, a exemplo dos segmentos que contêm poucos membros e que estão espalhados por uma grande área, e também os estigmatizados e reclusos.

3.4. Técnica de análise de dados

A Análise do Discurso (AD) emergiu em meados do século XX a partir de um movimento que buscou romper com a linguística tradicional, que se centrava na língua como um sistema de signos ideologicamente neutros e instrumentais para comunicar e formular pensamentos (SOUZA; CARRIERI, 2014). A partir da confluência entre três domínios disciplinares, a AD se constituiu com elementos advindos da Linguística, Marxismo e Psicanálise (ORLANDI, 2009). Pêcheux (1975), precursor da vertente francesa da AD, propôs uma ruptura com o sistema linguístico da época ao defender a ideia que a produção de sentidos deveria ser pensada na linguagem em uso, e não através de fragmentos isolados e descontextualizados.

Desse modo, a AD pode ser conceituada como a ciência da linguagem que estuda a produção de sentidos na relação entre a língua, sujeito e história. Um dos seus principais objetivos é o de compreender as ideologias no interior dos discursos, sendo o discurso o efeito de sentido que ocorre entre interlocutores (ORLANDI, 2009). Neste momento, cabe ressaltar a diferença entre discurso e texto. Enquanto o texto representa a manifestação de uma determinada língua, o discurso revela valores, ideologias por detrás dos textos. Isso posto, o discurso deve ser contextualizado, produzido por um enunciador e dirigido a interlocutores específicos (SOUZA; CARRIERI, 2014).

Ainda com relação às dimensões textuais e discursivas, torna-se importante pontuar a existência da intertextualidade e interdiscursividade. De acordo com Fiorin (2012) todo texto é um intertexto, ou seja, outros textos estão presentes nele, em níveis variáveis e sob formas mais ou menos reconhecíveis, sendo a intertextualidade a maneira real de construção do texto. Já a interdiscursividade pode ser compreendida como qualquer relação dialógica, caracterizada como uma relação de sentido. Mais especificamente, na perspectiva de Orlandi (2002, p. 22) “todo dizer se acompanhada de um dizer já dito e esquecido que o constitui em sua memória. A esse conjunto de enunciações já ditas e esquecidas e que são irrepresentáveis é que damos o nome de interdiscurso”. Assim, pode-se apreender que a intertextualidade implica necessariamente uma interdiscursividade. Contudo, não se pode afirmar o mesmo com a relação inversa, a exemplo de quando uma relação dialógica não aparece no nível do texto, caracterizando a presença da interdiscursividade, mas não da intertextualidade (FIORIN, 2012).

A utilização da AD nesta pesquisa se fez interessante para se desvelar a realidade social construída a partir da perspectiva dos discursos advindos das OSC que advogam em prol da população LGBT, e que conseqüentemente possuem propriedade com relação à temática. Nas palavras de Carrieri et al. (2006, p.2)

Por evidenciar a relação entre o indivíduo enunciatador, enquanto produtor de discursos, e seu contexto sócio-histórico cultural, ou seja, o seu *locus* de produção do discurso, a AD permite compreender em profundidade a realidade social, manifestada pela formação discursiva através de discursos individuais.

Essa realidade social concebida por estes discursos trouxe elementos importantes para compreensão do processo político de constituição das políticas públicas LGBT no Brasil. Através dos discursos que compuseram o *corpus* desta pesquisa foi possível estabelecer três categorias analíticas a posteriori, que versam sobre a ascensão das pautas LGBT no cenário nacional, o retrocesso dessas pautas, e sobre o conservadorismo e sua influência na política. Duas categorias também foram estabelecidas a priori, que visaram discorrer sobre a interlocução entre o Estado e organizações da sociedade civil e fazer considerações acerca de como superar esse cenário. Apresenta-se no tópico seguinte os elementos da AD utilizados nesta pesquisa para conduzir as análises propostas.

3.4.1. Uso metodológico da AD como ferramenta analítica

Como instrumento metodológico para guiar as análises, foram utilizados elementos da Análise do Discurso para investigar as estratégias discursivas usadas pelos representantes das OSC participantes da pesquisa. O presente trabalho se propôs a identificar e analisar:

- a) discursos presentes no corpus;
- b) os percursos semânticos. De acordo com Fiorin (2012) o percurso semântico caracteriza-se pelo encadeamento de figuras correlatas a um tema ou de subtemas que se resumem em um tema mais geral.
- c) as condições sociais de produção do discurso. Neste item espera-se analisar o contexto da enunciação discursiva e as condições que fizeram o enunciatador proferir o discurso de determinada forma em detrimento de outra;
- d) aspectos interdiscursivos. Como já pontuado por Fiorin (2012), a identidade de um discurso depende de sua relação com outros, isto é,

ele não se constitui independentemente de outros discursos. Assim, a análise dos aspectos interdiscursivos visa estabelecer relações do discurso em questão com outros discursos subjacentes.

- e) aspectos ideológicos defendidos nos discursos. Neste aspecto, visa-se identificar a ideologia por detrás dos discursos proferidos.
- f) silenciamento. De acordo com Orlandi (2002), entre o dizer e o não dizer desenrola-se todo um espaço de interpretação no qual o sujeito se move. Nesse sentido, o silêncio pode ser pensado como a respiração da significação, lugar de recuo necessário para que se possa significar. Assim, o não dito também pode acarretar em efeito de sentido, especialmente através de aspectos interdiscursivos.
- g) análise lexical. Neste item espera-se analisar a seleção de determinado vocabulário em detrimento de outros e o que isso pode significar.

Os elementos da AD acima mencionados deram suporte às análises do corpus formado pela transcrição das entrevistas, possibilitando a compreensão do modo como as políticas públicas LGBT se configuraram desde o Programa Brasil Sem Homofobia até o ano de 2021, levando em consideração a perspectiva e atuação das OSC LGBT nesse cenário. No tópico seguinte, encontra-se uma breve caracterização dessas OSC participantes da pesquisa.

3.5. Caracterização das OSC participantes da pesquisa

Conforme mencionado anteriormente, esta pesquisa contou com a participação de 12 membros representantes de distintas OSC. Para fins de segurança, as identidades individuais dos participantes não foram reveladas, sendo assim denominadas como Representante 01 a Representante 12. Desse modo, este tópico caracteriza as organizações representadas por estes membros, a partir das descrições encontradas nas páginas oficiais de cada OSC, e também utilizando elementos que emergiram nas entrevistas.

Acontece - Arte e Política

Organização da Sociedade Civil cuja finalidade fundamental é defender e promover por meio da política, arte e cultura o direito à liberdade da orientação sexual e identidade de gênero de lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, intersexuais e de sujeitas com identidades não hegemônicas. A organização atua

principalmente em Florianópolis-SC desde junho de 2013, e se caracteriza como independente e suprapartidária.

Aliança Nacional LGBTI+

A Aliança Nacional LGBTI+ é uma organização da sociedade civil, pluripartidária e sem fins lucrativos. Teve seu registro formal em 2003, passando a atuar como uma rede em 30 de maio de 2009, inicialmente na forma de uma lista de discussão na internet. Em 2016, deu início à organização do seu trabalho de promoção e defesa dos direitos humanos e cidadania, em especial da comunidade LGBTI+, nos estados brasileiros através de parcerias com pessoas físicas e jurídicas.

ANTRA

Maior e mais antiga Associação Nacional de luta pelos direitos de Travestis e Transexuais no Brasil, com afiliadas em todo o território brasileiro. Criada em 1992, sua sede encontra-se em Salvador-BA.

Astral-Go

A ASTRAL-GOIÁS é uma organização da sociedade civil que atua no desenvolvimento de políticas de inclusão para populações historicamente discriminadas no estado de Goiás. Atende e tem como público-alvo a população LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgêneros, Transexuais e Travestis), as pessoas em situação de vulnerabilidade em decorrência violência de gênero e/ou sexuais e aquelas envolvidas circunstâncias relativas ao tráfico de pessoas. Realizando trabalhos de prevenção de DST/HIV/AIDS e de atendimento e de suporte em casos de violências de gênero e/ou sexuais, a ASTRAL foi fundada em 2005 e atua no estado de Goiás.

AtentaBR!

A Atenta! é uma organização que surgiu através do programa Embaixadorxs da ONG - TODXS Brasil, promovendo cursos de capacitação para agentes/empresas de segurança para melhoria no atendimento do público LGBTIA+ e fornecendo consultoria sobre diversidade para organizações de eventos. A ideia para desenvolvimento do projeto surgiu a partir de vivências particulares das idealizadoras do projeto (sujeitas LGBTIA+) somando-se a observações e análises da realidade concreta das violências contra a comunidade LGBTIA+ no Brasil. Criada em 2019, sua sede se encontra em Lavras-MG.

Casa Florescer

Organização da sociedade civil que acolhe 30 travestis e mulheres transexuais, realiza atendimento social, psicológico (saúde, educação, vínculos familiares, reinserção mercado de trabalho). Criada em 2015, sua sede se encontra em São Paulo-SP.

Casa Nem

A CasaNem é um espaço de acolhimento para pessoas LGBTI em situação de vulnerabilidade social, com prioridade para transvestigêneres. É um espaço autossustentável, anticapitalista e festas são realizadas para ajudar nessa auto sustentabilidade do local, que também recebe diversos tipos de doações. Na CasaNem, opressões são proibidas e o espaço abriga diversos projetos tais como o pré-vestibular PreparaNem, CosturaNem, FotografaNem, YogaNem, CapoeiraNem, Libras e o KuzinhaNem, que é a parte de empreendedorismo social de economia solidária voltado para todes LGBTIA+ que tem o espaço como um local para socializar a diversidade e formar uma sociedade paralela inclusiva e livre de opressões, principalmente as opressões do capitalismo. Fundada em 2018, possui atuação na cidade do Rio de Janeiro-RJ.

Casa Rosa

A Casa Rosa surge de uma inquietação do seu idealizador por vir de um cenário bastante privilegiado onde foi aceito e acolhido pelo pai e pela mãe. Entretanto, diversos amigos e amigas não compartilhavam de histórias parecidas, com isso, em 2017, surgiu a vontade de elaborar um projeto que visa o acolhimento de LGBTQ+ em situação de vulnerabilidade. Em termos gerais, o objetivo principal é o de atender ao público adulto LGBTI e, conseqüentemente, abrigá-los da melhor forma, possibilitando a dignidade, garantia dos respectivos direitos humanos, visando à reinserção social integral desses indivíduos, por meio de atividades como oficinas e palestras voltadas à temática. Sua atuação se encontra em Brasília-DF.

Grupo Dignidade

O Grupo Dignidade é uma organização não governamental, sem fins lucrativos, fundada em 1992 em Curitiba. É pioneiro no estado do Paraná na área da promoção da cidadania LGBT (lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais). Foi a primeira organização LGBT no Brasil a receber o título de Utilidade Pública Federal, por decreto presidencial em 05 de maio de 1997. O Grupo se mantém por meio de recursos

captados para a execução de projetos pontuais específicos e também através de doações de colaboradores com a causa LGBT.

Grupo Matizes

O Grupo Matizes é uma organização da sociedade civil, sem fins lucrativos, cuja missão principal é a defesa dos direitos humanos de lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros. Foi fundado em 18 de maio de 2002, com atuação na cidade de Teresina-Piauí.

Grupo Nuances

O Nuances - Grupo Pela Livre Expressão Sexual é uma organização da sociedade civil que atua em Porto Alegre/RS, desde 1991, discutindo temas relevantes para a sociedade como os direitos humanos e situações de discriminação em relação a gays, lésbicas, travestis e homens e mulheres transexuais. Atua nas áreas de intervenção comportamental, cultura, informação, educação e comunicação, tendo como objetivo lutar pelos direitos civis, políticos e sociais da população LGBT.

TODXS

A TODXS é a primeira startup social brasileira sem fins lucrativos que promove a inclusão LGBTI+ através da coleta de dados, seu processamento e tradução em iniciativas direcionadas para três pilares: Sociedade, Governo e Empresas. A missão da organização é empoderar a comunidade LGBTI+, educando a sociedade e transformando o Brasil em um país verdadeiramente inclusivo e livre da discriminação. Atualmente, se caracteriza como um grupo de jovens voluntárixs lutando para construir uma sociedade melhor e mais justa para a comunidade LGBTI+ brasileira. Fundada em 2017, possui atuação de abrangência nacional.

4. ANÁLISES DOS DADOS COLETADOS

Os dados coletados em campo permitiram a adoção de categorias relacionadas à constituição das políticas públicas LGBT no Brasil. São elas: Ascensão das pautas LGBT; O retrocesso das pautas LGBT; Conservadorismo e sua influência na política. Também, duas categorias foram definidas a priori: Interlocação entre Estado e organizações da sociedade civil; e Como superar esse cenário?.

4.1. Ascensão das pautas LGBT

Conforme discutido por Mello, Brito e Maroja (2012), o início dos anos 2000 é caracterizado como um período em que as demandas dos integrantes da população LGBT começaram a ser recebidas pelo governo Federal e traduzidas em políticas públicas, a exemplo do Brasil sem Homofobia (2004) e políticas subsequentes. Esse cenário foi descrito de modo positivo pelos participantes da pesquisa, não somente pelas políticas públicas suscitadas, mas também por sugerir a superação da ideia de que a única demanda desses atores se referia a mitigar a epidemia do HIV/Aids.

(01)Eu vou dizer para você, era maravilhoso, assim a gente vivia num paraíso, tá? Porque até o programa Lula, até Lula entrar, nós tínhamos a AIDS, a gente era a AIDS, a gente era um grande HIV. Só! Essa era a política pública. Depois que Lula entrou, a gente começou a ser visto como um cidadão pleno, né?! Então a gente tem direito a universidade, a gente tem direito ao SUS, a gente tem direito a ser pensada não só como o HIV, mas é muito importante pensar o HIV, tá?! Enfim, depois eu falo disso. (Representante 01)

(02)Olha, o presidente na era do governo PT, nos anos 2000, teve a primeira Conferência Nacional LGBT, e o presidente foi nessa conferência. Então o Presidente da República indo numa conferência LGBT é incrível, é impactante para toda a nação, e fora do Brasil também. Então foi um primeiro passo incrível e eu parabenizo o presidente muito por isso, né?! (Representante 08)

O discurso da ascensão e recepção das demandas LGBT no âmbito federal é caracterizado pelas seleções lexicais “maravilhoso” e “paraíso” no excerto (01), e pelos termos “incrível” e “impactante” no excerto (2). Também, observa-se percurso semântico que remete ao exercício pleno de cidadania – “direito a universidade”, “direito ao SUS”, “direito de ser pensada não só como HIV”, indicando avanços no que se refere à educação e saúde do público LGBT, e ilustrando um cenário auspicioso para essa população. A utilização do verbo “começou” explicita que, antes desse momento, tal população não era vista como “cidadão pleno”, possivelmente pelo recorrente cerceamento de seus direitos básicos de cidadania.

Esse cerceamento de direitos pode estar relacionado com o estigma ocasionado pelo vírus HIV nesta população durante a epidemia no final dos anos 80 e início dos anos 90. A passagem “a gente era a AIDS, a gente era um grande HIV” dialoga com a perspectiva de Miskolci (2020). Segundo o autor, discursos moralizantes emergiram no cenário da epidemia, oriundos de vertentes religiosas e da grande imprensa, criando “comportamentos de risco” que levam à contaminação pelo vírus, sendo relações homossexuais um dos mais expressivos. Outro elemento que reforça essa leitura é a adoção do termo Deficiência Imunológica Relacionada à Homossexualidade (GRID), termo esse antecessor ao que se denomina hoje “AIDS”. Por outro lado, a utilização da conjunção adversativa “mas” no fragmento (01) expressa ideia de contraste ou oposição, o que, sintaticamente, revela que ainda se faz necessário discutir a incidência do HIV nesta população, mesmo que se saiba que sua transmissão acometa igualmente relações heterossexuais e homossexuais.

A sensibilidade por parte do governo federal com as demandas LGBT, especificamente a partir de 2002, também permitiu maior participação popular na elaboração dos programas, sugerindo uma atuação mais descentralizada que governos anteriores. Essa forma de atuação foi discutida de modo crítico por Irineu (2014) e Mello (2010) no que se refere ao programa BSH. De acordo com os autores, o Programa teve execução protagonizada por OSC ativistas, indicando falta de *expertise* no debate sobre direitos LGBT por parte do Estado, bem como uma histórica não responsabilização do mesmo com relação à garantia dos direitos dessa população. Essa participação era estimulada pelas Conferências Nacionais LGBT e pelo próprio poder deliberativo conferido aos participantes desses encontros para desenho das políticas públicas decorrentes desse processo. A partir desse alinhamento com o chefe do Poder Executivo, o cenário descrito pelos participantes da pesquisa era caracterizado como favorável à aprovação de medidas em prol dos LGBT.

(03)E aí com o governo Lula e Dilma, que foram governos mais progressistas, nós tivemos um encaminhamento da pauta, nós tivemos a primeira conferência, a segunda conferência, nós pudemos pensar em política pública a partir da nossa perspectiva e não o contrário. Porque sempre foi o contrário, né?! Era um governo falando: “olha, vai ser assim”. Nas conferências, não! Nas conferências nós fizemos, nós pensamos, nós elaboramos a política e nós demandamos a política. Então nossa, era maravilhoso! Assim, era super difícil, tá? Mas era maravilhoso. (Representante 01)

(04)Aqui, por exemplo, em Teresina, entre os anos de 2003, 2004 até 2010, a gente não tinha muita dificuldade de aprovar nas casas legislativas, por exemplo. As

sugestões de projeto de lei que a gente apresentava para parlamentares eram geralmente acolhidas de pronto e na hora da discussão e aprovação elas não sofriam nenhuma resistência, [...] e geralmente eram aprovadas por unanimidade [...] sem nenhum estardalhaço, sem nenhuma pressão, sem nenhuma chantagem de grupo religioso fundamentalista. (Representante 09)

(05)O grupo Matizes foi fundado em 2002, em 18 de maio de 2002, e a partir de 2003 foi a eleição do Presidente Lula, né, foi... 2002 e 2003 tomaram posse o Presidente Lula e aqui [Teresina] também foi um governo petista... [...] foram oito anos sucessivos, né, de algumas... de avanços... nós tivemos avanços... tanto em nível legislativo, com a aprovação de várias leis, uma lei que proíbe a discriminação em razão de orientação sexual. Na época, ainda não se colocava muito essa questão de gênero, mas uma proibição de discriminação em relação à orientação sexual... é... uma lei que criava o Conselho LGBT, né?! Então tivemos muitos avanços, como eu disse. (Representante 09)

No fragmento (4) percebe-se interdiscurso com o atual cenário em que o avanço das pautas LGBT se vê recorrentemente cerceado por discursos de ordem conservadora, explicitado pelos fragmentos “sem nenhum estardalhaço”, “sem nenhuma pressão, sem nenhuma chantagem de grupo religioso fundamentalista”, sugerindo que tais práticas se fazem presente na atualidade. Neste momento, vale destacar que no contexto de enunciação desse discurso, a cidade de Teresina sancionou a “Lei da Bíblia” em escolas, que exige a leitura de trechos da bíblia por alunos antes de entrarem em sala de aula (SENA, 2021).

Ao mesmo tempo, esse fragmento discursivo, juntamente com a recorrência dos léxicos “avanços” no excerto (5), corroboram a tese de avanço das pautas LGBT nesse cenário. A utilização da primeira pessoa no plural nos fragmentos (3) e (4) – “nós fizemos, nós pensamos, nós elaboramos”, “a gente não tinha dificuldade” – explicitam que os membros das OSC se sentiram parte do processo de elaboração das políticas públicas LGBT. Por outro lado, nem todos relatos corroboram a ideia de que essas políticas foram fruto de significativa participação popular:

(06)Não se pode negar que houveram grandes avanços na luta por direitos e na articulação de alguns programas, frutos do tensionamento dos movimentos sociais auto-organizados. Entretanto, alguns se mostram deficitários ou apresentam algumas lacunas, a depender da forma como essas políticas públicas são estruturadas, pois são desenvolvidos na ausência de participação das principais pessoas afetadas e necessitadas das intervenções. (Representante 04)

Segundo este relato (06), se reconhece que foi um período de conquistas para o público LGBT, também caracterizado pelo léxico “avanços”. No entanto, há ressalvas com relação a essas políticas, demonstrado pelo percurso semântico de baixa efetividade – “deficitários”, “lacunas”, “ausência de participação das principais pessoas afetadas”. A conjunção adversativa “entretanto” também corrobora essa tese

ao exprimir a ideia de oposição à primeira parte do fragmento, que enuncia de modo positivo esse cenário.

É interessante também analisar o contraste entre a ideologia presente na esfera pública no início dos anos 2000 e o cenário de 2020. Os relatos apontam que, em consonância com esse período emergente das políticas públicas LGBT, havia preocupação com a capacitação de profissionais para lidarem com a diversidade. Nesse sentido, pode-se mencionar cursos para formação de professores e de agentes de segurança pública:

(07) Nós tivemos também nessa época ali, de 2000 a 2004/2005/2006, se tu olhar no livro, um projeto “Educando para a Diversidade”, do Ministério da Educação. Foram quatro edições para formação de professores, toda aquela discussão que era muito forte. As pessoas têm que ser formadas, porque a LGBTfobia tem toda uma questão estrutural. Então os professores tinham uma dificuldade de lidar com isso e tal, toda essa função. Também fizemos isso, quatro edições, várias publicações. Inclusive, a gente teve, fez, sobre esses... que era uma política de Estado, né? (Representante 10)

(08)[...] Isso também está diretamente relacionado, os governos... existem os Estados né? Mas existem os governos, e os governos são diferentes. Ai tem governos mais sensíveis e menos sensíveis para determinadas pautas. Então, nos governos mais sensíveis, a gente desenvolveu muita coisa. Todas as áreas: educação, saúde, segurança, direitos humanos. Seja cursos de formação, seja fazendo qualificação, ou dando suporte, ou produzindo coisas. Por exemplo, quando [político] entrou no governo do estado do RS, ali em 2002, eu acho que ele foi eleito governador, entre 2000/2002. No curso de formação dos agentes de segurança pública, da Polícia Militar, a brigada que a gente chama de Polícia Militar. A SUSEP, que é Superintendência de Serviços Penitenciários, toda área de segurança, os agentes que vão entrando, eles têm uma formação lá, uma carga horária e tal. Na disciplina, se abriu uma disciplina formal para formação, onde o Nuances [OSC] entrou também para dar aulas de direitos humanos, sobre diversidade, bichisse, sapatisse, putaria também nós falávamos. Ou seja, nós formamos nessa época mais de 3 mil policiais. Dávamos aula com chamada, fazíamos chamada dos *boys*. Eles tinham que responder, entendeu? Ou seja, uma coisa institucionalizada, entendeu? Não era aquela palestra só que a gente vai lá e fala, né? Ou seja, esse tipo de coisa aconteceu. (Representante 10)

Primeiramente, cabe analisar no fragmento (07) que a discussão que baliza a formação para diversidade é adjetivada como “forte” no período compreendido entre 2000 – 2006. Em seguida, se reconhece a necessidade desses cursos de formação uma vez que a LGBTfobia é “estrutural”, ou seja, está amalgamada nas raízes do Estado e sociedade civil, fato esse que explica a “dificuldade” dos professores de lidar com questões ligadas à diversidade. Ainda neste fragmento, a seleção lexical “política de Estado” – escolhida para adjetivar a política que fomentava os cursos de formação – indica que, no contexto analisado, se caracterizava como uma política abrangente, que envolvia diversos agentes públicos e possivelmente representava a vontade nacional. Essa interpretação é também sustentada pela seleção lexical “coisa

institucionalizada”, presente no fragmento (08), se referindo aos cursos de formação fornecidos pela OSC, indicando a solidez e seriedade desses cursos. Ambas passagens apresentam percurso semântico de desenvolvimento de ações voltadas à população LGBT – “a gente desenvolveu muita coisa”, “todas as áreas”, “educação”, “saúde”, “segurança”, “direitos humanos”, “política de Estado” e “uma coisa institucionalizada”.

Esse cenário – em que a ideologia predominante na esfera pública permitia o entendimento sobre a necessidade de se pensar nos LGBT – perpassa por um período de inflexão, compreendido entre 2010 e 2016. Nesse momento, discute-se a ascensão de discursos de ordem hegemônica e conservadora que, conseqüentemente, se chocaram com a ideologia observada no âmbito governamental desse período.

(09) Nós temos esse momento de efervescência, que foi em 2003. Aqui no Piauí, de 2003 a 2010. Então de 2003 a 2010, dois governos do PT, nós tivemos várias coisas acontecendo. 2010 aqui houve essa interrupção com o outro governador, e a gente teve, de certa forma, um refluxo nas políticas. Depois disso aí o processo só tem desandado, vamos dizer assim, só tem piorado. A gente... eu até disse há algum tempo, no ano das Conferência Estadual LGBT aqui, que era triste eu colocar aquilo ali na abertura... fui convidada a fazer uma fala, né, e que nós éramos felizes e não sabíamos. (Representante 09)

(10) Antes de responder, eu acho assim, o Golpe foi o divisor de águas desse processo, foi se instaurando a partir do nosso empoderamento. Porque se tu observar na campanha de... já vê, apareceu, mesmo não sendo a extrema direita, sendo o Aécio e a Dilma, os discursos de ódio começaram a aparecer nas redes sociais. O machismo, sabe? Aquela coisa começou a aparecer ali. Começou porque aí já tinha o *WhatsApp*, essa coisa, essa bobagem que inventaram e tal. E aí começou ali esse processo, entendeu? Bom, daí foi e deu no que deu. (Representante 10)

No fragmento discursivo (09), a utilização do termo “efervescência” para caracterização do início dos anos 2000 vai de encontro ao percurso semântico de avanço das pautas LGBT mencionados em (01) e (02). Com efeito, essa ideia é sustentada pelo fragmento “tivemos várias coisas acontecendo” (9), se referindo especificamente ao período entre 2003 a 2010. Logo após esse momento, pode-se observar percurso semântico de decadência, explicitado pelas seleções lexicais “refluxo nas políticas”, “desandado”, “piorado”, sugerindo mudança no cenário em que as pautas LGBT emergiram. Esse percurso também pode ser compreendido à luz do interdiscurso presente no fragmento “nós éramos felizes e não sabíamos”, em que, dado o contexto contemporâneo em que o discurso foi proferido, reconhece o

expressivo contraste ideológico quando se faz um recorte desse período de emergência das pautas LGBT e o presente ano de 2021.

Já o enunciado (10) enfatiza o ano de 2016 como “divisor de águas” para os LGBT, discurso este que exprime ideologia contra-hegemônica evidenciado pela expressão “nosso empoderamento” – e sugerindo também que o “golpe” se estabeleceu em reação a essa ascensão da ideologia circunscrita nas pautas LGBT na esfera pública. A partir desse ponto, é descrito que discursos de intolerância ganham força no Estado e na sociedade civil – léxicos “ódio”, “machismo” – e se apropriam da popularização das tecnologias da informação e comunicação (TIC) para disseminação desses discursos. Por fim, o cenário que segue é caracterizado como “deu no que deu”, sugerindo uma provável relação de que a ascensão desses discursos de ordem hegemônica impactou negativamente no avanço das pautas LGBT, problematização essa apresentada no tópico seguinte.

4.2. O retrocesso das pautas LGBT

Nesta categoria discursiva, a narrativa se baliza no período que segue o ponto de inflexão mencionado anteriormente, compreendido entre 2010 e 2016. Como cada participante da pesquisa possui sua vivência específica – que muitas vezes é influenciada por elementos do âmbito local –, não há consenso a respeito do momento exato em que houve essa mudança. De todo modo, para fins didáticos, os depoimentos aqui apresentados se referem majoritariamente ao período compreendido entre 2010 até a data final de coleta dos dados desta pesquisa (dez/2020). Essa organização também se justifica de acordo com a fala:

(11) Porque se a gente já reivindicava, já reclamava que as políticas eram precárias, elas estavam piorando, né, que cada vez piorava aquilo que já era ruim, não é? Então eu dividiria em termos de Piauí, vamos dizer assim, uma certa... o que eu chamo de uma certa efervescência de 2003 a 2010, né. De 2010 até 2015, né, nós tivemos políticas piorando... aí de 2015 para cá desandou de vez.
(Representante 09)

O fragmento (11) seleciona adjetivações que revelam posição crítica frente às políticas emergentes no período compreendido entre 2003 a 2010. Segundo o Representante 09, as políticas foram caracterizadas como “precárias” e “ruim”, num cenário em que se “piorava” gradativamente as condições de manutenção dessas políticas. Em 2010, de acordo com o Representante 09, uma mudança no governo do Estado do Piauí influenciou esse processo de desgaste das políticas, se intensificado

a partir de 2015, sustentado pelo fragmento “desandou de vez”. Essa percepção também pode ser vista nos relatos seguintes, que defendem a ideia de que o período posterior ao “golpe” que destituiu a Presidenta Dilma apresentou grande retrocesso para os LGBT:

- (12) Agora com Temer, um grande saco de bosta, né? Porque só desmontou o que foi. Agora com Bolsonaro, olha, é de cair o cu da bunda, porque a perspectiva... eu tento não ser pessimista, mas eu sou bem realista... a perspectiva é péssima, é péssima, é desmonte atrás de desmonte e aí não é só desmonte da nossa política, é o desmonte de uma política assistencial que nós estamos envolvidas, né? Então... assistência social como um todo, os programas do CRAS, por mais que eles estejam ligados ao município e ao estado, é um recurso federal que vem para esses processos que também estão todos comprometidos. (Representante 01)
- (13) Com relação ao cenário atual, é perceptível verificar que no passado tivemos alguns avanços, como por exemplo, a Política Nacional de Saúde Integral de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais, do Programa Mais Saúde, de 2008. Porém, o momento é de desmonte dessas políticas e de total invisibilidade das nossas pautas. (Representante 07)
- (14) E hoje nós estamos vivendo, infelizmente, um processo contrário. Nós estamos... se naquela época nós estávamos assim, na ofensiva, porque nós propúnhamos os projetos, as ações, de uns tempos para cá, nós ficamos muito na defensiva. [...] Pouco tempo depois tivemos que ir à Câmara Municipal pra que não fosse aprovado um projeto de lei de uma deputada evangélica proibindo a discussão de gênero nas escolas, né, então infelizmente, assim... esse é o quadro que nós estamos... Numa perspectiva... numa postura muito defensiva, né, só reagir aos ataques dos fundamentalistas religiosos. (Representante 09)

O discurso de desestruturação das políticas públicas e demais iniciativas a favor dos LGBT é explicitado pela frequente recorrência do termo “desmonte”, e também dos léxicos “infelizmente”, “defensiva”, todos de acordo com o percurso semântico “a perspectiva é péssima”. Nesse sentido, cabe analisar na passagem (11) que o governo Temer foi citado nesse mesmo horizonte semântico, todavia, o que chama atenção é a intensificação do tom desse discurso quando se trata do governo atual. Num primeiro momento, o governo Temer foi descrito se valendo da figura de linguagem “um grande saco de bosta”, metáfora essa que semanticamente remete algo ruim, pesado, inerte. Já sobre o governo atual, o participante da pesquisa adjetiva-o “é de cair o cu da bunda”, sugerindo, além do aspecto pejorativo, um tom de perplexidade.

No que se refere ao enunciado (13), é interessante analisar o léxico “invisibilidade” ao se referir às pautas LGBT no atual cenário, remetendo a ideia de que as demandas desse público deixam de ser enxergadas e levadas em consideração. Já o Representante 09 intensifica o tom no extrato (14) ao selecionar palavras que remetem ao percurso semântico de guerra – “ofensiva”, “defensiva”,

“reagir”, “ataques”, indo de encontro à perspectiva de Ornat et al. (2015) que afirma que a Frente Parlamentar Evangélica tem promovido uma “cruzada” contra qualquer tipo de demanda LGBT.

Um ponto que chama atenção nesse período posterior a 2016, é a violência vivenciada pelos LGBT, principalmente quando pressionam agentes da esfera pública para impedir o desmonte das políticas conquistadas até então.

(15) Nós estamos passando por uma fase do negacionismo, da família e nananã, principalmente para nós da ponta tem efeitos práticos, né?! E quais são os efeitos práticos? É a invisibilidade, é a vergonha, é o medo de ser morta. A gente deu três passos para dentro do armário nesses últimos anos, né, da política. (Representante 01)

(16) O Brasil avança nos debates, possui estrutura adequada para a elaboração de todas essas políticas, temos uma força motriz como o SUS, e tantas outras políticas que são fundamentais em nosso cotidiano, mas o momento é de receio. O preconceito caminha a passos largos e, para o momento, o objetivo da comunidade tem sido contrapor toda essa violência. Enquanto todas as tipificações de crimes de ódio não se efetivarem, o cenário será esse. (Representante 07)

(17) Na ONG a gente tem uma preocupação com a própria saúde, porque a gente é muito fechativa, lacrativa e está sempre incomodando, e não incomodando só indo na frente do seu gabinete, a gente manda ofício, né, a gente manda, a gente tem um processo de comunicação institucional. Saber fazer a cobrança também. Isso acaba incomodando muita gente, então a gente está sempre preocupado com a saúde física, mas também com a integridade, né, de alguém matar a gente. Porque a gente acha que está longe, que não, que não é assim... mas Marielle tá aí, Chico Mendes tá aí, Dorothy Stang e tantas outras pessoas que são assassinadas por que fazem a luta. Então a gente está sempre com essa preocupação e tentando de alguma maneira barrar o desmonte das nossas políticas. (Representante 01)

O percurso semântico que remete à violência vivenciada por esses atores é explicitado pela própria recorrência da palavra “violência”, e reforçado pelas seleções lexicais “medo de ser morta”, “receio”, “preconceito”, “crimes”, “ódio” e “preocupação”. O fragmento (17) acrescenta ainda que o processo de cobrança perante entidades do Estado “acaba incomodando muita gente”, o que possivelmente pode colocar em risco a própria vida desses atores. Reforçando esse argumento, cabe pontuar o interdiscurso presente na citação dos casos de Marielle, Chico Mendes e Dorothy Stang, assassinados em decorrência da atuação ativista em frentes diversas. A utilização desses exemplos deixa evidente o medo sentido pelo Representante 01 de perder sua vida ao tentar “barrar o desmonte das nossas políticas”, demonstrando o caminho tortuoso que se percorre para fazer resistência frente ao cenário desfavorável aos LGBT.

Com efeito, a metáfora “a gente deu três passos para dentro do armário”, presente no fragmento (15), ilustra de modo perspicaz o retrocesso observado nos últimos anos pela população LGBT. Isso porque, o discurso que relata a violência vivenciada por essa população se vale de uma expressão comumente utilizada no *ethos* LGBT: “sair do armário”. Mais especificamente, esse termo tem como origem duas expressões da língua inglesa – “*come out*” e “*skeletons in the closet*”. A primeira se refere ao ato de se revelar, se apresentar à sociedade, comumente utilizada nos séculos 19 e 20 para se referir às debutantes. A segunda pode ser entendida como um segredo de cunho constrangedor, que no contexto discriminatório que circunscreve os LGBT se refere à orientação sexual e à identidade de gênero, muitas vezes não explicitadas justamente pelo medo da repressão e violência social (LESSA, 2018).

Desse modo, a expressão “*come out of the closet*” (sair do armário) surge com a junção desses dois elementos, e remete ao processo de uma pessoa exteriorizar sua identidade sexual e de gênero, uma vez que não configuram mais motivo de constrangimento ou vergonha. No caso do enunciado em análise, essa expressão é modificada para expressar o movimento inverso a esse processo, em que os LGBT são colocados novamente em posição de inferioridade frente à heterocisnormatividade, fato esse também sustentado pelo léxico “vergonha” neste mesmo fragmento discursivo. Esse movimento remete ao ideal de fabricar “sujeitos viáveis” a partir da homogeneização de comportamentos através de performances socialmente legitimadas (BUTLER, 1993), que, no caso, se refere ao padrão heterociscentrado.

No que se refere às políticas públicas LGBT, a consequência da ascensão de discursos de intolerância no cenário político-social também foi abordada ao longo do *corpus* composto pelas entrevistas. É discutido que o Brasil Sem Homofobia padeceu gradativamente, assim como políticas públicas de âmbito local voltadas a essa população.

(18)O Programa Brasil Sem Homofobia foi um avanço, né?! Hoje a gente quer que ele seja mudado apenas o nome para Brasil sem LGBTIfobia para que se debata também as questões de transfobia, que acometem a comunidade LGBTIA+, a comunidade trans mais especificamente. Foi um avanço, mas atualmente, nos governos atuais, como já foi dito, tá parado né?! Não se avança nesse sentido. (Representante 06)

(19)Acredito que faltou muito a questão da sustentabilidade das políticas públicas. Hoje, todos os planos iniciados pelo governo do PT não continuaram. Acredito que

não só pelas mudanças de governo, mas também, talvez, pela falta de planejamento e também porque política é coisa séria. Política pública é coisa séria. É igual uma empresa. Você tem que ter o planejamento de curto, médio e longo prazo, metas, mês de verificação. (Representante 08)

(20) A nível de Estado, de Município, as tímidas ações que nós tínhamos, ou algumas políticas como, por exemplo, a Delegacia de Direitos Humanos, elas estão sucateadas, elas existem ainda, né. O Piauí tem várias políticas que nós conquistamos entre esses anos de 2003 e 2010, embora a maioria delas ainda exista, mas praticamente no papel. Porque, no caso da Delegacia, ela é sucateada, nós tínhamos aqui, em 2003, uma Coordenadoria pra tratar de questões de Direitos LGBT, a CLO, que chamava Coordenadoria da Livre Orientação Sexual, naquela época e a sigla era CLO. Depois, essa coordenadoria foi extinta e hoje nós temos uma Diretoria de Direitos Humanos dentro de uma Secretaria de Assistência Social e Cidadania., que não tem recurso nenhum, que não tem ação nenhuma. Então infelizmente esse é um cenário de refluxo, um cenário de ataque, né?! E que também nós, em algum momento, podemos atuar de forma reativa. (Representante 09)

Por meio desses três fragmentos discursivos, percebe-se o percurso semântico de desestruturação generalizada das iniciativas que envolvam os LGBT. Nesse sentido, o Brasil Sem Homofobia foi classificado como inoperante – léxicos “parado”, “não se avança” – de acordo com o enunciado (18). O fragmento (19) também corrobora esse posicionamento ao dizer que todos os planos [LGBT] iniciados pelo governo do PT “não continuaram”, sendo o BSH um deles. Enquanto isso, o fragmento (20) disserta sobre iniciativas no âmbito estadual e municipal no Piauí – caracterizadas como “tímidas” e “sucateadas” – e o discurso em questão apresenta percurso semântico análogo aos fragmentos (18) e (19). Ou seja, o que se tinha era pouco, e o pouco que se tinha perpassa por processo de desestruturação generalizada, de acordo com a recorrência do termo “sucateada” e também dos percursos “não tem recurso” e “cenário de refluxo”.

É interessante também analisar a sintaxe discursiva no excerto “a maioria delas ainda exista, mas praticamente no papel”, presente no trecho (20). A conjunção coordenativa adversativa “mas” explicita que, ainda que essas políticas existam, elas não mais têm efeito prático, ficando apenas no plano teórico – léxico “no papel”. Outro ponto a ser explorado nas nuances dos discursos em (18) e (19) é a responsabilização pela derrocada das políticas em questão. De acordo com o fragmento discursivo (18), menciona-se que a paralisação das atividades do BSH se fez “nos governos atuais”, sugerindo intertextualmente responsabilização sumária do governo de Michel Temer e Jair Bolsonaro. Já o fragmento (19) reconhece eventual responsabilidade dos governos, contudo, enfatiza a falta de “planejamento” como fator determinante para a sustentabilidade de uma política pública. De fato, o trecho “Política pública é coisa

séria” sugere que o governo Lula (contexto de formulação do BSH) não agiu de forma totalmente responsável no tocante a essas políticas, e revela também um posicionamento crítico frente a este mesmo governo.

Falando em mudanças de governo, é interessante analisar a linha ideológica que ascende no cenário político brasileiro, contexto compreendido após a posse do presidente Bolsonaro. Essa “nova” linha ideológica é caracterizada pelos discursos de ódio e intolerância, travestidos de valores conservadores e tradicionais.

(21) Não é novidade que o Estado, principalmente com a nova linha ideológica desde 2019, não tem adotado uma postura acolhedora com relação à comunidade LGBTI+. Isso é um consenso. Avaliando os últimos 10-15 anos, as pautas de orientação sexual e identidade de gênero cresceu não só no Brasil, mas em todo o mundo. Desse modo, de certa forma, é natural que houvesse um crescimento do amparo do Governo Federal, até por pressão da própria sociedade civil. Entretanto, nos últimos 3-4 anos, tem sido observada uma falta de comprometimento e descaso por pressão da bancada religiosa que compromete a laicidade do Estado. (Representante 11)

(22) Então, na atual conjuntura política do Brasil, nós temos um retrocesso nos direitos dessa população. Nós temos um governo federal que é totalmente inimigo da comunidade LGBTIA+, então o que a gente pode ver são retrocessos justamente. Nós não temos amparo. Mesmo na secretaria onde a Damares é a secretária, que tem ali uma trans que é do movimento, Marina Reidel, que é assessora da Damares, mas que não nos beneficia, assim, nesse sentido né?! Então é um retrocesso muito grande, é um governo bem retrógrado frente aos direitos das minorias e também das mulheres, da população negra. Então, assim, é bem complicado na atual conjuntura, a gente não tem nada a comemorar. (Representante 06)

(23) Para professores hoje, para aluno hoje, a gente tá proibido de entrar em sala de aula né?! Porque o discurso de ódio tomou conta de tudo que é lugar. Coisas que a gente ia com a maior naturalidade. Gente, eu ia em escolas de freira, sabe? Escolas de padres, uma era totalmente confessional, superconservadora, inclusive os padres me chamaram antes pra gente fazer uma reunião com a direção porque eles queriam me conhecer, saber o que eu ia falar pros alunos, porque eram adolescentes e tal. Mas fui aprovado pelos padres. A bicha foi aprovada pelos padres para falar com alunos. E hoje é uma coisa que tá completamente... a gente nem... acabou isso né? Não sei quando é que a gente vai conseguir avançar, acabar/varrer para lixo toda essa... (Representante 10)

Na passagem (21), a utilização do léxico “nova” para caracterizar a linha ideológica presente no governo que se iniciou em 2019 indica que essa ideologia se contrasta com aquela percebida nos governos de Lula, Dilma e Temer. Nesse sentido, a caracterização do governo federal pode ser entendida à luz dos percursos semânticos presentes em (21), (22) e (23), que remetem hostilidade para com o público LGBT — “não tem adotado uma postura acolhedora”, “falta de comprometimento”, “descaso”, “totalmente inimigo”, “nós não temos amparo”, “governo bem retrógrado”, “a gente tá proibido de entrar em sala de aula”.

O fragmento discursivo (23) ilustra uma consequência direta da ascensão dessa ideologia no cenário político e social. Se, num primeiro momento, os LGBT adentraram espaços públicos para fomentar cursos de formação de professores, capacitação para agentes de segurança pública — fragmentos (07 e 08) — neste contexto que se inicia em 2019, a participação desses sujeitos é compelida para fora dessas arenas. Esse contraste se torna ainda mais evidente quando se analisa o excerto “a bicha foi aprovada pelos padres”, utilizando-se de denominação comumente pejorativa “bichas”, todavia, utilizada frequentemente dentro do *ethos* LGBT a partir de ressignificação do termo como forma de resistência. Percebe-se, assim, que o *ethos* religioso e o *ethos* LGBT dialogavam e demonstravam aspectos de respeito mútuo, diferentemente do exposto logo após esse excerto. Neste caso, o silenciamento do enunciador a respeito do momento vivenciado no contexto pós 2019 pode revelar medo, receio ou perplexidade — “tá completamente... a gente nem...”, “varrer pro lixo toda essa...” — uma vez que, segundo Orlandi (2002), “o silêncio pode ser pensado como a respiração da significação, lugar de recuo necessário para que se possa significar”.

Um elemento expressivo abordado pelas falas é a crescente influência do *ethos* religioso no cenário político que se instaura neste mesmo período, abordado explicitamente nos fragmentos (21) e (23) — “pressão da bancada religiosa”, “compromete a laicidade do Estado”, “padres”, “freiras”, “superconservadores”. Essa crescente influência também aparece de modo implícito em (22) ao citar que “mesmo na secretaria” liderada pela ministra Damares — ministra essa também pastora detentora de forte discurso religioso (FOLHA DE SÃO PAULO, 2019) — há presença de pessoa trans, contudo, ainda que com essa suposta representatividade e abertura por parte da ministra, a população LGBT não é beneficiada com essa parceria, indicado pela conjunção adversativa “mas”. Ainda nesse fragmento, além do retrocesso das pautas minoritárias, também é citado retrocessos frente ao direito das mulheres e da população negra, o que suscita o questionamento se tal presença de pessoa trans nesse ministério seria somente para inglês ver⁶.

De acordo com os elementos apresentados até aqui, é possível imaginar, a partir da perspectiva dos membros de OSC voltadas aos LGBT, a trajetória percorrida

⁶ Expressão que significa “para efeito de aparência, sem validade” (RODRIGUES, 2020).

por essa população e respectivas políticas públicas no período compreendido entre os anos 2000 e 2020. Como já mencionado, essa trajetória é contrastada pela ascensão de discursos de ordem conservadora, que culminou na “nova linha ideológica” a partir de 2019, ideologia essa que talvez não seja tão nova assim. Isso posto, explora-se no próximo tópico o conservadorismo — elemento expressivo que emergiu no *corpus* — e que antagoniza fortemente qualquer elemento que circunscreve a população LGBT.

4.3. Conservadorismo e sua influência na política

A influência de grupos conservadores no avanço das políticas de direitos humanos, especificamente aquelas voltadas aos LGBT, já foi explorada na literatura por alguns autores. Mello, Avelar e Brito (2012) afirmam que a vigência do “conservadorismo de matriz religiosa” controla e interfere nos debates sobre direitos sexuais no Brasil, comprometendo a laicidade do Estado e dificultando a implementação de políticas públicas mais efetivas voltadas aos LGBT. Irineu (2017) exemplifica essa discussão citando o Projeto de Lei 122/2006, que criminalizava a discriminação às pessoas LGBT, e que foi arquivado no ano de 2013 após ser criticado com rigor pela Frente Parlamentar Evangélica. Sousa Júnior e Mendes (2021) também concluem que o avanço do conservadorismo (especificamente aquele protagonizado por segmentos religiosos) caracteriza barreira frequente à conquista e efetivação de direitos LGBT. Essas leituras acerca dessa temática encontraram respaldo nos depoimentos dos participantes da pesquisa:

(24)Essa mistura de igreja e religião e milícia, que é uma serpente do mal. Né?! Quando mistura a igreja, arma, Estado a gente tem um The Handmaids Tale bem na nossa cara. Não sei se você já assistiu a série, mas está se configurando isso na nossa cara, né?! E aí como é que a gente lida com isso? Então, é importante lidar com isso através de pontes, através de parcerias e através de diálogos, através da escuta. As pessoas falam muito hoje do lugar de fala, mas a gente tem que pensar no lugar da escuta. Porque falar é fácil, falar a gente fala, mas quem é que está escutando? (Representante 01)

(25)Eu acho que isso, o Brasil Sem Homofobia, a esquerda no poder, né? Essas pautas identitárias se empoderando vai mexendo com setores conservadores da sociedade e que não é um movimento só no Brasil, é um movimento na América do Sul, um movimento internacional, é um movimento nos Estados Unidos... o que aparece lá, aparece aqui também... é o laboratório?! Inclusive, até as *fake news* eles inventaram lá, aquelas bostas lá. E isso desperta uma reação na sociedade, talvez a gente não tenha dimensão política, nós enquanto militantes, o quê que é isso? Pensando maior, do que significa numa disputa ideológica maior da sociedade. (Representante 10)

(26)O Estado ter assumido essa pauta de forma institucional [Brasil Sem Homofobia], ele mexeu também com os setores conservadores institucionalizados que já estavam lá. Que eram os pentecostais, os evangélicos, essa coisa, essas bancadas mais reacionárias. E aí se juntou com a questão católica, da ideologia de gênero, essa coisa toda. Sai do Vaticano e vai para essa coisa né, que é uma questão internacional (Representante 10)

Primeiramente, o fragmento discursivo (24) apresenta os léxicos “igreja”, “religião”, “milícia”, “arma” e “Estado” sugerindo que esses elementos, juntos, se fazem presente no cenário de 2020. A caracterização desse cenário é feita pela metáfora “serpente do mal” — representando interdiscurso com o *ethos* religioso — pois faz alusão à figura bíblica da serpente que seduz Eva a comer o fruto da Árvore da Ciência do Bem e do Mal. Em Gênesis, a serpente é retratada como uma criatura enganadora ou trapaceira, que promove como bom aquilo que Deus proibiu, e demonstra perspicácia ao fazê-lo (ORBON, 2005). Isso posto, a seleção do termo “serpente do mal” critica a miscibilidade entre elementos de *ethos* completamente distintos (igreja, *ethos* religioso; arma e milícia, *ethos* do poder paralelo; Estado, *ethos* que remete à política).

Outro aspecto interdiscursivo a ser levado em consideração se refere à menção do seriado “*The Handmaids Tale*” em (24), usado para caracterizar o cenário que se configura através da “mistura” entre “igreja”, “arma” e “Estado”. Esse seriado conta a história em que, depois do assassinato do Presidente dos Estados Unidos em um ataque terrorista, uma facção católica toma o poder deste país, instaurando um regime totalitário baseado nas leis do Antigo Testamento. Neste regime, os direitos humanos são exterminados, especialmente aqueles voltados às minorias e mulheres (ADOROCINEMA, 2020), sendo este possivelmente o ponto principal que fez o enunciador fazer alusão à série. Dito isso, a apropriação deste interdiscurso critica a crescente influência de grupos conservadores no cenário político e social, sugerindo relação direta entre essa ascensão e retrocesso nos direitos humanos, em especial aqueles voltados a segmentos minoritários.

Sobre os fragmentos (25) e (26), torna-se interessante analisar um possível motivo para ascensão desses discursos de ordem conservadora: reação à ascensão de pautas minoritárias. Esse percurso semântico pode ser compreendido a partir dos fragmentos “desperta uma reação”, “mexeu também com setores conservadores”, “bancadas mais reacionárias”. Neste momento, também cabe destacar a seleção lexical “institucional” para caracterizar o modo como o Estado assumiu pautas identitárias, em contraste com a seleção “institucionalizados” para adjetivar setores

conservadores. A utilização desses léxicos sugere o confronto entre ideologias distintas, presentes e legitimadas dentro do espaço público, afirmação essa também sustentada pela menção à “disputa ideológica” presente em (25).

Outro ponto que emergiu no *corpus* como possível motivo para ascensão dos setores conservadores se refere ao afastamento da “esquerda” da periferia, abrindo espaço para que grupos religiosos adentrassem esses territórios:

(27) Com a esquerda no poder, pensando mais no Brasil, ela se afastou da periferia, e os evangélicos tomaram conta da periferia. E ganharam todo esse espaço de embate. Por mais que eles sejam simpáticos a nós, as bichas e sapatas, esse povo, esse povão, ao mesmo tempo eles estão presos ao Pastor. E isso se reflete lá em Brasília, né?! Isso se reflete lá, isso se reflete onde? Aí começa uma onda conservadora também... vem e vai diz: “olha, isso não dá, isso não dá, isso não dá”. E eu acho que culmina com o golpe de 2016 contra a Dilma. E aí tudo que tinha, se tirou. Aí nosso plano de educação, toda essa função, editais acabou e vai se acabando. E isso está dentro desse jogo, dessa disputa maior, que nós temos que fazer e nós temos que ter consciência. (10)

(28) O conservadorismo, que já é natural, e tem também como parte o machismo e essa ascensão religiosa que tem aparecido nos últimos anos têm impactado bastante. Têm impactado bastante porque esse movimento religioso, especialmente o neopentecostal e alguns outros similares, são movimentos que, além de tudo, são muito violentos, né, tem uma violência que é muito peculiar dessas pessoas, que pregam uma exclusão, que pregam uma separação, que não determinam de fato a importância do que é respeito ao próximo, de respeitar o outro como o outro é. Então eles colocam uma série de dificuldades nesse caminho, acabam misturando política e religião. E para nossa população é bem difícil caminhar tendo sempre essas pessoas atravessando o caminho, impedindo o andamento de pautas que são importantes para nós, e a gente não tem uma estratégia para minorar esse problema. Porque, como eu te disse, esses religiosos têm cada vez mais ocupado espaços importantes. (12)

Para análise do discurso em (27), é interessante retomar o percurso semântico de guerra mencionado no extrato (14), bem como a comparação realizada às “cruzadas” no que se refere à ascensão de grupos religiosos no cenário político e social por Ornat et al. (2015), com o objetivo inicial de conquistar para o mundo cristão lugares sagrados (PINTO, 2021). Dito isso, pode-se encontrar elementos em (27) que remetem a essa ideia de conquista territorial para fins de dominação religiosa, explicitados pelas seleções lexicais “os evangélicos tomaram conta da periferia”, “ganharam todo esse espaço para embate”, “eles estão presos ao Pastor”. Em (28) também se menciona “esses religiosos têm cada vez mais ocupado espaços importantes”, corroborando com essa mesma semântica.

A perspectiva apresentada no fragmento discursivo (28) caracteriza a hostilidade percebida na ascensão desses grupos para com os LGBT — “muito violentos”, “violência [...] peculiar”, “pregam exclusão”, “pregam separação”, [não dão

importância ao] “respeito ao próximo”, “colocam uma série de dificuldades”, “atravessando o caminho” e “impedindo o andamento de pautas”. No excerto (27) também se afirma que a influência desses grupos não se restringe ao âmbito local, se refletindo em “Brasília”, sugerindo que a ideologia conservadora fomenta articulações políticas que beneficiam os grupos religiosos em questão. Essa afirmação também encontra respaldo no trecho “acaba misturando política e religião”, se referindo a esses atores, em (28).

A maneira como essa influência de setores conservadores se dá no processo político é explorada nos trechos a seguir. Também é possível visualizar a articulação de grupos de matrizes religiosas distintas para fazer frente às pautas ligadas à diversidade:

(29)Eu acho que o maior problema que a gente enfrenta na política pública é o preconceito. E é um preconceito muito datado, que tem uma cara muito específica, e que é um preconceito que ele às vezes não faz você ter preconceito, ele faz você ficar com vergonha de apoiar aquilo. Então, por exemplo, você tem 10 pessoas no plenário. Se você tiver um da igreja, um igrejeiro conservador, ele vai fazer um discurso tão forte contra as nossas pautas e as nossas políticas que as outras pessoas que votariam a favor de boa, que não tem nada contra, eles ficam receosos. Então às vezes a gente tem muito parceiro que não é preconceituoso, que para eles seria tranquilo aprovar aquilo. (Representante 01)

(30)Olha a maior barreira é o preconceito, sem dúvida nenhuma. Porque nós temos um cenário em que as religiosidades. E aí eu não vou falar só de uma ou de outra, vou falar de todas, porque a gente se acostumou a falar "aí os evangélicos são isso", mas isso é balela meu amor. Tem as católicas que são bem nervosinhas também e elas são espertas, por quê? O quê que elas fazem? Elas vão lá na evangélica e fala vai na frente amor, e aí as evangélicas são testa de ferro, né, mas as católicas estão ali dando suporte. As outras igrejas estão dando suporte, elas deixam só as evangélicas fazer a frente, né?! Faz a louca aí querida, mas eles estão atrás dando suporte para o discurso de ódio, né?! (Representante 01)

Em (29), encontra-se um exemplo de como o discurso de ordem conservadora influencia na aprovação de medidas no “plenário” que favoreçam os LGBT. Esse excerto sugere que o discurso de ordem conservadora inflige sobre atores do meio político de modo ardiloso, não necessariamente convertendo a ideologia norteadora da ação dos mesmos, mas promovendo sentimento de “vergonha” dada suposta ruptura com valores tradicionalmente legitimados como morais e corretos. Ou seja, percebe-se presença de discursos normalizadores dentro da arena política que compele representantes políticos a tomarem decisões embasadas no medo da repressão social acarretada pela defesa de pautas progressistas.

A ideologia de cunho conservadora também permite a articulação de diferentes religiões a fim de fortificar discursos de ordem normalizadora. Nesse sentido, no

fragmento discursivo (30), a seleção lexical “vou falar de todas” sugere que o preconceito não emana apenas de determinada religião, se utilizando do termo “balela” para classificar o discurso que culpabiliza apenas sujeitos adeptos à religião evangélica. Com efeito, é interessante analisar a dinâmica relatada neste mesmo excerto, que possivelmente explica o porquê dessa imagem construída de que apenas participantes de religião de matriz evangélica proferem discursos de ódio e intolerância. A caracterização de sujeitos adeptos à Igreja Católica se dá pelos termos “nervosinhas” e “espertas”. Isso porque essas pessoas também se sentem ameaçadas pelo avanço das pautas ligadas à diversidade, todavia, inflamam políticos evangélicos para liderarem o movimento reacionário (“faz a louca aí querida”, se referindo à uma suposta fala de católicos para evangélicos), fato esse que levou a utilização da metáfora “testa de ferro” para qualificar esses sujeitos evangélicos.

Outro ponto importante a ser abordado se refere aos tensionamentos observados no cotidiano dos participantes da pesquisa, bem como possíveis formas de se lidar com as barreiras impostas por setores conservadores:

- (31)A ASTRAL está dentro do Conselho da discussão do Fórum de Exploração Sexual, dentro da discussão do COMITRAPE, do enfrentamento ao Tráfico de Pessoas. Nós fundamos o núcleo aqui que foi desmanchado no CONATRAPE. A ASTRAL ficou no CONATRAPE até o ano passado. Saímos agora com a questão do Bolsonaro. Na eleição eu já falei “não, não tem condição de ficar sob essa discussão... entrar o Ministro da Justiça falando que é religioso e que os religiosos têm o direito de xingar LGBT ou falar que gay é doente”. Aí eu falo: “prefiro sair, porque senão eu vou ter ataque aqui todo dia”. (Representante 03)
- (32)A ASTRAL está em todos esses lugares. No conselho da Saúde, dentro do Conselho Nacional de Assistência Social. A ASTRAL está dentro dessas pautas, apesar de que alguns Conselhos Nacionais ela só vai se retirar porque não está dando para trabalhar. Aí você fala “ah, algumas coisas, questões, o governo acaba desfazendo?” Desfaz sim. Ah, vem falar que é um governo... sabe, fascista, conservador... que a gente consegue lutar... mentira, a gente não dá conta não. Eles têm forças lá dentro e eles acabam retirando a gente com essas forças, né?! Então é uma pura mentira falar que a gente vai continuar batendo na porta e vai dar certo alguma coisa lá, porque é mentira. (Representante 03)
- (33)É muito difícil, a gente tem que fazer as coisas na surdina, então, é horrível dizer isso mas é a realidade, entendeu? Quando eu vou numa reunião com determinados agentes do Estado, eu não posso postar foto porque senão essa pessoa vai ser atacada por um monte de gente e o lado deles é mais forte. Eles têm dinheiro, eles têm povo, eles têm igreja, eles têm cargos, eles têm aí... não adianta eu, a bicha [nome do entrevistado], que vou lá fazer uma reunião contigo, entendeu, e na hora da pressão você vai ficar do nosso lado? Não vai, porque tem muita pressão, entendeu? (Representante 01)

De acordo com os relatos (31) e (32), a pressão exercida por setores conservadores acaba, porventura, inviabilizando a atuação dos LGBT — “prefiro sair”, “vou ter ataque aqui todo dia”, “não está dando para trabalhar”, “a gente não dá conta

não”. Isso porque esses setores se valem da violência contra essa população — “os religiosos têm o direito de xingar LGBT ou falar que gay é doente” — e também possuem expressivamente mais recursos e influência em comparação à população LGBT — “eles têm forças lá dentro e eles acabam retirando a gente com essas forças”. O fragmento (33) também menciona essa assimetria de poder — “Eles têm dinheiro, eles têm povo, eles têm igreja, eles têm cargos”— e sugere que devido a essa disparidade de recursos, torna-se difícil resistir à pressão exercida pelos grupos conservadores. Esse fenômeno já havia sido mencionado por Pereira (2017) ao afirmar que a violência vivenciada pelos LGBT, atrelada à falta de recursos materiais e simbólicos, implicam diretamente na sub-representação do segmento nas esferas representativas, dificultando que as demandas desse público sejam devidamente recebidas pelo Estado.

Um caminho possível para aprovação de medidas para os LGBT é abordado no fragmento discursivo (33): “tem que fazer as coisas na surdina”. A utilização do léxico “surdina” implica dizer que as ações tomadas por esses integrantes devem ser discretas, pois, caso ganhem notoriedade, podem suscitar fortes reações de grupos conservadores. Pode-se também sugerir interdiscurso com o *ethos* LGBT, em que ser discreto e agir com sigilo são elementos que fomentam a passabilidade desses atores enquanto “no armário”.

O perfil de repulsa às pautas LGBT também foi abordado pelo *corpus*, bem como possíveis elementos que auxiliaram na construção dessa imagem estigmatizada da população:

(34)Aí você vai falar de política pública para LGBT, meu Deus! Os homens se escondem, sabe, eles pulam a janela, eles não saem do café, eles marcam reunião e não aparecem, manda assessor. Então falar de LGBT e política pública para gente é uma desgraça. Porque, por exemplo, para aprovar o plano municipal LGBT, o segundo, porque o primeiro já tinha, né?! O 2.0. nós tivemos que mandar o prefeito viajar para o vice assinar. As pessoas não têm coragem de falar de direitos humanos, as pessoas não têm coragem de falar de sexo, né?! E ainda mais que tudo que é da gente, eles automaticamente relacionam sexo e sexo *hard*, coisas pesadas. Então elas têm um pouco de vergonha. Enfim, o preconceito como a gente conhece né?! Então essas articulações políticas são fundamentais para que a gente pense em avançar a pauta. (Representante 01)

(35)[...] Nós temos secretários que são da igreja ou o que nem são da igreja e são preconceituosos mesmo. E daí eu não posso fazer uma conversa com ele, por exemplo, sobre uma lei de violência. Por quê? Porque ele vai melar, ele obviamente vai dizer não e obviamente ele vai fazer questão de melar com todo mundo. Ele vai atrás. A nossa pauta LGBT tem uma coisa que as pessoas têm um ódio, né, e daí tem determinados agentes do Estado e da política que eles não fazem nada o mandato inteiro, não faz nada. Mas falou de LGBT sobe um sangue nelas. (Representante 01)

(36)O Estado tende a ser negligente e deficitário quanto às medidas protecionais para o público LGBTIA+ por ser, justamente, consolidado historicamente a partir de estruturas oriundas de um processo de dominação colonial ocidental, que instituiu um novo e comum padrão de poder mundial, através da constituição das Américas e do capitalismo colonial/moderno e eurocentrado [...]. Em decorrência desses processos históricos, a (não) atuação do Estado frente a comunidade LGBTIA+, tende ainda a ser pautado em premissas e valores provenientes de sua matriz de origem colonial, da branquitude, burguesia, cristianismo, etc., atravancando mais possibilidades de avanços. (Representante 04)

Os fragmentos discursivos (34) e (35) apresentam percurso semântico que remetem à ojeriza às pautas LGBT — “Os homens se escondem, sabe, eles pulam a janela, eles não saem do café, eles marcam reunião e não aparecem”, “as pessoas não têm coragem de falar de direitos humanos”, “ele vai melar”, “ele obviamente vai dizer não”, “as pessoas têm um ódio” [sobre as pautas LGBT]. Esse perfil de repulsa é atribuído a uma visão distorcida das demandas dessa população, uma vez que traçam relação direta entre “sexo *hard*” e “coisas pesadas” ao suposto comportamento desses atores. Mais uma vez, o sentimento de “vergonha” também é mencionado como ferramenta de controle em (34), principalmente utilizando-se elementos do imaginário construído acerca dessa população.

Em (36), observa-se um possível motivo que explique o cenário intolerante visualizado: as raízes coloniais estruturadas por marcadores sociais de raça, classe e religião — “matriz de origem colonial da branquitude, burguesia, cristianismo”. Essa tese encontra respaldo na discussão levantada por Irineu (2014), ao afirmar que a Nação pode ser compreendida como uma comunidade imaginada que foi naturalizada enquanto campo de constituição de valores morais e projetos de sociabilidade, tornando-se um direito ancorado em um modelo familista, racista, sexista e homofóbico. Aragusuku e Lopes (2016), em diálogo com Irineu (2014), corroboram esse entendimento ao dizer que o ideal de sujeito universal é europeu, branco, homem e heterossexual, e todos aqueles que divergem desse padrão tendem a sofrer com a exclusão. Os elementos utilizados em (36) para caracterizar o Estado brasileiro dão pistas sobre o motivo deste ter atuação “negligente” e “deficitária”, não somente para com o público LGBT, mas também com todas as formas de existência que rompem com o padrão “ideal de sujeito universal” (ARAGUSUKU; LOPES, 2016).

4.4. Interlocução entre Estado e organizações da sociedade civil

Uma característica central das políticas públicas vigentes no Brasil, até os anos 1980, consistia na exclusão da sociedade civil do processo de formulação e implementação dos programas e do controle da ação governamental. Este padrão não democrático de articulação Estado-sociedade reforçou a exclusão de amplos segmentos do acesso a bens e serviços (FARAH, 2001). Nesse sentido, o processo de redemocratização do país promoveu o empoderamento da sociedade civil, especialmente pela transferência de poder a outras instituições independentes do jogo político, como as OSC (SOUZA, 2006; HEIDEMANN, 2006). Neste novo cenário, “outras entidades, como as organizações não governamentais (ONGs), as empresas concessionárias e as associações diversas da sociedade também se incluem entre os agentes de políticas públicas, em toda parte” (HEIDEMANN, 2006, p. 31). Isso posto, neste tópico será analisada a relação desenvolvida entre o Estado brasileiro e organizações da sociedade civil voltadas ao público LGBT, levando em consideração o contexto que envolve a articulação por políticas públicas e os desdobramentos decorrentes desse processo.

O primeiro ponto a ser discutido se refere às articulações a nível de município, muitas vezes influenciada por elementos do âmbito local. Nesse aspecto, vale destacar que a ideologia predominante em outras esferas (federal e estadual) não necessariamente dita a forma como o município dialoga com o público LGBT. Isso porque, ainda que observada a atual não abertura por parte do governo Bolsonaro para com essa população, a relação Município-OSC se apresenta por vezes frutífera:

(37)[...] o Grupo Dignidade hoje tem uma parceria muito forte com o município de Curitiba, por ser a primeira ONG da cidade LGBT em mais de 28 anos. Então, nessa longa trajetória, eu estou há apenas 6 anos. Então eu não peguei a parte mais difícil, vamos dizer assim né?! Se construiu uma relação muito forte de parceria, então todos os órgãos da cidade têm um diálogo muito forte com a gente. (Representante 08)

(38)A Casa Florescer sim, já teve participação direta junto com o SMADS (Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social) e a própria Coordenação Municipal para tentar elaborar uma construção de espaços sociais, centros de acolhida que conseguissem atender a essa população, tendo em vista que hoje nós temos dois, a Casa Florescer 1 e a Casa Florescer 2, e pensando o espaço dos homens. (Representante 05)

De acordo com o enunciado (37), a “parceria”, a “relação” e o “diálogo” firmados entre a OSC e o município de Curitiba são caracterizados pela seleção lexical “muito forte”, sugerindo que a organização nutre relação harmoniosa e colaborativa com o

município e todos órgãos a ele vinculados — “todos os órgãos da cidade”. O fragmento discursivo (38) também menciona atuação conjunta da organização com o município através do “SMADS” e também com a “própria coordenação municipal”, indicando abertura por parte da administração pública a nível local para diálogo com os LGBT. Esse diálogo observado entre a esfera pública e atores da sociedade civil encontra respaldo em Barreiro e Furtado (2015), ao afirmarem que tanto o Estado como atores sociais são responsáveis pelas ações e decisões no contexto democrático.

Juntamente com a esfera municipal, os estados também são mencionados como palco de importantes articulações para os LGBT. Todavia, as ações decorrentes dessa interlocução ainda parecem tímidas:

(39) Em esferas estaduais e municipais já é mais difícil de fazer essa análise temporal. Mas, de maneira geral, é possível observar que alguns estados e municípios são mais progressistas que outros, podendo até existir algumas iniciativas. Mas, na maior parte das vezes, ainda são muito precárias. Em outras palavras, não podemos dizer que não há iniciativas, mas também não podemos dizer que se tratam de substanciais progressos. (Representante 11)

(40) Aqui nós atuamos desde o princípio com o Estado e com o Município [...]. Sempre atuamos. A ASTRAL está em todo... olha a ASTRAL está no Conselho Estadual da Mulher, a ASTRAL está no Conselho Municipal da Mulher, onde eu sou presidente do Conselho da Mulher. Imagina, num governo conservador aqui, uma prefeitura religiosa que ora a bíblia, uma trans como presidente da mulher, entendeu? (Representante 03)

(41) Na esfera estadual e municipal, têm acontecido ações importantes que a gente aqui quer entender, que são atuações e ações que estão acontecendo em muitos espaços e lugares. No nível federal, aí a história é completamente diferente. (Representante 12)

De acordo com o fragmento discursivo (39), a análise da interlocução entre as OSC LGBT e as esferas estaduais e municipais é classificada pela seleção lexical “difícil”. Isso porque esse diálogo possivelmente varia de acordo com a ideologia predominante no poder público local, podendo essa ser “mais progressista” — permitindo “até existir algumas iniciativas” — ainda que caracterizadas como “precárias” e [não tratam-se de] “substanciais progressos”.

Outro ponto interessante a ser levado em consideração se refere à atuação da OSC ASTRAL no estado de Goiás e no município de Goiânia, apresentada no fragmento discursivo (40). As seleções lexicais “atuamos desde o princípio” e “sempre atuamos”, se referindo à atuação conjunta com as esferas estaduais e municipais, indicam abertura por parte do poder público circunscrito nessas esferas, permitindo diálogo com o público LGBT. O silenciamento percebido logo após a passagem “A ASTRAL está em todo...” também sugere que a organização se faz presente em

diversos espaços. É interessante também destacar a coexistência de ideologias distintas na arena pública descrita por essa passagem: de um lado se tem elementos do *ethos* religioso – “governo conservador”, “prefeitura religiosa”, “ora a bíblia” – que contrastam com o fato de se ter uma pessoa “trans como presidente [do Conselho Municipal] da mulher”, se referindo ao *ethos* LGBT. Tendo em vista que construções hegemônicas fazem com que identidades LGBT sejam vistas como hierarquicamente inferiores (MEDEIROS; NETO, 2017), o discurso de ocupação de espaços públicos por essa população revela resistência frente ao discurso hegemônico de ordem conservadora que recorrentemente inferioriza essa população.

No excerto (41) se reconhece que as esferas estaduais e municipais têm sido palco de articulações importantes para esse público — seleções lexicais “ações importantes” e “muitos espaços e lugares”. Todavia, percebe-se contraste quando se trata do governo federal, uma vez que “a história é completamente diferente”, indicando que neste nível de governo não se observa “ações importantes” no que tange ao público LGBT. De acordo com Souza (2006) e Heidemann (2006), a transferência de poder às organizações da sociedade civil no contexto de redemocratização do Estado se tornou importante ao passo que essas organizações não estão submetidas às incertezas dos ciclos eleitorais e possuem maior *expertise* para lidar com assuntos específicos aos quais as políticas públicas se destinam. Dito isso, o que se percebe a partir de 2019 é um movimento contrário ao exposto por Souza (2006) e Heidemann (2006), uma vez que a mudança de governo para o atual Presidente Jair Bolsonaro impactou de modo expressivo a interlocução entre os LGBT e entes da esfera federal:

(42)Esse governo veio para aniquilar os movimentos sociais e em algum aspecto ele até consegue êxito, mas a resistência do movimento é bem importante. Pode até retirar recursos e possibilidade de encontrar, mas não consegue de fato muito êxito em algumas situações. E aí agora os movimentos sociais não têm quase que estabelecido nenhum diálogo com o nível federal, as instâncias e os Conselhos – que eram os espaços em que o governo ouvia a sociedade civil e encaminhava e trocava possibilidade de ações – não tem mais, né?! Os conselhos foram extintos e não há mais nenhum tipo de diálogo. Primeiro porque o governo não quer dialogar, depois o governo não reconhece a sua deficiência que tem com relação às atuações e fica então fazendo... jogando para a plateia, fazendo coro com coisas que não são reais, e com notícias fantasiosas. E a gente vai viver ainda por dois anos nesse governo com essa ideia. Então todas as coisas que temos hoje no Brasil, especialmente nesses dois últimos anos, são esforço da sociedade civil organizada, dos movimentos organizados, da gestão local e estadual e ponto. E ainda assim são ações bem pontuais mesmo. (Representante 12)

(43)Avaliando temporalmente, há uns anos atrás existia, em âmbito federal, uma maior participação da sociedade civil dentro da temática que atuamos, mas nos últimos

tempos, essa participação tem diminuído substancialmente e encontra-se até mais dificultada e fechada para outras organizações. Quando se fala de parceria, deve ser caracterizada como uma relação contínua, para consulta na criação de políticas públicas, por exemplo. Dentro dessa avaliação, a TODXS não teve uma parceria, mas, sim, interações com o Estado, mas existe a possibilidade de existir outras organizações possuírem essa parceria, apesar de, conforme já dito, em âmbito federal, a chance de existir ser bem remota, devido à menor abertura do governo. (Representante 11)

O discurso presente em (42) revela percurso semântico de esvaziamento e extinção de espaços destinados à interlocução do Estado com camadas da sociedade civil — “nenhum diálogo com nível federal”, “as instâncias e os conselhos [...] não tem mais”, “os conselhos foram extintos”, “não há mais nenhum tipo de diálogo”, “o governo não quer dialogar”. Também se percebe em (43) que a participação da sociedade civil tem “diminuído substancialmente” e tem sido “dificultada” e “fechada” para determinadas organizações. Esse distanciamento por parte do governo federal para diálogo com os LGBT é abordado por Mota (2016), ao dizer que a interlocução entre o Estado e a sociedade civil pode se tornar “nebulosa” quando são exatamente os grupos menos permeáveis à agenda LGBT que passam a ser os formuladores e implementadores das políticas públicas. Ou seja, a ascensão de grupos conservadores e neoconservadores “turva” as possibilidades de interlocução entre o Estado e a população LGBT (MOTA, 2016), como se percebe no contexto que se estabelece após o ano de 2019 com a posse do presidente Bolsonaro.

Além da dificuldade imposta aos LGBT na interlocução com a esfera federal, é possível também perceber discurso de demonização das organizações da sociedade civil, na tentativa de deslegitimar e silenciar as pautas defendidas por essas organizações. Também se observa discurso de resistência ao passo que essas organizações atuam em questões muitas vezes negligenciadas pelo Estado.

(44) Nós temos o papel no controle social, e não só através da instituição, mas através de mecanismos também, como... como os Conselhos. O Grupo Dignidade se empossa muito. Existe isso né? Dos Conselhos, nós somos em vários Conselhos a nível nacional também. Então através desses mecanismos nós conseguimos, né, fiscalizar e cobrar muitas coisas. Mas [na] relação instituição e governo, é, existe muitas preocupações quando o Presidente fala muito mal de ONGs, né?! (sic) ONGs é o nome, é fantasia... na verdade, é OSC né? Organização da Sociedade Civil, em que a Constituição, a lei, organizações internacionais reconhecem a sua importância. Então, qualquer recurso que ele acha que acredita destinar a essas organizações, acha isso um absurdo, sendo que isso não tem impacto em nem 1% do orçamento nacional e que essas organizações têm um impacto social incrível, né? As Organizações da Sociedade Civil alcançam onde o governo não alcança. Esse é o nosso grande papel. E quando o Estado fala mal dessas instituições, porque o Presidente é a figura do Estado hoje, nós vemos qual que é o olhar do Estado para as Organizações da Sociedade Civil, né?! (Representante 08)

(45)Ao meu ver, algumas relações se dão por meio de reações, pois determinadas organizações da sociedade civil são formadas enquanto respostas à ausência efetiva de atuação do Estado, que deveria proteger as pessoas que dele fazem parte, mas acaba por também se tornar instrumento de legitimação de opressão e violência. Portanto, acredito que essas organizações se fazem pertinentes e necessárias justamente pela não confiança em um Estado que ainda se é governado e consolidado a partir de projetos que determinam quais corpos têm o direito de existir ou não. (Representante 04)

De acordo com as passagens (44) e (45), o discurso de ordem hegemônica observado no âmbito federal que inferioriza as OSC (“o Presidente fala muito mal de ONG”) pode ser considerado contraditório, uma vez que essas mesmas organizações atuam nas lacunas deixadas pelo Estado — “alcançam onde o governo não alcança” “respostas à ausência efetiva de atuação do Estado”, sugerindo atuação de caráter complementar. A sintaxe discursiva observada na utilização da conjunção adversativa em (45) “deveria proteger[...], mas” também sugere que o Representante 04 acredita que o Estado nem sempre cumpre com seu papel de proteção social, tese essa confirmada pelas seleções lexicais “instrumento de legitimação de opressão e violência”, se referindo à atuação do Estado. Essa análise vai de encontro ao conceito de “estadania” proferido por Carvalho (2008) e discutido por Irineu (2014), ao se referirem à lógica de subalternização da sociedade civil em oposição à hipervalorização do Estado. Nesse sentido, o próprio Estado pode se tornar perpetuador da violência, abrindo espaço para a violação dos direitos humanos (CARVALHO, 2008; IRINEU, 2014).

Se por um lado a articulação das OSC LGBT com o poder executivo flutua de acordo com a ideologia predominante e o nível de governo (município, estado, nação), a articulação caracterizada deste público com o poder judiciário pode ser vista nos fragmentos a seguir:

(46)[...] A relação do Estado... todos os nossos direitos hoje conquistados foram [pelo] STF. Então a parte do Estado, que o STF também é Estado, querendo ou não, foi a área jurídica né?! O papel do Estado é ser de forma bem simples o guardião da Constituição. Quando a gente fala guardião da Constituição é ver a Constituição também se atualizando através dos anos, né?! A Constituição, a nossa Constituição, apesar de ter 30 anos, existe a possibilidade da interpretação de acordo com a evolução cultural da sociedade. Então o Estado que evoluiu nesses aspectos foi o STF. (Representante 08)

(47)Bem, nota 10 para o judiciário. O Supremo Tribunal Federal, ou Superior Tribunal Federal, os tribunais estaduais e o judiciário em geral têm sido muito bom e de uma... Todos os direitos nós conseguimos através do Judiciário. Do Legislativo infelizmente nós não temos grandes avanços, apenas três projetos, três... o estatuto da juventude nos contemplou, coloca a questão da identidade de gênero e orientação sexual. Também a Lei Maria da Penha, que coloca... que respeita a

questão da orientação sexual. O estatuto da pessoa com deficiência... então essas [...] leis que contemplam a gente no Legislativo. (Representante 02)

(48)Aí começou esse processo em que a gente tem ficado, como eu disse, na defensiva, né?! Nem ampliar... por isso que o Matizes também usou como estratégia, como a gente via cada vez... encontrava cada [vez] mais obstáculo, mais dificuldade de avançar no parlamento, de avançar também no executivo, nós conseguimos, nós começamos [a] costurar com o judiciário... com outros órgãos na busca de direitos... porque estava bem complicado, em nível de Executivo e também de Legislativo. (Representante 09)

Primeiramente, é interessante analisar a mudança do tom do discurso quando se trata da interlocução entre o público LGBT e o Poder Judiciário. Nesse sentido, essa relação é caracterizada de modo positivo pelos participantes da pesquisa nos excertos (46), (47) e (48), uma vez que se observa que o Judiciário foi responsável pela conquista de “todos os direitos” que a população LGBT possui até então. De acordo com o fragmento discursivo (46), isso se dá pelo fato de que “o Estado que evoluiu nesses aspectos foi o STF”, se referindo à interpretação constitucional de acordo com evolução cultural da sociedade. Neste fragmento, a utilização da oração subordinada adjetiva restritiva — “que evoluiu”— restringe essa evolução ao STF, sugerindo que as outras esferas constitutivas do Estado (Legislativo e Executivo) não progrediram ao longo do tempo de acordo com a mudança cultural da sociedade. Essa tese é reforçada pela adjetivação “bem complicado” em (48), se referindo à busca de direitos nos níveis executivos e legislativos e também pela passagem “do legislativo infelizmente nós não temos grandes avanços”, em (47).

A análise desses discursos encontra respaldo em Cardinali (2018), ao discutir que o fenômeno da judicialização é de especial importância para a compreensão do processo de institucionalização dos direitos LGBT no cenário brasileiro. Isso porque, num cenário em que o Poder Legislativo possui maioria conservadora, o Judiciário torna-se um caminho propício na proteção jurídica e no reconhecimento dos direitos dessa população (CARDINALI, 2018). Essa ideia também se materializa no seguinte fragmento:

(49)Gastar todas as suas energias na aprovação do PL 122, não é? Desconsiderando a conjuntura adversa, quando você poderia estar fazendo o que a gente diz aqui no Piauí, “comendo pelas beiradas”, tentando conseguir, né, avançar em políticas por outras maneiras. Foi o que nós fizemos aqui. Nós tínhamos essa leitura já... a partir de 2005, e nós começamos a atuar em outras frentes, né? Principalmente, por exemplo, a questão da judicialização, porque a gente percebia uma brecha no judiciário... isso aí... as entidades majoritárias só foram perceber só depois que o governo do Rio de Janeiro entrou com aquela ação para reconhecer a constitucionalidade das uniões entre pessoas do mesmo sexo, né?!

Neste enunciado, é discutido que havia grande empenho para aprovação do Projeto de Lei 122, que criminaliza a homofobia. Contudo, uma vez observada a resistência para aprovação deste Projeto, o Representante 09 diz que “começaram a atuar em outras frentes”, ou seja, uma vez que o caminho do Legislativo se fazia tortuoso para aprovação de medidas em prol dos LGBT, a OSC começa a trilhar pelos caminhos do Judiciário, dada a abertura deste poder para com essa população — “brecha no judiciário”.

Ainda no que tange o Poder Judiciário, é interessante analisar os diferentes níveis circunscritos nessa esfera. Se por um lado o STF foi caracterizado como protagonista dos principais avanços no que se refere ao público LGBT, quando se trata do nível estadual e tribunais inferiores, a atuação desse poder pode suscitar diferentes perspectivas:

(50) Se a gente fosse só uma ONG de atendimento à comunidade, ok! A gente não era obrigado a dialogar com o Estado nacional. Mas quando você se posiciona como uma ONG que produz políticas públicas, você tá lá sujeito a levar chá de cadeira, a engolir muito sapo, a conversar com quem você não gosta. Mas é porque a sua comunidade depende disso. Então hoje a relação com o Estado que evoluiu foi com o jurídico, mas isso a nível STF. Existem muitos problemas ainda em níveis estaduais. (Representante 08)

(51) Através dessas articulações com o judiciário, nós também conseguimos alguns avanços. Por exemplo, aqui, o Piauí foi um dos primeiros estados a ter um regimento específico para casamento entre pessoas... entre LGBT, né?! Pessoas do mesmo gênero. O Piauí também... aqui foi o primeiro regimento de uma Corregedoria, que depois o CNJ estendeu à questão da... do registro da dupla maternidade, no caso de reprodução assistida. (Representante 09)

Primeiramente, a sintaxe discursiva em (50) indica que a relação da OSC com o Estado evoluiu somente a nível do STF — conjunção adversativa “mas” — sugerindo que a relação com o judiciário nos níveis estaduais e instâncias inferiores pode não ter evoluído do mesmo modo. Essa tese é confirmada pelas seleções lexicais que seguem essa passagem — “Existem muitos problemas ainda em níveis estaduais” — , revelando posicionamento crítico frente à essas atuações. Já no caso do enunciado (51), o judiciário a nível estadual (Piauí) é caracterizado como sensível e muitas vezes pioneiro em ações que favoreçam a população LGBT.

Ademais, outro ponto que chama atenção no fragmento discursivo (50) é a caracterização do diálogo entre o Estado e ONG que produz políticas públicas. Nesse sentido, a catacrese “chá de cadeira” sugere que atores do Estado podem impetrar longa espera para recepção de membros de organizações LGBT, possivelmente representando falta de apreço por essas demandas. A utilização da figura de

linguagem “engolir muito sapo” apresenta interdiscurso com o *ethos* religioso, uma vez que a origem da expressão remete a uma das pragas do Egito: a invasão de milhares de rãs por todo território egípcio, invadindo todos ambientes, inclusive os pratos dos habitantes do reino (PEIXOTO, 2010). Isso posto, a expressão pode ser entendida como suportar situações desagradáveis sem qualquer reação/manifestação, o que sugere que os integrantes de OSC LGBT perpassam por esse tipo de situação no processo por demanda de políticas públicas.

Com efeito, o percurso semântico que remete à dificuldade de se dialogar com o Estado — “levar chá de cadeira”, “engolir muito sapo”, “conversar com quem você não gosta” — é seguido pela conjunção adversativa “mas”, sugerindo que compensa passar por tais situações uma vez que “a sua comunidade depende disso”, o que revela resiliência e resistência por parte do Representante 08 na busca por ações que beneficiem os LGBT. Também, conforme aludido por Mattos e Drumond (2005), o centro de poder das OSC está em conseguir despertar nos indivíduos o sentimento de ser cidadão, estimulando nestes indivíduos motivação para reivindicar o estabelecimento de sua própria cidadania através do diálogo com o Estado (GORDON; STACK, 2007), fato este ilustrado pelo fragmento em análise.

A partir do exposto, pode-se considerar que a forma como se dá a interlocução entre Estado e OSC LGBT influencia diretamente no avanço — ou retrocesso — das pautas defendidas por essa população. Quando essa articulação se faz de maneira assertiva, pode trazer à tona projetos de “sucesso” destinados aos LGBT:

(52)O Grupo Transevolução, desde 2009, faz essas parcerias com Estado, seja na área de prevenção, seja em época de datas comemorativas da comunidade LGBTI, ou em datas de homenagens às vítimas de LGBTIfobia. Então a gente sempre tem essas parcerias com o Estado, temos parceria com a FioCruz, onde daí nasceu, então, o ambulatório trans que hoje tem na FioCruz. E hoje temos a cessão do imóvel onde está a Casa Nem, onde hoje está assentada. Então temos essas parcerias, sempre estamos se reunindo com as secretarias, tanto com as secretarias municipais, tanto com as secretarias estaduais. Na prefeitura do governo anterior da prefeitura do Rio de Janeiro tínhamos uma parceria muito boa com o coordenador da CEDS, que é a Coordenadoria Especial da Diversidade Sexual, que hoje é a Coordenadoria Extraordinária, se eu não me engano, alguma coisa assim da diversidade sexual. Parece que só mudou nessa questão, mas tivemos uma parceria muito boa, atuamos conjuntamente com eles em vários aspectos, tanto nas ocupações do Rio de Janeiro, como para expandir os direitos da população LGBTIA+. E dessa parceria nasceu o CPA 4, que é o Centro de Acolhimento para LGBTIA+, que popularmente as pessoas chamam de hotel LGBT, inspirados justamente no acolhimento da Casa Nem. Então hoje temos além da Casa Nem, que é um projeto de acolhimento de uma ONG, nós temos também um espaço de acolhimento do governo né?! Institucional do governo. Então, através dessas parcerias, nasce justamente esses projetos de sucesso. (Representante 06)

No fragmento discursivo (52), percebe-se a caracterização de como a articulação das OSC com o Estado pode ser dada de modo positivo, tese essa defendida pelo percurso semântico — “a gente sempre tem essas parcerias”, “parceria muito boa”, “atuamos conjuntamente” e “através dessas parcerias, nasce justamente esses projetos de sucesso”. Nesse sentido, Costa e Vidal (2008) afirmam justamente que a criação de redes de colaboração entre Estado e atores da sociedade civil é a chave para o desenvolvimento social, a exemplo dos “projetos de sucesso” resultantes dessa articulação observada no excerto (52).

É também interessante analisar a seleção lexical “Institucional do governo” ao se referir ao espaço de acolhimento aos LGBT em situação de vulnerabilidade. Especificamente, a utilização da palavra “institucional” indica que tal espaço de acolhimento enraizou-se e tornou-se uma instituição que transcende o governo vigente, sendo assim instituição pertencente ao Estado. Essa ideia se reforça à luz da seleção lexical “sempre” ao se referir às parcerias firmadas entre a OSC e o Estado.

4.5. Como superar esse cenário?

A partir do cenário construído até aqui por meio da perspectiva de membros de OSC voltadas ao público LGBT, torna-se interessante realizar apontamentos sobre possíveis caminhos a serem trilhados como forma de resistência frente ao cenário hostil a essa população, que tem se intensificado no país após 2019. Nesse sentido, a resistência e o empoderamento do público LGBT apareceram ao longo do *corpus* como elementos importantes para lidar com a conjuntura que se percebe na atualidade.

(53)[...] a resistência, reivindicação e articulação dos movimentos auto-organizados sociais, como os da comunidade LGBTIA+, contribuem no tensionamento desse *status quo* social. (Representante 04)

(54)Acho que tem que ampliar as redes de empoderamento para resistir num primeiro momento... estar resistindo aos ataques que estão acontecendo né? Porque eu acho... eu acredito que em um determinado momento os campos vão se limpar mais. Esses [...] vão ficar em 20%, porque eles vão existir sempre. Mas num outro lugar, não nesse lugar que eles tão hoje. Eles tão no nosso lado, entendeu? Então eu acho que o desafio nosso é conter essa compreensão política e apostar nesses processos, de empoderamento, tá na rua, tá fazendo campanha nessas candidaturas minimamente que possa... que a gente possa tá dialogando. (Representante 10)

(55)Então... não é porque esse fenômeno fanático religioso se estabelece na nossa vida que a gente não tem como combater. A gente parte sim pro embate, a gente parte sim pra reação, e a nossa reação é essa, de continuar na luta, de continuar atuando pra que a nossa população possa cada vez mais se sentir parte desse

processo no Brasil. E aí a gente tem toda a ideia e a importância de que nós estamos sim atuando sem nenhuma possibilidade de recuar. A gente não recua, a gente saiu da margem e pra ela a gente não volta. E eu tenho dito sempre: se a gente voltar pra margem de alguma forma, é pra buscar nossas irmãs e irmãos que ainda estão lá, tá bom? (Representante 12)

As seleções lexicais “resistência” em (53), “empoderamento” em (54), e “a gente não recua” em (55), indicam discurso de caráter contra-hegemônico em relação àquele que recorrentemente coloca os LGBT em posição de inferioridade. Essa observação encontra respaldo em Junqueira (2010), Petry e Meyer (2011) ao afirmarem que o regime da heteronormatividade, ao definir a heterossexualidade como única possibilidade de expressão da sexualidade e do gênero, rejeita o diferente e é responsável por relações hierárquicas e de poder que geram assimetrias, discriminação e a marginalização dos sujeitos que escapam da sexualidade e do gênero construídos como “normais”.

Dito isso, as seleções lexicais “a gente saiu da margem e pra ela a gente não volta” também remetem a essa posição contra-hegemônica ao reafirmar que o público LGBT perpassa por esse processo de desmarginalização e não aceita possibilidade de retroceder. Cabe também destacar as seleções lexicais “irmãs” e “irmãos” no fragmento discursivo (55) ao se referir aos LGBT que ainda se encontram na “margem”. De acordo com este discurso, a única possibilidade de se voltar à “margem” — léxico que sugere uma posição de vulnerabilidade/inferioridade — seria para ajudar esses atores sociais que ainda se encontram em tal posição, revelando traços de solidariedade e empatia.

A representação política do público LGBT também emergiu nas entrevistas, trazendo elementos que corroboram Pereira (2017) ao dizer que a violência vivenciada por esses atores, atrelada à falta de recursos materiais e simbólicos, dificultam a ambição política LGBT. De acordo com o autor, a consequência disso é a sub-representação do segmento nas esferas representativas, dificultando que as demandas desse público sejam devidamente recebidas pelo Estado (PEREIRA, 2017). Os seguintes enunciados abordam essa questão:

(56) Acredito que um dos principais desafios seja a formação política de base com a população. Esse trabalho poderia auxiliar na percepção de um olhar mais sensível das pessoas para a causa LGBTIA+, instigando a busca pela ocupação dos espaços públicos a partir de uma representação política de pessoas engajadas e comprometidas com as demandas da comunidade. Assim, com uma representação política efetiva, poderíamos vislumbrar uma maior possibilidade de consolidação de políticas públicas para a comunidade LGBTIA+. (Representante 04)

(57) Historicamente no nosso país, os avanços concretos só existem quando se há interesse. Ousaria estender que se carece de interesse em tratar não somente as pautas LGBTI+, mas outros grupos minorizados ou subrepresentados como negros, mulheres, indígenas, etc. Não é novidade nenhuma dizer que no atual governo em esfera federal os direitos humanos é uma das últimas prioridades, mas também carecemos de representatividade em cargos de maior poder no governo, o que dificulta o avanço das pautas de interesse. (Representante 11)

De acordo com os discursos em (56) e (57), a ampliação da representação política LGBT na esfera pública pode ser um passo importante para essa população. Neste momento, se torna interessante analisar que em (56) a seleção lexical “formação política de base” se apresenta como cerne do discurso que aponta possíveis caminhos para avanço das pautas LGBT. Ao mesmo tempo, essa seleção lexical também pode sugerir falta de tal formação política de base no contexto de enunciação desse discurso, o que remete à falta de recursos e materiais simbólicos que circunscrevem os LGBT indicado por Pereira (2017). De acordo com essa perspectiva, a superação do cenário pernicioso vivenciado por essa população em questão se faz através do percurso semântico regido pelo encadeamento dos léxicos “formação política de base”, “um olhar mais sensível das pessoas para a causa LGBT”, “ocupação de espaços públicos”, “representação política efetiva” e, por final, “consolidação de políticas públicas”. Ou seja, através de tal formação política de base se desencadeiam processos que impactam na efetivação das políticas públicas LGBT.

Já no caso do enunciado em (57), a seleção lexical “interesse” é utilizada para explicar o motivo de se ter avanços ou não das pautas LGBT. Nesse sentido, cabe problematizar que o constructo “interesse” pode estar intimamente relacionado com a ideologia predominante no poder público. Assim sendo, uma vez observado o contexto de enunciação deste discurso — fortemente marcado por ascensão de ideologia que fomenta discursos de ódio contra os LGBT — pode-se interpretar que não há “interesse” por parte do poder público de se avançar nas pautas LGBT no atual contexto de 2021, tese essa confirmada pela qualificação dos direitos humanos como “uma das últimas prioridades” durante o governo Bolsonaro. Dito isso, é interessante dissertar brevemente sobre os direitos humanos, que de acordo com o Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH I) podem ser definidos como:

Direitos humanos são os direitos fundamentais de todas as pessoas, sejam elas mulheres, negros, homossexuais, índios, idosos, pessoas portadoras de deficiências, populações de fronteiras, estrangeiros e emigrantes, refugiados, portadores de HIV positivo, crianças e adolescentes, policiais, presos, despossuídos e os que têm acesso a riqueza. Todos, enquanto pessoas,

devem ser respeitados e sua integridade física protegida e assegurada (BRASIL, 1996, p.3).

Essa definição a respeito de tais direitos apresenta elementos que dizem respeito à ideologia presente no contexto de elaboração do PNDH I, período em que o Brasil era presidido por Fernando Henrique Cardoso (FHC). De acordo com Daniliauskas (2011), os direitos humanos passaram a ser uma bandeira defendida por FHC, tendência essa que permaneceu e se fortaleceu durante o governo Lula. Essa tratativa de tais direitos pode ter propiciado o início do período de ascensão das pautas LGBT no início dos anos 2000, tese essa corroborada pelo fato de que se abordou pela primeira vez o termo “homossexuais” em documento oficial do governo federal no PNDH I. Em outras palavras, a ideologia circunscrita na defesa dos direitos humanos que ascende na década de 90 pode ser considerada como antecedente do cenário de ascensão das primeiras políticas públicas LGBT no Brasil.

Uma vez realizadas essas considerações, nota-se o contraste ideológico quando se trata dos direitos humanos entre o contexto de elaboração do PNDH I e o ano de 2021. Tendo em vista que o PNDH I foi criado com base nas resoluções da Conferência Mundial de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU), realizada em Viena, em 1993 (DANILIAUSKAS, 2011), pode-se interpretar que o Brasil pode estar na contramão do mundo ao tratar os direitos humanos como “uma das últimas prioridades”, como afirmado pelo discurso em (57).

A responsabilização pelo agravamento da marginalização dos LGBT no governo que se estabelece após 2019 aparenta ser consenso entre os entrevistados. Nesse sentido, há quem aponte logicamente a mudança do governo atual para outro com ideologia distinta como crucial para se promover avanços à pauta LGBT. Há também aqueles que responsabilizam o fortalecimento do “movimento LGBTQIA+” como fator determinante para se ganhar visibilidade e promover ocupação de espaços.

(58)Então são avanços que a comunidade teve nesse sentido, né?! Então esperemos que mude o governo, ou que haja logo impeachment, que esse governo caia, que a gente tenha novas eleições antecipadas ou que chegue logo 2022 para que a gente possa derrubar esse governo e colocar um governo progressista novamente de esquerda no poder, para que a gente possa ter outra vez um avanço né, nesse sentido dos direitos para a população LGBT. (Representante 06)

(59)Eu acho que o movimento LGBTQIA+ ele vem se fortalecendo no sentido de ter uma articulação mais positiva para esse enfrentamento do combate à LGBTfobia, independente das políticas públicas e das gestões atuais, tentando sempre fortalecer e mostrar outras narrativas, tendo em vista essa grande metrópole São

Paulo que escolheu a primeira vereadora trans, negra, mulher, com quase 50 mil votos. Eu acho que essa construção do momento vai fortalecer um pouco mais os movimentos sociais para discussão, ocupar este espaço e construir uma política mais assertiva. (Representante 05)

Nota-se que o fragmento discursivo (58) apresenta percurso semântico que enfatiza a necessidade de mudança de governos para que se possa avançar nas pautas LGBT — seleções lexicais “mude o governo”, “impeachment”, “que esse governo caia”, “novas eleições antecipadas”, “derrubar esse governo”. De acordo com este fragmento discursivo (58), para que ocorra tal avanço é necessária a ascensão de um governo de ideologia caracterizada pelos léxicos “progressista” e “esquerda”, sugerindo que governos guiados por outras ideologias se posicionariam de outro modo no tocante às pautas LGBT. Essa tese encontra respaldo em Santos (2016), que diz que a ideologia de partidos de esquerda segue a tendência de outras esquerdas em regimes democráticos ocidentais, a de serem mais abertas às novas temáticas e de acolherem em suas estruturas partidárias setores marginalizados da sociedade e da política institucional.

Já no fragmento discursivo (59), é interessante chamar atenção para o aposto “independente das políticas públicas e das gestões atuais”, que se relaciona semanticamente ao constructo “enfrentamento do combate à LGBTfobia”. O que parece ser defendido por esse discurso é que a resistência demonstrada pelo público LGBT independe de políticas públicas e gestões governamentais, indicando que essa resiliência observada é fundamental para se promover avanços, principalmente em tempos em que não se visualiza abertura governamental para com as demandas desse público, nem políticas públicas específicas e efetivas.

A mudança cultural também foi abordada ao longo do *corpus* como importante elemento para se superar o estigma acarretado pelo rompimento com o padrão heterociscentrado. Também, torna-se importante (re)conhecer essas identidades dissidentes para que se consiga pensar em políticas públicas que atendam às demandas específicas dessa população. Nesse sentido, o investimento em ações educacionais pode representar um caminho possível para os LGBT:

(60)[...] lembrando que pra transformar essa cultura preconceituosa a maior arma que temos é a educação. Então, ainda, a educação é um ponto principal que a gente nunca pode deixar de trabalhar e ainda assim é um desafio. E o Estado reconhecer a nossa comunidade em dados, né?! Todos os dados de violência [contra os LGBT] hoje que existem no Brasil não é produzido pelo Estado brasileiro. Por exemplo, a gente não está no IBGE, né? O ano que vem é o censo, nós mandamos um ofício solicitando toda a questão do IBGE, e eles, vou ler ainda hoje, mandaram tipo 30 páginas porque não estamos no IBGE, né?! E deveríamos! Porque além

da questão social, de representatividade, tem a questão econômica, a questão de violência, então existem inúmeros motivos para a gente estar no censo do IBGE sim. Nós vamos lutar por isso também. (Representante 08)

(61) Nós acreditamos muito mais no poder da desconstrução através de ações educativas. Por isso que a gente acha importante ter, por exemplo, a discussão sobre gênero nas escolas, que tá cada vez mais difícil, tá cada vez uma realidade mais distante, né?! Porque com o advento dessa bancada conservadora, dos próprios é... é... mandatários do executivo, também conservadores... tá cada vez mais difícil, mas é de extrema importância você colocar esse debate sobre gênero na escola. A questão da saúde da população LGBT também precisa estar lá respeitada dentro dos princípios dos SUS, mas infelizmente isso tá cada vez mais distante... na área de segurança, nós precisamos cada vez mais ter ações também para coibir violência contra LGBT. (Representante 09)

Num primeiro momento, é interessante analisar a interdiscursividade presente na seleção lexical “arma” em (60) com o discurso recorrentemente defendido pelo presidente Bolsonaro. Isso porque esse discurso presidencial defende a desburocratização e ampliação do acesso a armas pela população brasileira (AMARAL, 2021), ainda que na contramão das estatísticas que indicam que tal flexibilização aumentaria os índices de violência, podendo inclusive ser qualificada como uma medida “anticientífica” (SCHREIBER, 2021). Dito isso, a apropriação deste interdiscurso pode revelar um posicionamento crítico frente a esse discurso presidencial, contrapondo-o ideologicamente ao defender a educação como elemento de maior potência para a transformação.

Outro ponto importante trazido pelo fragmento discursivo (60) se refere à necessidade de reconhecimento do público LGBT pelo Estado, especificamente através de dados estatísticos imprescindíveis para planejamento e execução de políticas específicas voltadas a essa população. Nesse sentido, observa-se forte discurso de caráter contra-hegemônico ao ser questionada a ausência de tais estatísticas no IBGE, bem como a negativa deste órgão em incluir esta população nos dados do censo previsto para acontecer em 2021, possivelmente reforçando a posição de invisibilidade e marginalização em que LGBT são colocados. Essa problemática remete à discussão de Fraser (2001) a respeito do reconhecimento de identidades como remédio para injustiça:

Ao terem sua sexualidade desacreditada, os homossexuais estão sujeitos à vergonha, molestações, discriminação e violência, enquanto lhes são negados direitos legais e proteção igual – todas negações fundamentais de reconhecimento. Gays e lésbicas também sofrem injustiças econômicas sérias; podem ser sumariamente despedidos de trabalho assalariado e têm os benefícios de previdência social baseados na família negados. Mas longe de estarem arraigados na estrutura econômica, esses danos derivam de uma estrutura cultural-valorativa injusta. Consequentemente, o remédio para essa

injustiça é o reconhecimento e não redistribuição. Superar a homofobia e o sexismo requer mudança nas avaliações culturais que privilegiam a heterossexualidade, negando respeito igual para gays e lésbicas e recusando a reconhecer a homossexualidade como um modo legítimo de sexualidade. (FRASER, 2001, p. 258, grifo do autor)

Cabe ainda acrescentar que as colocações de Fraser (2001) também se aplicam à população transexual, recorrentemente violentada pelo não reconhecimento de suas identidades como legítimas. Assim sendo, ao passo que Fraser (2001) afirma a necessidade de se reconhecer identidades para superar injustiças sociais, o contexto de enunciação do discurso em (60) evidencia um movimento contrário a esse processo ao abordar a negativa do poder público em se coletar dados que dizem respeito aos LGBT. Com efeito, cabe destacar que a realização do censo prevista para 2021 sofreu corte de 90% da verba prevista, inviabilizando-o e possivelmente comprometendo a efetividade de políticas públicas, em especial o planejamento da infraestrutura em saúde num contexto de crise sanitária (CARRANÇA, 2021). O que se interpreta dessa situação, levado em consideração a perspectiva de Fraser (2001), é que a não priorização da realização do censo no presente contexto, bem como a falta de interesse em se coletar dados a respeito dos LGBT, pode revelar falta de comprometimento por parte do poder público de trazer à tona dados sobre a realidade brasileira, bem como apresentar mecanismos para superar as injustiças sociais nela presentes, a exemplo da violência e outras vulnerabilidades a que a população LGBT é acometida.

Ainda sobre a passagem (60), é importante reconhecer a centralidade das OSC LGBT neste processo contínuo de luta e resistência. Isso se torna explícito quando se percebe a utilização da primeira pessoa do plural em “Nós vamos lutar por isso também”, se referindo à atuação da OSC. A utilização do léxico “também” indica que essa atuação abarca outras lutas, sendo a reivindicação por estar no censo apenas uma delas. O próprio fragmento discursivo menciona o fato de que os dados de violência contra os LGBT não são produzidos pelo Estado brasileiro. De fato, os dados existentes sobre essa população são elaborados por OSC LGBT, a exemplo relatórios anuais de mortes LGBTI+ produzidos pelo Grupo Gay da Bahia⁷, e também dos dossiês anuais sobre assassinatos e violência contra travestis e transexuais brasileiras produzidos pela ANTRA⁸. Esses elementos vão de encontro à perspectiva

⁷ Disponível em: <https://grupogaydabahia.com.br/relatorios-anuais-de-morte-de-lgbti/>

⁸ Disponível em: <https://antrabrasil.org/assassinatos/>

de Oliveira e Haddad (2001) ao afirmarem que as OSC são organizações que se propõem a acompanhar as ações do Estado, e atuam diante da carência de produtos e serviços que o Estado não atende de modo satisfatório. Dito isso, o modo como os LGBT têm sido tratados historicamente pode representar um forte exemplo dessa atuação deficitária, o que suscitou o surgimento das OSC LGBT e que têm protagonizado as principais conquistas desta população.

O fragmento discursivo (61) também aposta na mudança cultural para superação da violência estrutural direcionada aos LGBT — léxicos “desconstrução” e “ações educativas”, “escolas”. Contudo, esse caminho se demonstra tortuoso à medida que se visualiza percurso semântico de crescente resistência às discussões de gênero no ambiente educacional — seleções lexicais “tá cada vez mais difícil”, “realidade mais distante”, “bancada conservadora”. Essa semântica é corroborada por Santos et al. (2008) ao dizerem que a escola se apresenta muitas vezes como um ambiente em que os LGBT são discriminados pelos próprios profissionais da educação e por seus colegas, produzindo violências que contribuem para problemas no desempenho, evasão e sofrimento desses estudantes (SANTOS et al., 2008). Isso posto, o léxico “desconstrução” pode justamente apontar para a necessidade de se romper com essas construções hegemônicas que cultuam comportamentos que se aproximam do padrão heterocisnormativo, e inferiorizam tudo aquilo que diverge desse padrão.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve como objetivo compreender, mediante os discursos de OSC LGBT brasileiras, como as políticas públicas voltadas a essa comunidade têm se configurado desde o Programa Brasil Sem Homofobia até a atualidade. Os discursos proferidos por representantes de OSC LGBT levaram à compreensão de que a trajetória das políticas públicas LGBT no Brasil se relaciona diretamente com a disputa ideológica na arena pública entre valores progressistas e conservadores, e também com a constante atuação do movimento social em formato de OSC.

A fim de dissertar acerca da relação desenvolvida entre as OSC LGBT, Estado e políticas públicas, se torna interessante partir do entendimento de que a relação OSC-Estado pode acontecer nos níveis Executivo, Legislativo e Judiciário. Também, essa relação OSC-Estado pode se dar nos níveis municipal, estadual e federal quando se trata dos Poderes Executivo e Legislativo, e em níveis regionais e nacionais quando se trata do Judiciário. Isso posto, a caracterização desse tipo de articulação pode trazer elementos importantes para compreensão acerca da existência (ou inexistência) de políticas públicas específicas voltadas aos LGBT.

Num primeiro momento, é válido mencionar a epidemia do HIV em meados da década de 1980. Assim como apontado por Facchini (2002), Macrae (1982) e Miskolci (2020), essa epidemia marcou a trajetória da população LGBT, fato este mencionado por variados atores nas entrevistas. Nesse contexto marcado por tal epidemia, chama atenção a emergência de OSC voltadas ao público LGBT, que se propunham a pensar e operacionalizar medidas que combatessem o surto e que acometia fortemente a população LGBT. Através de parcerias firmadas com o Estado, especificamente com o Poder Executivo, tais organizações recebiam financiamento para desenvolverem suas ações, desde a prevenção ao tratamento da doença desenvolvida pelo vírus HIV. Esse protagonismo das OSC LGBT no combate à epidemia se fez mediante à demora e falta de *expertise* do Estado em desenvolver ações para mitigar o surto e contribuíram para que o Brasil se tornasse referência em resposta à epidemia, como apontado por Facchini (2002).

Ao mesmo tempo em que o Executivo se articulava com as OSC LGBT para combater tal epidemia, essas organizações também pressionavam o Poder Legislativo para aprovação de medidas que garantissem seus direitos de cidadania (MELLO, BRITO; MAROJA, 2012). Assim como apresentado pelas entrevistas, não se obteve

avanços na esfera Legislativa na década de 1980, principalmente devido à resistência de setores conservadores no Parlamento.

Essa tendência de articulação OSC-Estado pareceu permanecer ao longo da década de 1990. Isso porque, as OSC continuaram a pressionar o Poder Legislativo para aprovar leis que assegurem os direitos do público LGBT, contudo, sem sucesso, devido à mesma resistência de segmentos conservadores. Por outro lado, com o fortalecimento da discussão a respeito dos direitos humanos na década de 90, pauta essa defendida pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, observa-se um avanço para o público LGBT com o lançamento do Plano Nacional de Direitos Humanos I, em 1996, e que abordava, pela primeira vez em documento oficial do governo federal, o termo “homossexuais”. A inclusão dessa população em tal documento ilustra novamente um avanço conquistado pelas OSC LGBT, a partir da interlocução com o Poder Executivo a nível federal.

O contexto que se inicia no início dos anos 2000, em especial com a eleição do Presidente Lula em 2002, intensifica a articulação OSC-Estado quando se trata da esfera Executiva a nível federal. Isso porque, assim como abordado pelos membros das OSC LGBT participantes da pesquisa, a abertura que se observou no governo Lula permitiu que as demandas dessas organizações fossem recebidas pelo Estado, sendo posteriormente traduzidas em políticas públicas, a começar pelo Brasil Sem Homofobia, de 2004. De acordo com os relatos que compuseram o *corpus* desta pesquisa, assim como no contexto da epidemia do HIV, as OSC LGBT desempenharam papel central na formulação e implementação dessas políticas, fato esse comprovado pelo próprio documento que institucionaliza o BSH e que conta com a assinatura de dezoito OSC que participaram ativamente na elaboração do Programa. Inclusive, é válido destacar a participação de membros das OSC ANTRA, Associação Goiana de Transgêneros/GO e Grupo Dignidade na constituição do *corpus* desta pesquisa e que assinaram tal documento.

A partir do exposto, pode-se aludir que entre meados da primeira década dos anos 2000 observou-se a ascensão das pautas defendidas pelas OSC LGBT no cenário nacional, em consonância à abertura supramencionada do Poder Executivo a nível Federal para com as demandas específicas dessa população. O efeito disso foi a emergência de novas políticas subsequentes ao BSH, especificamente o Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays,

Bissexuais, Travestis E Transexuais (PNPCDH-LGBT), em 2009, e a Política Nacional de Saúde Integral LGBT (PNSILGBT), em 2011.

A percepção das OSC participantes da pesquisa a respeito dessas políticas se mostrou positiva, uma vez que se esperava que tais políticas pudessem promover mudanças na sociedade que mitigassem o caráter estrutural conferido à LGBTfobia. Nesse sentido, esse contexto foi caracterizado como um período em que os LGBT foram tratados discursivamente pelo governo Federal como sujeitos detentores de direitos, o que permitiu a ampliação da visibilidade dessa população e também que esse público adentrasse espaços públicos para capacitar profissionais da educação e segurança pública. Também, a elaboração dessas políticas possibilitou a ressignificação da percepção de que a única demanda da população LGBT se dava na área da saúde, para prevenção e combate ao HIV.

Quando se trata da segunda década dos anos 2000, um ponto em comum nas narrativas apresentadas pelos participantes da pesquisa se refere à ascensão de discursos de ordem conservadora no cenário nacional. É interessante pontuar que esses discursos já se faziam presentes, em especial na esfera pública, e como mencionado anteriormente, recorrentemente impediam avanços das pautas LGBT na esfera Legislativa. Alguns participantes da pesquisa classificaram o fortalecimento desses discursos como reação ao avanço das pautas LGBT e ao aumento da visibilidade dessa população. Desse modo, o conservadorismo possivelmente tornou nebulosa a interlocução dessas OSC LGBT com o Poder Executivo Federal, relação essa que se fazia proveitosa desde o início dos anos 2000. Nesse sentido, pode-se citar como exemplo a suspensão do kit anti-homofobia pela presidenta Dilma, após protestos das bancadas religiosas no Congresso (PASSARINHO, 2011).

Desse modo, conforme apresentado pelos participantes da pesquisa, a ascensão de discursos conservadores somou-se às fragilidades observadas no BSH, PNPCDH-LGBT e PNSILGBT, como a falta de dotação orçamentária, planejamento e sustentabilidade, e fizeram com que essas políticas passassem por um processo de sucateamento e desestruturação.

De acordo com a perspectiva das OSC participantes da pesquisa, o cenário de 2020 é de explícito fechamento para as demandas LGBT quando se trata do Governo Federal. Nesse sentido, a posição de vulnerabilidade na qual esta população é recorrentemente colocada se torna ainda mais latente com a gradual descontinuidade

das políticas até então conquistadas, e também pela baixa expectativa que se consiga novas políticas no governo presidido por Bolsonaro.

Por outro lado, ainda que a percepção apresentada pelas OSC LGBT seja de um cenário desfavorável ao avanço das demandas dessa população, a atuação dessas organizações tem se intensificado a fim de resistir frente a este cenário que se impõe aos LGBT. Dito isso, se torna interessante realizar apontamentos acerca das perspectivas apresentadas pelos discursos dessas organizações sobre possíveis caminhos a serem trilhados diante do contexto que se apresenta.

Primeiramente, assim como apontado por alguns participantes da pesquisa, o diálogo entre o Estado brasileiro e OSC tem sido desestimulado no governo que se estabelece a partir de 2019. Neste mesmo contexto, as OSC passam a ser descreditadas pelo discurso governamental a nível Federal. Nesse sentido, é fundamental o restabelecimento de pontes com o movimento social organizado, a fim de se incentivar a participação popular nas decisões do Estado, aproveitando da capilaridade e *expertise* dessas organizações.

Outro ponto importante a ser levado em consideração se refere à forma de atuação das OSC LGBT num cenário em que não se vislumbra abertura por parte do Governo Federal. Nesse cenário, torna-se importante investir em iniciativas locais, uma vez que a relação desenvolvida entre OSC LGBT e prefeituras e estados não é necessariamente ditada pela ideologia predominante no Governo Federal. Desse modo, a articulação entre OSC LGBT e poderes públicos locais pode propiciar o surgimento de políticas públicas e até mesmo leis que se aplicam à população LGBT nestas localidades.

Além disso, o caminho do Judiciário também foi apresentado como uma possibilidade de se avançar quando se trata dos direitos LGBT, em especial quando os demais poderes não se fazem abertos para receber as demandas dessa população. Assim, ainda que com suas limitações de não poder legislar nem promover políticas públicas, o Judiciário se torna um elemento fundamental para se transpor barreiras até então intransponíveis aos LGBT. Nesse sentido, pode-se mencionar o casamento igualitário, criminalização da homofobia, adoção homoparental, todos regulamentados perante decisão do STF. Desse modo, assim como apontado pelos participantes da pesquisa, o Judiciário tem protagonizado as principais conquistas do público LGBT nos últimos anos, e enquanto não se observar a consolidação de

políticas públicas voltadas à essa população, a judicialização continuará representando um importante meio para resistir nesse cenário.

Os discursos das OSC LGBT também demonstraram a dificuldade de se avançar nas Casas Legislativas, principalmente em decorrência da forte resistência de segmentos conservadores, que frequentemente impedem que projetos de lei voltados aos LGBT sejam aprovados. Nesse sentido, se faz importante incentivar a participação política da população LGBT, propiciando que essa população e suas demandas adentrem espaços públicos e tenham força política para resistir às pressões das bancadas conservadoras, conseguindo aprovar leis e medidas que resguardem os LGBT. Essa tendência já pôde ser visualizada nas eleições de 2020, em que se observou recorde de candidaturas LGBT. (AMORIM, 2020).

Por outro lado, cabe mais uma vez ressaltar que o levantamento acerca das candidaturas LGBT no Brasil se tornou possível através da atuação das OSC Aliança Nacional LGBTI+ e ABGLT, visto que o Tribunal Superior Eleitoral não dispõe de tal estatística, uma vez que não pede essa informação no ato do registro das candidaturas (AMORIM, 2020). Esse fato, primeiramente, ilustra e reforça a importância e o protagonismo da atuação das OSC LGBT diante da lacuna deixada pelo Estado no trato com essa população. Ao mesmo tempo, juntamente com a negativa do poder público de se coletar dados referentes à essa população no censo demográfico, esse fato aponta para a necessidade de pautar o reconhecimento em números dessa população a fim de se reconhecer e legitimar todas formas de existência e, conseqüentemente, construir políticas públicas mais efetivas.

Os resultados apresentados por esta pesquisa se basearam na perspectiva das doze OSC LGBT participantes. Dessa forma, pode-se sugerir como estudo futuro a exploração de perspectivas de outros atores sociais que possivelmente também possam trazer contribuições no que diz respeito às políticas públicas e garantia dos direitos LGBT no Brasil. Nesse sentido, pode-se citar pesquisadores das áreas de gênero, sexualidade, ciências sociais, administração pública, direito, bem como funcionários públicos que, de algum modo, tenham participado do processo de elaboração e implementação das políticas públicas LGBT.

Também, é válido acrescentar que ao longo das entrevistas surgiram expressivamente elementos que dizem respeito às políticas públicas LGBT de abrangência nacional, sendo as iniciativas a nível local pouco exploradas nestes discursos. Isso posto, pode-se apontar como um possível caminho para continuação

desta pesquisa a realização de um estudo com objetivo de ampliar a compreensão a respeito dessas iniciativas que têm surgido no âmbito local, a exemplo de programas, políticas e legislações nos âmbitos municipal e estadual.

Considerando também que esta pesquisa se debruçou a analisar a realidade brasileira no que diz respeito às políticas públicas LGBT, se torna interessante pontuar que a exploração da realidade de outros países pode trazer elementos importantes para o planejamento de ações voltadas aos LGBT no Brasil. Nesse sentido, pode-se mencionar o *ranking* de destinos mais seguros para viagem de pessoas LGBT, que aponta os países Canadá, Holanda e Suécia como destinos mais seguros, enquanto o Brasil aparece na 15ª posição (FERGUSSON; FERGUSSON, 2021). Esse dado suscita os questionamentos: i) quais políticas públicas têm sido adotadas por estes países a fim garantir a segurança da população LGBT? ii) quais os pontos de convergência e divergência entre a trajetória das políticas brasileiras e as políticas adotadas internacionalmente?

Por final, é importante destacar que esta pesquisa não objetivou analisar as políticas públicas LGBT, mas sim compreender a trajetória dessas políticas, levando em consideração a perspectiva de um dos principais atores sociais envolvidos neste processo: as OSC LGBT. Por meio deste estudo, a centralidade dessas organizações na garantia dos direitos da população LGBT se tornou ainda mais evidente, sugerindo que, independentemente da ideologia predominante no poder público, as OSC LGBT continuarão atuando sem possibilidade de retroceder.

REFERÊNCIAS

ABGLT- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS E TRANSEXUAIS. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO. Pesquisa Nacional sobre o Ambiente Educacional no Brasil 2015: As experiências de adolescentes e jovens lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais em nossos ambientes educacionais, Curitiba, 2016.

ADOROCINEMA. THE HANDMAID'S TALE. **ADOROCINEMA**, 2021. Disponível em: <<https://www.adorocinema.com/series/serie-20677/>>. Acesso em: 01 mar. 2021.

ALMEIDA, G. S. D. Impasses contemporâneos do protagonismo lésbico: para além da inversão da sigla. In: POCAHY, F. **Políticas de enfrentamento ao heterossexismo**: corpo e prazer. Porto Alegre: Nuances/PPGEdu-UFRGS, 2010. p. 87-103.

AMARAL, I. Bolsonaro posta foto com arma para defender o armamento da população. **Estado de Minas**, 2021. Disponível em: <https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2021/02/13/interna_politica,1237540/bolsonaro-posta-foto-com-arma-para-defender-o-armamento-da-populacao.shtml>. Acesso em: 01 mar. 2021.

AMORIM, F. Eleições de 2020 terão recorde de candidaturas LGBT, apontam entidades. **UOL**, 2020. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/eleicoes/2020/07/22/eleicoes-de-2020-terao-recorde-de-candidaturas-lgbt-apontam-entidades.htm>>. Acesso em: 20 maio 2021.

ANTRA. Dossiê anual sobre assassinatos e violência contra travestis e transexuais brasileiras. **ANTRA Brasil**. Disponível em: <<https://antrabrasil.org/assassinatos/>>. Acesso em: 01 mar. 2021.

ARAGUSUKU, H. A. et al. Estado, políticas sexuais e cidadania LGBT no Brasil Pós-Impeachment. **REBEH**, v. 2, n. 4, p. 05-33, 2020.

ARAGUSUKU, H. A.; LOPES, M. Preconceito, Discriminação e Cidadania LGBT: Políticas Públicas em Mato Grosso e no Brasil. **Aceno**, v. 3, n. 5, p. 242-258, 2016.

BAHIA, A. G. M. F.; SANTOS, D. M. D. O longo caminho contra a discriminação por orientação sexual no Brasil no constitucionalismo pós - 88: igualdade e liberdade religiosa. **Revista Libertas**, Ouro Preto, v. 1, n. 1, jan/jun 2014.

BARBOSA, M. A. C. et al. Nem só de debates epistemológicos vive o pesquisador em Administração: Alguns apontamentos sobre disputas entre paradigmas e campo científico. **Cadernos EBAPE**, Rio de Janeiro, p. 636-651, dezembro 2013.

BARIFOUSE, R. STF aprova a criminalização da homofobia. **BBC News Brasil**, 2019. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-47206924>>. Acesso em: 15 mar. 2020.

BARREIRO, G. S. S.; FURTADO, R. P. M. Inserindo a judicialização no ciclo de políticas públicas. **Rev. Adm. Pública**, Rio de Janeiro, v. 49, n. 2, p. 293-314, abril 2015.

BERNARD, H. R. **Research methods in anthropology: qualitative and quantitative approaches**. Lanham: AltaMira Press, 2005.

BORGES, D. C. L.; SCHUMACHER, M. O equilíbrio entre o individual e o coletivo na busca pela universalidade do Sistema Único de Saúde. **Cadernos Ibero-Americanos de Direito Sanitário**, v. 2, n. 2, 2013.

BOTELHO, L. L. R.; CUNHA, C. C. A.; MACEDO, M. O método da revisão integrativa nos estudos organizacionais. **Gestão e Sociedade**, Belo Horizonte, v. 5, n. 11, p. 121-136, 2011.

BOTTOMORE, T. Ciudadanía y clase social, cuarenta años después. In: MARSHALL, T.; BOTTOMORE, T. **Ciudadania y classe social**. Tradução de Antonio Bonnano. Buenos Aires: Editorial Lousada, 2004.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, Brasília, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 2020.

BRASIL. Ministério da Justiça. Programa Nacional de Direitos Humanos – PNDH 2, Brasília, 2002.

BRASIL. Conselho Nacional de Combate à Discriminação. Brasil sem Homofobia: programa de combate à violência e à discriminação contra GLBT e promoção da cidadania homossexual, Brasília, 2008.

BRASIL. Ministério da Saúde. Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais – LGBT, Brasília: DF, 2008.

BRASIL. Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de LGBT, Brasília: DF, 2009.

BRASIL. Ministério da Saúde. Processo Transexualizador no SUS, Brasília, 2017.

BRASIL. Ministério da Saúde. Departamento de Doenças de Condições Crônicas e Infecções Sexualmente Transmissíveis. **O que é HIV?** Disponível em: <<http://www.saude.gov.br/saude-de-a-z/aids-hiv#:~:text=A%20aids%20%C3%A9%20a%20doen%C3%A7a,s%C3%A3o%20os%20linf%C3%B3citos%20T%20CD4%2B.>>. Acesso em: 8 Abril 2020.

BULOS, U. L. **Direito constitucional: ao alcance de todos**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

BUTLER, J. Critically Queer. **GLQ: A Journal of Lesbian and Gay Studies**, v. 1, p. 17-32, 1993.

BUTLER, J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. 9ª. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

- CALEGARE, M. G. A.; SILVA JUNIOR, N. A “construção” do terceiro setor no Brasil: da questão social à organizacional. **Revista Psicologia Política**, São Paulo, v. 9, n. 17, p. 129-148, junho 2009.
- CARDINALI, D. C. **A Judicialização dos Direitos LGBT no STF: limites, possibilidades e consequências**. 1. ed. Belo Horizonte: Arraes, 2018.
- CARRANÇA, T. CENSO 2021: CONGRESSO CORTA 90% DA VERBA E IBGE DIZ QUE MEDIDA TORNA OPERAÇÃO INVIÁVEL. **Época**, 2021. Acesso em: mar. 2021.
- CARRIERI et al. Contribuições da análise do discurso para os estudos organizacionais. **Economia e Gestão**, v. 6, n. 12, 2006.
- CARVALHO, J. M. Cidadania no Brasil: um longo caminho. **Civilização brasileira**, Rio de Janeiro, 2008.
- CATÃO, M. Ó. et al. Da exclusão social aos direitos de cidadania: percursos e percalços da população LGBT de Campina Grande-PB. **Revista Dat@venia**, v. 7, n. 1, p. 05-30, 2015.
- CATRACA LIVRE. ONGs e projetos LGBTs para você ajudar (e conhecer) em sua cidade, 2017. Disponível em: <<https://catracalivre.com.br/cidadania/ongs-e-projetos-lgbts-para-voce-ajudar-e-conhecer-em-sua-cidade/>>. Acesso em: maio 2020.
- COOK, D. J.; MULROW, C. D.; HAYNES, R. B. Systematic reviews: synthesis of best evidence for clinical decisions. **Annals of Internal Medicine**, v. 126, n. 5, p. 376-380, 1997.
- CUNHA, W. D.; PACHECO, L. R. Integrative review of violence against LGBTQI population in Brazil. **Nursing & Care Open Access Journal**, 2018.
- DANILIAUSKAS, M. Relações de gênero, diversidade sexual e políticas públicas de educação: uma análise do Programa Brasil Sem Homofobia. **Dissertação apresentada à Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Educação**, São Paulo, 2011.
- DICKINSON, J. et al. Introduction: Geographies of Everyday Citizenship. **ACME: An International E-Journal for Critical Geographies**, v. 7, n. 2, p. 100-112, 2008.
- DUARTE, M. J. D. O. Diversidade sexual, políticas públicas e direitos humanos: saúde e cidadania LGBT em cena. **Temporalis**, Brasília, v. 14, n. 27, p. 77-98, 2014.
- DYE, T. R. **Understanding public policy**. Upper Saddle: Prentice- Hall, 2005.
- ESPING-ANDERSEN, G. O futuro do Welfare State na Nova Ordem Mundial. **Lua Nova**, São Paulo, v. 33, 1994.
- FACCHINI, R. **Sopa de letrinhas?: movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90 : um estudo a partir da cidade de São Paulo**. Campinas: Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2002. 240 p.

FARAH, M. Parcerias, novos arranjos institucionais e políticas públicas no nível local de governo. **Revista de administração pública**, v. 35, n. 1, p. 119-144, 2001.

FEITOSA, C. A cidadania LGBT nas candidaturas à Presidência da República do Brasil em 2018. **REBEH**, v. 01, n. 04, p. 231-241, 2018.

FERGUSON, A.; FERGUSON, L. The 150 Worst (& Safest) Countries for LGBTQ+ Travel in 2021. **Asher & Lyric**, 2021. Disponível em: <<https://www.asherfergusson.com/lgbtq-travel-safety/>>. Acesso em: 20 maio 2021.

FERREIRA, J. P.; MISKOLCI, R. O desejo homossexual após a AIDS: uma análise sobre os critérios acionados por homens na busca por parceiros do mesmo sexo. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 3, p. 999-1010, março 2020.

FERREIRA, P. A.; ALENCAR, E.; PEREIRA, J. R. Revisitando o modelo processual de análise de políticas públicas a partir das relações entre Estado e sociedade. In: _____ **ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM GESTÃO SOCIAL**. São Paulo: [s.n.], v. 6, 2012.

FIORIN, J. L. Interdiscursividade e intertextualidade. In: BRAIT, B. **Bakhtin**: outros conceitos-chave. São Paulo: Contexto, 2012. p. 160-193.

FOLHA DE SÃO PAULO. Sem diploma, Damares já se apresentou como mestre em educação e direito, 2019. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/01/sem-diploma-damares-ja-se-apresentou-como-mestre-em-educacao-e-direito.shtml>>. Acesso em: 01 mar. 2021.

FRASER, N. Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça numa era "pós-socialista". **Cadernos de Campo**, São Paulo, 2001.

GARDNER, P.; ORBORN, G. O Graal da Serpente. [S.l.]: Pensamento, 2005. Cap. 12, p. 218.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GODOI, C. K.; BALSINI, C. P. V. A metodologia qualitativa nos estudos organizacionais: análise da produção científica brasileira entre 1997 e 2003. In: _____ **Encontro de Estudos Organizacionais da ANPAD**. Atibaia: [s.n.], v. III, 2004.

GÓIS, J. B. H.; TEIXEIRA, K. C. S. A intersetorialidade na implementação dos Centros de Referência da Cidadania LGBT no Rio de Janeiro. **Textos e Contextos**, Porto Alegre, v. 17, n. 2, p. 363-378, 2018.

GORDON, A.; STACK, T. Citizenship Beyond the State: Thinking with Early Modern Citizenship in the Contemporary World. **Citizenship Studies**, v. 11, n. 2, p. 117-133, 2007.

GRIX, J. Introducing Students to the Generic Terminology of Social Research. **Politics**, v. 22, n. 3, p. 175-186, 2002.

GRUPO GAY DA BAHIA. Disponível em: <<http://www.ggb.org.br>>. Acesso em: 10 mar. 2020.

GRUPO GAY DA BAHIA. Relatórios anuais de mortes LGBTI+. **Grupo Gay da Bahia**. Disponível em: <<https://grupogaydabahia.com.br/relatorios-anuais-de-morte-de-lgbti/>>. Acesso em: 01 mar. 2021.

GUILHON, F. et al. Centro de Cidadania LGBT: Memórias e Experiências no Campo das Práticas Psi em Prol da Defesa dos Direitos Humanos. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 39, n. 3, p. 135-145, 2019.

GUIMARÃES, R. D. C. P. et al. Assistência à população LGBT em uma capital brasileira: o que dizem os agentes comunitários de saúde? **Tempus**, Brasília, v. 11, n. 1, p. 121-139, 2017.

HEIDMANN, F. G. Do sonho do progresso às políticas de desenvolvimento. In: HEIDMANN, F. G.; SALM, J. F. **Políticas públicas e desenvolvimento**. Brasília: UnB, 2006. p. 23-39.

IRINEU, B. A. 10 anos do programa Brasil sem homofobia: notas críticas. **Temporais**, v. 28, p. 193-220, 2014.

IRINEU, B. A. Homonacionalismo e cidadania LGBT em tempos de Neoliberalismo: dilemas e impasses às lutas por direitos sexuais no Brasil. **Revista Em Pauta**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 34, p. 155-178, 2014.

IRINEU, B. A. Exercendo a "crítica lesbofálica" às demandas por uma "cidadania LGBT" no contexto Brasileiro (2003-2016). **Periódicus**, v. 1, n. 7, p. 78-101, 2017.

ISERHARD, L. B. Os direitos sexuais mediante o diálogo com os direitos humanos: desafios e perspectivas. **Res Severa Verum Gaudium**, Porto Alegre, v. 2, n. 1, 2010.

JUNQUEIRA, R. D. Currículo Heteronormativo e Cotidiano Escolar Homofóbico. **Espaço do Currículo**, v. 2, n. 1, 2010.

LENZA, P. **Direito Constitucional esquematizado**. 23. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2019.

LESSA, G. Como surgiu a expressão "sair do armário"? **Super Interessante**, 2018. Disponível em: <<https://super.abril.com.br/mundo-estranho/como-surgiu-a-expressao-sair-do-armario/>>. Acesso em: 01 mar. 2021.

LOPES, L. V. C. F. **Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil-MROSC**. Brasília: ENAP, 2019.

LOPEZ, F.; ABREU, R. A participação das ONGs nas políticas públicas: o ponto de vista de gestores federais. **Ipea**, Brasília, 2014.

LYNN, L. E. **Designing Public Policy: A Casebook on the Role of Policy Analysis**. Santa Mônica: Goodyear, 1980.

MACRAE, E. Os respeitáveis militantes e as bichas loucas. In: EULÁLIO, A., et al. **Caminhos Cruzados**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

MATTOS, S.; DRUMMOND, J. O terceiro setor como executor de políticas públicas: ONG'S ambientalistas na Baía de Guanabara (1990-2001). **Revista de Sociologia e Política**, v. 24, n. 1, p. 177-192.

MEDEIROS, M. M.; NETO, F. S. Serviço Social e Movimento LGBT. **Cadernos de Gênero e Diversidade**, v. 3, n. 1, p. 33-44, 2017.

MEDEIROS, R. S.; MACHADO, N. F. O novo marco regulatório das organizações da sociedade civil e uma nova agenda de pesquisa sobre as relações entre os órgãos de controle, as organizações da sociedade civil e os gestores públicos. **Revista de Ciências Sociais - Política & Trabalho**, v. 1, n. 46, 2017.

MELLO, L.; AVELAR, R. B. D.; BRITO, W. Políticas públicas de segurança para a população LGBT no Brasil. **Revista Estudos Feministas**, v. 22, n. 1, p. 297-320, abril 2014.

MELLO, L.; BRITO, W.; MAROJA, D. Políticas públicas para a população LGBT no Brasil: Notas sobre alcances e possibilidades. **Cadernos Pagu**, v. 39, p. 403-429, 2012.

MELLO, L.; MAROJA, D. Por onde andam as políticas públicas para a população LGBT no Brasil? **Sociedade e Estado**, v. 27, n. 2, Agosto 2012.

MENDES, G. F.; BRANCO, P. G. G. **Curso de Direito Constitucional**. 13. ed. [S.l.]: Saraiva, 2018.

MERRIAM, S. B. **Qualitative Research and Case Study Applications in Education**. São Francisco: Allyn and Bacon, 1998.

MOTTA, J. I. J. Sexualidades e políticas públicas: uma abordagem queer para tempos de crise democrática. **Saúde Debate**, Rio de Janeiro, v. 40, 2016.

OLIVEIRA, A. C.; HADDAD, S. As organizações da sociedade civil e as ONGs de educação. **Cad. Pesqui. [online]**, v. 112, p. 61-83, 2001.

OLIVEIRA, M. D. **Cidadania e globalização: a política externa brasileira e as ONGs**. Brasília: Instituto Rio Branco, Fundação Alexandre Gusmão, 1999.

ORLANDI, E. **Análise de Discurso: princípios e procedimentos**. 4. ed. Campinas: Pontes, 2002.

ORLANDI, E. P. **Análise de Discurso: princípios & procedimentos**. 8. ed. Campinas: Pontes, 2009.

ORNAT, M. J.; SILVA, J. M. D.; JUNIOR, A. B. C. Espaço, ONGs LGBT e cidadania no sul do Brasil. **Espaço e Cultura**, n. 38, p. 35-64, 2015.

PASSARINHO, N. Dilma Rousseff manda suspender kit anti-homofobia, diz ministro. **Portal de notícias G1**, 2011. Disponível em:

<<http://g1.globo.com/educacao/noticia/2011/05/dilma-rousseff-manda-suspender-kit-anti-homofobia-diz-ministro.html>>. Acesso em: 01 mar. 2021.

PÊCHEUX, M. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Tradução de Eni Orlandi. Campinas: Editora da UNICAMP, 1975.

PEIXOTO, V. Engolir Sapos – Origem e Significado. **Expressões Populares**, 2010. Disponível em: <<https://expressoespopulares.wordpress.com/2010/02/22/engolir-sapos-a-origem/>>. Acesso em: 01 mar. 2021.

PEREIRA, C. F. Barreiras à ambição e à representação política da população LGBT no Brasil. **Revista Artemis**, v. 24, n. 1, p. 120-131, 2017.

PETRY, A. R.; MEYER, D. E. E. Transexualidade e heteronormatividade: algumas questões para a pesquisa. **Textos & Contextos**, v. 10, n. 1, 2011.

PINTO, T. D. S. "O que são Cruzadas?" **Brasil Escola**. Disponível em: <<https://brasilecola.uol.com.br/o-que-e/historia/o-que-sao-cruzadas.htm>>. Acesso em: 01 mar. 2021.

POPADIUK, G. S.; OLIVEIRA, D. C.; SIGNORELLI, M. C. A Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgêneros (LGBT) e o acesso ao Processo Transexualizador no Sistema Único de Saúde (SUS): avanços e desafios. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 22, n. 5, p. 1509-1520, maio 2017.

RAMOS, D. O. Famílias e Homossexualidade: a experiência no Centro de Cidadania LGBT da Capital. **[SYN]THESIS**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, p. 63-73, 2016.

ROCHA, D.; DEUSDARA, B. Análise de Conteúdo e Análise do Discurso: aproximações e afastamentos na (re)construção de uma trajetória. **Alea**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, p. 305-322, dezembro 2005.

RODRIGUES, S. Como nasceu a expressão 'para inglês ver'?. **Veja**, 2020. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/blog/sobre-palavras/como-nasceu-a-expressao-para-ingles-ver/>>. Acesso em: 01 mar. 2021.

ROSSINI, N. et al. Políticas Públicas Sociais e Desenvolvimento: tecendo relações. In: _____ **Anais VII Simpósio Iberoamericano em comércio internacional, desenvolvimento e integração regional**. Cerro Largo: Red Cidir, 2017.

ROVAI, M. G. O. "Que Possamos Ser o que Somos": memórias sobre o Movimento Gay de Alfenas no processo de luta pelos direitos de cidadania LGBT. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 26, p. 01-20, 2019.

SABATIER, P. A.; WEIBLE, C. M. The advocacy coalition framework: Innovations, and clarifications. In: SABATIER, P. A. **Theories of the Policy Process**. 2ª. ed. Boulder: Westview Press, 2007. p. 189-220.

SALVATIERRA, L. et al. Relatos de experiência do projeto de extensão "Adolescência saudável e cidadania LGBT: Ações de educação sexual e introdução a direitos humanos". **Interfaces**, Belo Horizonte, v. 7, n. 1, p. 379-387, 2019.

SAMPAIO, J. V.; GERMANO, I. M. P. Políticas públicas e crítica queer: algumas questões sobre identidade LGBT. **Psicologia & Sociedade**, v. 26, n. 2, p. 290-300, Agosto 2014.

SAMPAIO, T. S. A Influência das Organizações Não Governamentais na Política Brasileira de Direitos Humanos LGBT+. In: _____ **Anais XVII Encontro de História da AnPuh**. [S.l.]: [s.n.], 2016.

SANTOS, C. E. A. Diversidade sexual na escola e a homofobia: a capacitação de professores como estratégia de intervenção. In: _____ **Anais Fazendo Gênero 8 – Corpo, Violência e Poder**. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2008.

SANTOS, D. Supremo reconhece união estável de homossexuais. **G1 Portal de Notícias**, 2011. Disponível em: <<http://g1.globo.com/brasil/noticia/2011/05/supremo-reconhece-uniao-estavel-de-homossexuais.html>>. Acesso em: 15 mar. 2020.

SANTOS, D. Supremo reconhece união estável de Homossexuais. **G1 Portal de Notícias**, 2011. Disponível em: <<http://g1.globo.com/brasil/noticia/2011/05/supremo-reconhece-uniao-estavel-de-homossexuais.html>>. Acesso em: 15 Agosto 2020.

SCHREIBER, M. Com acesso facilitado, Brasil fecha 2020 com recorde de 180 mil novas armas de fogo registradas na PF, um aumento de 91%. **BBC News Brasil**, 2021. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-55590649>>. Acesso em: 01 mar. 2021.

SECCHI, L. **Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2014.

SENA, Y. Teresina Sanciona "Lei da Bíblia" em escolas; entidade de ateus vai ao TJ. **UOL**, 2021. Disponível em: <<https://educacao.uol.com.br/noticias/2021/03/09/teresina-lei-da-biblia-ateus-questionam.htm?cmpid=copiaecola>>. Acesso em: 01 mar. 2021.

SILVA, J. A. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. 23. ed. São Paulo: Malheiros, 2004.

SOTO, C. Bolsonaro diz que não vai financiar produções com temas LGBT; conheça séries citadas. **G1 Portal de Notícias**, 2019. Disponível em: <<https://g1.globo.com/pop-arte/noticia/2019/08/16/bolsonaro-diz-que-nao-vai-financiar-producoes-com-temas-lgbt-conheca-series-citadas.ghtml>>. Acesso em: 7 abril 2020.

SOUSA JÚNIOR, C. A. A.; MENDES, D. Políticas públicas para a população LGBT: uma revisão de estudos sobre o tema. **Cadernos Ebape**, 2021.

SOUTO, L. Assassinatos de LGBT crescem 30% entre 2016 e 2017, segundo relatório. **O Globo**, 2018. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/sociedade/assassinatos-de-lgbt-crescem-30-entre-2016-2017-segundo-relatorio-22295785>>. Acesso em: 10 março 2020.

SOUZA, C. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 16, p. 20-45, 2006.

SOUZA, M. M.; CARRIERI, A. D. A análise do discurso em estudos organizacionais. In: SOUZA, E. M. **Metodologias e analíticas qualitativas em pesquisa organizacional**: uma abordagem teórico-conceitual. Vitória: EDUFES, 2014. p. 13-38.

SUBIRATS, J. Definición del problema. Relevancia pública y formación de la agenda de actuación de los poderes públicos. In: SARAVIA, E.; FERRAREZI, E. **Políticas Públicas**: coletânea. Brasília: ENAP, v. 1, 2007. p. 199-218.

TEIXEIRA, K. C. S. Políticas Públicas para a população LGBT no Estado do Rio de Janeiro: a experiência dos Centros de Referência da Cidadania LGBT. **Revista Políticas Públicas e Segurança Social**, v. 1, n. 1, p. 13-35, 2017.

TEIXEIRA, S. M. F. Cidadania, direitos sociais e Estado. **Revista de Administração Pública**, v. 20, n. 4, p. 115-140, 1986.

THEODORO, H. G. S.; CONGO, D. Fluxos Migratórios, comunicação e cidadania: vivências de imigrantes LGBT na cidade de São Paulo. **Intexto**, Porto Alegre, n. 44, p. 57-73, 2019.

TORRES, M. A. Vida Religiosa Consagrada: configurações contemporâneas dos direitos humanos e cidadania LGBT. **Revista Nures**, 7, n. 19, 2011. 59-75.

APÊNDICE A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

O Sr.(a) está sendo convidado(a) como voluntário(a) a participar da pesquisa “As Políticas Públicas para a população LGBT sob a ótica das Organizações da Sociedade Civil: desafios e perspectivas”. Nesta pesquisa pretendemos compreender, mediante discurso de OSC LGBT brasileiras, como as políticas públicas voltadas a essa população têm se configurado desde o Programa Brasil sem Homofobia, até os dias de hoje. Com esse estudo esperamos entender o porquê dos descompassos acerca das reivindicações dessa população e as políticas proferidas pelo Estado. Para isso, realizaremos entrevistas semiestruturadas via videoconferência com representantes de OSC ligadas ao movimento LGBT. O tempo estimado é de aproximadamente 30 minutos.

O risco envolvido na pesquisa consiste na possibilidade de constrangimento do participante frente às perguntas realizadas, o que pode ocasionar certo grau de desconforto. Para atenuar este risco, serão tomados os cuidados de explicar detalhadamente a pesquisa e seus objetivos, explicar que será assegurado o anonimato e sigilo dos dados dos participantes, garantindo que sempre serão respeitados seus valores culturais, sociais, morais, religiosos e éticos, deixando-os à vontade para se expressarem ao longo da entrevista. Também serão evitadas expressões que possam trazer desconforto aos participantes, priorizando uma linguagem neutra, e na observância de qualquer sinal verbal ou não verbal que indiquem constrangimento do participante, será ressaltado que este poderá deixar de responder à pergunta ou deixar de participar da pesquisa a qualquer momento.

Também, o estudo não espera acarretar em nenhum tipo de custo para participação da pesquisa, uma vez que os dados serão coletados de maneira remota (via videoconferência), em local definido previamente pelo participante, seja em sua residência ou local de trabalho. De todo modo, assegura-se o direito a ressarcimento do participante de eventuais despesas incorridas pela pesquisa, e também o direito a indenização como cobertura material para reparação de possíveis danos ocasionados pela pesquisa ao participante. Como benefício, a pesquisa contribuirá para aprofundar a compreensão acerca do papel dos atores envolvidos no processo de elaboração, implementação e avaliação de políticas públicas voltadas ao público LGBT.

Para participar deste estudo o Sr.(a) não receberá qualquer vantagem financeira. O Sr.(a) tem garantida plena liberdade de recusar-se a participar ou retirar

seu consentimento, em qualquer fase da pesquisa, sem necessidade de comunicado prévio. A sua participação é voluntária e a recusa em participar não acarretará qualquer penalidade ou modificação na forma em que o Sr.(a) é atendido(a) pelo pesquisador. Os resultados da pesquisa estarão à sua disposição quando finalizada. O(A) Sr.(a) não será identificado(a) em nenhuma publicação que possa resultar. Seu nome ou o material que indique sua participação não serão liberados sem a sua permissão.

Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias originais, sendo que uma será arquivada pelo pesquisador responsável, e a outra será fornecida ao Sr.(a).

Os dados e instrumentos utilizados na pesquisa ficarão arquivados com o pesquisador responsável após o término da pesquisa.

Os pesquisadores tratarão a sua identidade com padrões profissionais de sigilo e confidencialidade, atendendo à legislação brasileira, em especial, à Resolução 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde, e utilizarão as informações somente para fins acadêmicos e científicos.

Eu, _____, contato _____, fui informado(a) dos objetivos da pesquisa “As Políticas Públicas para a população LGBT sob a ótica das Organizações da Sociedade Civil: desafios e perspectivas” de maneira clara e detalhada, e esclareci minhas dúvidas. Sei que a qualquer momento poderei solicitar novas informações e modificar minha decisão de participar se assim o desejar. Declaro que concordo em participar. Recebi uma via original deste termo de consentimento livre e esclarecido e me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer minhas dúvidas.

Nome dos Pesquisadores Responsáveis:

Carlos Augusto Alves de Sousa Júnior (discente/PPGAdm)

Profa. Dra. Karla Maria Damiano Teixeira (orientadora/PPGAdm)

Prof. Dr. Diego Costa Mendes (coorientador/ PPGAdm).

Endereço: Universidade Federal de Viçosa (UFV)

Departamento de Administração e Contabilidade

Programa de Pós-Graduação em Administração (PPGAdm)

Campus Universitário s/n

Telefone: +55 (31) 3612-7005

Email: ppgadm@ufv.br

Em caso de discordância ou irregularidades sob o aspecto ético desta pesquisa, você poderá consultar:

CEP/UFV – Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos

Universidade Federal de Viçosa

Edifício Arthur Bernardes, piso inferior

Av. PH Rolfs, s/n – Campus Universitário

CEP: 36570-900 Viçosa/MG

Telefone: (31)3612-2316

Email: cep@ufv.br

www.cep.ufv.br

Viçosa, _____ de _____ de 2020.

Assinatura do Participante

Assinatura do Pesquisador

APÊNDICE B – Roteiro de Entrevista

1. Primeiramente, gostaria de conhecer um pouco sobre a organização. Como você a definiria? Como ela surgiu?
2. Quais os propósitos/objetivos da organização? Quais são as atividades/projetos desenvolvidos?
3. Na sua visão, o que pode ser entendido como as demandas do movimento LGBT? Ou seja, o que você considera como sendo as reivindicações feitas pelos integrantes do grupo?
4. A OSC já atuou em parceria com o Estado para elaborar ou implementar políticas públicas? Caso positivo, como foi esse processo? Caso negativo, já houve essa tentativa?
5. Avaliando a trajetória do público LGBT no Brasil e o atual cenário em que este público se encontra, qual a sua percepção com relação ao papel que o Estado tem desempenhado no amparo à esta população?
6. Como você caracterizaria a relação desenvolvida entre o Estado e organizações da sociedade civil, a exemplo da organização que você faz parte?
7. Na sua percepção, como se pode avaliar de modo geral as políticas públicas voltadas ao público LGBT no Brasil, a exemplo do Programa Brasil sem Homofobia, de 2004?
8. De acordo com o que você entende como sendo as demandas do movimento LGBT, você teria sugestões sobre possíveis políticas públicas voltadas à essa população?
9. O que você acredita ser o(s) principal desafio(s) para que as demandas do público LGBT sejam recebidas pelo Estado e transformadas em políticas públicas?
10. Para finalizar a entrevista, gostaria de saber se você poderia sugerir outra organização com a qual se possa também realizar essa entrevista, de modo a continuar a investigação com relação à assistência oferecida ao público LGBT no Brasil pelo Estado.